

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

ZULMIRA LUIZA MENEZES DE BARROS

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 10/12/2021.




LAICIDADE E RELIGIÃO:
POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

VITÓRIA-ES

2021

ZULMIRA LUIZA MENEZES DE BARROS

LAICIDADE E RELIGIÃO:
POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL



Trabalho de Conclusão de Curso na forma de Dissertação de Mestrado Profissional como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências das Religiões. Faculdade Unida de Vitória. Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões. Área de Concentração: Religião e Sociedade. Linha de Atuação: Ensino Religioso Escolar.

Orientador: Dr. Wanderley Pereira da Rosa

VITÓRIA-ES

2021

Barros, Zulmira Luiza Menezes de

Laicidade e religião / Possibilidades pedagógicas no contexto da educação infantil / Zulmira Luiza Menezes de Barros. -- Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2021.

vii, 96 f. ; 31 cm.

Orientador: Wanderley Pereira da Rosa

Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2021.

Referências bibliográficas: f. 87-96

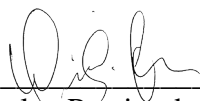
1. Ciência da religião. 2. Ensino religioso escolar. 3. Laicidade. 4. Educação infantil. 5. Tolerância. 6. Práticas pedagógicas transdisciplinares. 7. Produto educacional. 8. Produto educacional “Mão Amiga”. - Tese. I. Zulmira Luiza Menezes de Barros. II. Faculdade Unida de Vitória, 2021. III. Título.

ZULMIRA LUÍZA MENEZES DE BARROS

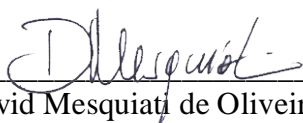
LAICIDADE E RELIGIÃO:
POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso na forma de Dissertação de Mestrado Profissional como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências das Religiões. Faculdade Unida de Vitória. Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões. Área de Concentração: Religião e Sociedade. Linha de Atuação: Ensino Religioso Escolar.

Data: 10 dez. 2021.



Wanderley Pereira da Rosa, Doutor em Teologia, UNIDA (presidente).



David Mesquiat de Oliveira, Doutor em Teologia, UNIDA.



Eliane Maura Littig Milhomem de Freitas, Doutora em Ciências da Religião.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus pela dádiva da vida. Pela possibilidade de realizar tantos sonhos nesta existência. Obrigada por seu infinito amor e por nunca ter permitido que eu desistisse, mesmo diante dos meus erros, me fez aprender e crescer. Obrigado por ter me dado uma família tão especial.

Minhas reverências a vocês, família querida: meu esposo, filhos, genros, noras e netas, o meu obrigado especial. Por serem a razão do meu despertar, e ter o desejo de ser melhor todos os dias.

Agradeço com muito carinho ao meu orientador Prof. Dr. Wanderley Rosa. Por toda paciência e empenho com que me orientou, corrigiu e sugeriu quando necessário, sem nunca me desmotivar.

A todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste sonho. Meus sinceros agradecimentos!



RESUMO

O Brasil é um país plural, sua diversidade cultural e religiosa é característica marcante que influencia as práticas políticas e educacionais. O estudo intitulado “Laicidade e religião: possibilidade pedagógicas no contexto da Educação Infantil” reafirma a intenção da autora como profissional da educação que acredita no poder da (trans) formação que lhe atribuída. O objetivo central delimitado foi identificar como as práticas pedagógicas no contexto da Educação Infantil podem garantir o respeito à laicidade no espaço escolar, sem desconsiderar a importância da religiosidade, tema que permeia o ambiente, seja em função da religiosidade dos docentes e funcionários, seja em função da religiosidade dos alunos/familiares. E, considerando a relevância da religiosidade neste contexto, “aproveitá-la” para inserir o debate sobre temas tais como pluralidade, tolerância, respeito à diversidade e etc. Portanto, a criança ao conhecer acerca da diversidade religiosa terá a oportunidade de exercer a tolerância, partindo da premissa de que o conhecimento precede a intolerância. Nesse sentido, a problematização está centrada na questão de como acontece a relação laicidade e religiosidade no contexto da Educação Infantil? Na busca por respostas a este questionamento a pesquisa foi estruturada sob duas questões centrais. Laicidade e religião no contexto escolar e Laicidade como proteção à Educação Infantil, que por meio da pesquisa bibliográfica embasadas nas contribuições de Libâneo, Freire, Junqueira, Passos, Nogueira, dentre outros, foi possível desenvolver a temática. O percurso metodológico abarcou ainda a pesquisa de campo, tendo em vista que a diversidade religiosa, cultural e étnico-racial são temáticas que pertencem ao grupo da laicidade, e que a família, desempenha forte papel influenciador na formação das crianças, seguida da escola, que se coloca como o segundo grupo oficialmente responsável por sua formação, que reafirma ou refuta padrões ou modelos pré-determinados como se fossem absolutos. Contudo, cabe à escola possibilitar interações de aprendizagem da diversidade social e cultural, para prepará-la ao convívio com o diferente, por meio do desenvolvimento da pedagogia de projetos transdisciplinares, assunto abordado no Produto Educacional proposto, denominado de “Mão Amiga”, que sugere o uso de uma fórmula matemática (no sentido figurado: $P^2 = \frac{L + R (EPL)}{T}$), onde P^2 = Público Alvo e Proposta Pedagógica; L = Legislações; R (EPL) = Religiosidade na Escola Pública Laica e, T = Temáticas gerais) para que o/a docente possa observar no desenvolvimento de sua prática pedagógica. Pode-se concluir, então, que a garantia do princípio da laicidade se torna mais efetiva, quanto mais estreita for a comunicação entre a gestão escolar e a comunidade escolar, pois, a escola, mesmo sendo, de Educação Infantil deve priorizar as práticas pedagógicas que promovam a interatividade, convívio com respeito às diferenças, haja visto à diversidade cultural, social e religiosa brasileira.

Palavras-chave: Laicidade. Educação Infantil. Tolerância. Práticas Pedagógicas Transdisciplinares. Produto Educacional: Guia Prático “Mão Amiga”.

ABSTRACT

Brazil is a plural country, its cultural and religious diversity is a striking feature that influences political and educational practices. The study entitled “Secularity and religion: pedagogical possibilities in the context of Early Childhood Education” reaffirms the author's intention as an education professional who believes in the power of the (trans) formation attributed to her. The main objective was to identify how pedagogical practices in the context of Early Childhood Education can guarantee respect for secularism in the school environment, without ignoring the importance of religiosity, a theme that permeates the environment, whether due to the religiosity of teachers and staff, or in function of the religiosity of students/family members. And, considering the relevance of religiosity in this context, “use it” to insert the debate on themes such as plurality, tolerance, respect for diversity, etc. Therefore, when children learn about religious diversity, they will have the opportunity to exercise tolerance, based on the premise that knowledge precedes intolerance. In this sense, the problematization is centered on the question of how the relationship between secularism and religiosity happens in the context of Early Childhood Education? In the search for answers to this question, the research was structured around two central questions. Secularity and religion in the school context and Secularity as protection to Early Childhood Education, which through bibliographical research based on the contributions of Libâneo, Freire, Junqueira, Passos, Nogueira, among others, it was possible to develop the theme. The methodological path also included field research, considering that religious, cultural and ethnic-racial diversity are themes that belong to the secular group, and that the family plays a strong influencing role in the education of children, followed by the school, which places itself as the second group officially responsible for its formation, which reaffirms or refutes predetermined patterns or models as if they were absolute. However, it is up to the school to enable learning interactions of social and cultural diversity, to prepare it to live with the different, through the development of the pedagogy of transdisciplinary projects, a subject addressed in the proposed Educational Product, called “Mão Amiga”, which suggests the use of a mathematical formula (in the figurative sense: $P^2 = L + R$ (EPL)/T), where P^2 = Target Audience and Pedagogical Proposal; L = Legislation; R (EPL) = Religiosity in the Secular Public School and, T = General themes) so that the teacher can observe the development of their pedagogical practice. It can be concluded, then, that the guarantee of the principle of secularism becomes more effective, the closer the communication between the school management and the school community, since the school, even though it is a kindergarten school, must prioritize pedagogical practices that promote interactivity, coexistence with respect to differences, given the Brazilian cultural, social and religious diversity.

Keywords: Secularity. Child education. Tolerance. Transdisciplinary Pedagogical Practices. Educational Product: “Mão Amiga” Practical Guide.

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS

Figura 1. Legislações importantes referentes à Educação Infantil	16
Figura 2. Elementos que definem a laicidade.....	26
Figura 3 Tripé da ação pedagógica da escola.	60
Figura 4. Professa alguma religião	65
Figura 5. De que maneira que a escola respeita a questão da laicidade <i>e porquê não respeita?</i> ...	76
Figura 6. Se a religiosidade era apontada no Projeto Político Pedagógico	77
 Gráfico 1. Sexo	 62
Gráfico 2. Formação	62
Gráfico 3. Tempo de experiência na área da educação	63
Gráfico 4. Função/cargo	64
Gráfico 5. Qual a sua religião?	66
Gráfico 6. Sua religiosidade está presente na sua prática pedagógica cotidiana?	67
Gráfico 7. Você já identificou alguma prática religiosa no contexto escolar?	68
Gráfico 8. A escola contempla por meio das datas comemorativas religiosas a expressão religiosa de todos/as os/as alunos/as?	71
Gráfico 9. A religiosidade dos/as profissionais ou da família influencia na formação das crianças?	72
 Tabela 1. Como que sua religiosidade está presente na sua prática pedagógica?	 67
Tabela 2. De que forma identificou alguma (s) prática (s) religiosa na escola?.....	69
Tabela 3. Como que a escola organiza o calendário escolar relacionado às datas comemorativas religiosas?.....	70
Tabela 4. Justifique sua resposta anterior, referente à influência dos/as profissionais ou da família na formação das crianças, descrevendo porque acredita que não influencia, ou porque acredita que influencia.....	72
Tabela 5. De que forma você desenvolve práticas pedagógicas para trabalhar as questões da diversidade religiosa e cultural brasileira?	74

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 LAICIDADE E RELIGIÃO NO CONTEXTO ESCOLAR	13
1.1 Conceito de Educação Infantil.....	13
1.2 Educação Infantil e laicidade na escola pública	19
1.3 Inclusão da diversidade religiosa na Educação Infantil.....	27
2 LAICIDADE COMO PROTEÇÃO À EDUCAÇÃO INFANTIL.....	36
2.1 Sobre a separação entre Estado e Igreja no contexto escolar	36
2.2 Educação Infantil livre de proselitismo	43
2.3 Respeito à laicidade na Educação Infantil	47
3 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO E ANÁLISE DOS DADOS	56
3.1 Metodologia de pesquisa	57
3.2 Análise dos dados	61
3.3 Produto educacional: guia prático Mão Amiga	78
3.3.1 Guia Prático	79
3.3.2 Público-alvo:.....	80
3.3.3 Proposta metodológica	80
3.3.4 Legislações	81
3.3.5 Religiosidade no espaço público laico:	82
3.3.6 Temas	82
3.3.7 Considerações.....	83
CONCLUSÃO.....	84
APÊNDICE	97

INTRODUÇÃO

Mesmo que se mostre em certo desacordo com a modernidade tecnológica, ainda hoje, em pleno século XXI, a sociedade brasileira se encontra frente ao dilema entre laicidade e religião no espaço público. Como resultado desse embate, a escola pública também sofre consequências que, muitas vezes, acabam por afetar seu cotidiano, bem como a qualidade da educação ofertada. Isso ocorre porque a escola tem se mantido como campo de disputa entre a religião e o Estado e, especialmente ao longo das últimas duas décadas, tal contenda vem se intensificando, em decorrência das mudanças no cenário religioso do país.

À primeira vista, entende-se que a religiosidade de um povo é parte fundamental de sua história e de sua cultura. No entanto, há que se impor limites à expressão dessa mesma religiosidade, sempre que significar interferência negativa às instituições públicas, configurando-se em ameaça direta aos direitos individuais e ao Estado democrático de direito. Partindo dessas premissas, consideradas fundamentais, é que se optou por desenvolver, nesta dissertação de Mestrado, o tema *Laicidade e Religião: possibilidades pedagógicas no contexto da Educação Infantil*.

Sabe-se que a importância da religiosidade na vida das pessoas é notória, porém, o problema surge a partir do momento em que se tenta impor a própria religiosidade aos demais, fazendo, por conseguinte, com que os contextos públicos sejam tomados pelo conflito e desrespeito ao entendimento adverso. Sendo o Brasil uma nação constituída a partir da junção cultural de origens diversificadas, torna-se notório o trabalho pedagógico, no sentido de verificar que características de cada religião exercem influência direta sobre os espaços públicos e, especialmente, sobre as tomadas de decisão na administração pública – o que inclui a escola pública e como garantir o respeito à laicidade neste contexto

Assim sendo, o objetivo central delimitado foi identificar como as práticas pedagógicas no contexto da Educação Infantil podem garantir o respeito à laicidade no espaço escolar, sem desconsiderar a importância da religiosidade, tema que permeia o ambiente, seja em função da religiosidade dos docentes e funcionários, seja em função da religiosidade dos alunos/familiares. E, considerando a relevância da religiosidade neste contexto, “aproveitá-la” para inserir o debate sobre temas tais como pluralidade, tolerância, respeito à diversidade e etc. E quanto aos objetivos específicos, pretende-se trazer à luz do debate teórico a questão da laicidade no contexto da escola pública de Educação Infantil, em sentido geral, para ofertar ao leitor alguns dos principais conceitos inerentes à temática. Busca-se também discutir como o princípio da laicidade pode servir aos ideais de proteção à Educação Infantil. Por fim,

pretende-se ainda, em contexto prático, oferecer sugestões pedagógicas, tendo em vista o reconhecimento da importância da diversidade cultural e religiosa como consideração ao princípio da laicidade, para o desenvolvimento de temas tais como pluralidade, tolerância, respeito à diversidade etc.

A Educação Infantil, como parte primária da educação básica, possui profissionais, na maioria das vezes, a partir da experiência da autora, comportamento conservador, especialmente no que diz respeito à religiosidade, em que predominam as matrizes de cunho cristão. Esse público, não raramente, assume postura tradicional que acaba afetando o cotidiano da escola – instituição que acaba por refletir o comportamento predominante no meio em que se encontra inserida, fato também verificado nos estudos de pesquisa que na Faculdade Unida de Vitória são desenvolvidos.

Diante disso, a questão-problema a ser resolvida é como acontece a relação laicidade e religiosidade no contexto da Educação Infantil? Ora, sabe-se que na etapa da Educação Infantil a escola não trata diretamente de questões relacionadas à religiosidade, porém, de modo indireto, aborda os temas éticos e morais, cuja finalidade é iniciar uma conscientização e compreensão acerca da pluralidade, inclusividade, tolerância, preconceito, dentre outros assuntos correlatos, que contribuam para a (e na) formação do sujeito em desenvolvimento.

Ocorre que a escola não está isenta da influência de seus/as frequentadores/as ou de quem nela trabalha, assim, é comum que, por vezes, determinadas atitudes possam ser entendidas como algo além dessa abordagem inicial que a Educação Infantil promove acerca da religiosidade. No entanto, garantir que a laicidade no espaço público seja respeitada consiste numa árdua tarefa para gestores/as escolares e demais profissionais da educação, justamente porque, como já se falou, a escola ainda é um “campo de justas” entre a igreja e o Estado.

Mas, entende-se que as crianças não devem sofrer os drásticos revezes de tal disputa, cabendo à escola protegê-las de tais interferências, a partir da garantia de que recebam uma educação de qualidade e livre, ao máximo, de quaisquer tentativas da sociedade de impor um ensino de caráter confessional. Tal conduta, inclusive, não condiz com a legislação vigente, e muito menos, com a modernidade, que prima pela liberdade e tolerância, principalmente, após a promulgação da Constituição Cidadã, ou Carta Magna de 1988.

Sendo assim, a hipótese que se levanta inicialmente é a de que, na Educação Infantil, a garantia do princípio da laicidade se torna mais efetiva, quanto mais estreita for a comunicação entre a gestão escolar e a comunidade escolar. Em outras palavras, a escola precisa aproximar-se dos pais/mães de alunos, para, sempre que possível, trazê-los/as ao

debate acerca do que pode ou não coexistir no ambiente escolar. E, acredita-se que essa seja a melhor maneira de evitar conflitos que, tanto possam descaracterizar o currículo da Educação Infantil, quanto podem ganhar maiores proporções, levando a escola e seus representantes ao banco dos réus e ao crivo público – em que, ambas situações serviriam apenas para engrossar o discurso daqueles que lutam pelo fim da educação pública.

Dessa forma, o presente estudo encontra justificativas consideráveis, dentre as quais, a de caráter pessoal, que diz respeito à vasta vivência da pesquisadora, cujo tempo dedicado à educação – atuando como professora e, depois, como gestora escolar – já supera mais de dez anos. Outra justificativa de cunho profissional reside na contribuição de apresentar sugestões pedagógicas para o contexto da Educação Infantil referente às questões da diversidade, pluralidade e tolerância. Em sentido mais amplo, a pesquisa aqui iniciada também se justifica na necessidade constante de adequação da escola pública, às necessidades de cada tempo e lugar, respeitando-se, simultaneamente, as imposições legais. Ademais, o momento histórico por qual passa o Brasil, em que os extremismos políticos foram também catapultados pelo extremismo religioso que se avizinha perigosamente, leva a crer que é preciso aumentar, imensamente, a proteção sobre a escola pública e, especialmente, sobre a Educação Infantil, configurando-se como primeira entrada do aluno/as no mundo do conhecimento. Então, na primazia para garantir que a educação aconteça sob a égide dos princípios democráticos, pretende-se trazer à tona contribuições para reiterar a importância da laicidade.

Quanto aos principais procedimentos metodológicos adotados, o presente estudo trilha dois caminhos investigativos, quais sejam, a pesquisa de caráter bibliográfico, por meio da qual se busca reunir alguns dos principais conceitos inerentes ao tema, aliando-os à pesquisa de campo, em que se pretende identificar como as práticas pedagógicas referentes às questões envolvendo laicidade podem ser garantidas no contexto da Educação Infantil.

Quanto à forma específica de coleta de dados, em decorrência das limitações impostas pela situação de pandemia pelo novo coronavírus (Covid-19), optou-se pela utilização do questionário (Apêndice A), via *Google Forms*, aplicado a um grupo de 41 (quarenta e um) profissionais que atuam na Educação Infantil em dois municípios da Grande Vitória, de duas Unidades Municipais de Educação Infantil, cuja identificação se dará pelo ordem de preenchimento do link, evitando sua identificação e garantindo o respeito ético, dentre os quais 35 (trinta e cinco) participaram. Os questionários foram preenchidos, via link encaminhado diretamente aos participantes, que num prazo de 10 (dez) dias ficou disponível, de modo que ao final, as respostas foram categorizadas e analisadas à luz do aporte teórico delimitado, respondendo aos objetivos delimitados.

A estrutura básica do presente estudo de Mestrado, apresenta no primeiro capítulo, escrito com fundamento em pesquisa de cunho bibliográfico, os principais conceitos relativos à Educação Infantil brasileira, de forma a expor, de forma resumida os principais pontos de destaque sobre a educação, especialmente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. Esse mesmo capítulo traz ao debate a relação entre essa etapa de ensino e a questão da laicidade na escola pública. Por último, disserta sobre inclusão e a diversidade religiosas na Educação Infantil.

No que concerne ao segundo capítulo, também desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica e documental, trata-se de um chamado ao leito para o debate a respeito da laicidade como elemento que protege a Educação Infantil, impedindo que tal etapa de ensino possa servir de campo de batalha entre as religiões que tentam, ainda, exercer domínio sobre a educação pública. Assim, aborda-se a questão da separação entre Estado e Igreja no âmbito escolar, bem como disserta-se sobre a importância de se manter a Educação Infantil isenta de proselitismo.

O terceiro capítulo, prioritariamente destinado à parte metodológica do estudo, pretende trazer a público os resultados e as análises da pesquisa de campo, por meio da qual se busca conhecer como se viabiliza a promoção e a garantia da laicidade no contexto da Educação Infantil. Ainda nesse mesmo capítulo, após a interpretação dos dados, sugere-se uma seção que apresenta um “manual pedagógico” para servir às práticas pedagógicas dos/as docentes quanto à apresentação do tema religião às crianças, com o desenvolvimento de temas como a pluralidade, diversidade, tolerância, preconceito, etc.

A investigação não esgota a temática referente a religião e laicidade na Educação Infantil, mas inicia, mesmo que timidamente, a discussão a respeito da importância de tornar o contexto escolar espaço de conscientização, reflexão e formação cidadã.

1 LAICIDADE E RELIGIÃO NO CONTEXTO ESCOLAR

Sabe-se que na Educação Infantil o Ensino Religioso não consta no seu quadro curricular, sendo abordada a partir das práticas pedagógicas referentes aos valores religiosos e éticos, principalmente ao que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) chama de competências socioemocionais.¹ Ao tomar essa premissa como base para a presente dissertação de Mestrado, esse primeiro capítulo, desenvolvido a partir de pesquisa de cunho bibliográfico, inicia-se com uma sucinta apresentação dos principais conceitos inerentes à Educação Infantil no Brasil, de modo a expor a forma como tal educação evoluiu historicamente. Em seguida, trazer a debate a relação entre esse nível de ensino e a questão da laicidade na escola pública brasileira, e finaliza com a abordagem acerca da inclusão e da diversidade religiosas na Educação Infantil.

1.1 Conceito de Educação Infantil

Considerando-se o ponto de vista histórico, a infância é construída a partir de longo processo, que lhe atribuiu estatuto social e que elaborou as bases ideológicas, normativas e referenciais do seu lugar na sociedade. Tal processo, além de tenso e contraditório, não se esgotou. A geração da infância está, por conseguinte, em processo contínuo de mudança, não somente pela entrada e saída de seus atores concretos, mas por efeito conjugado das ações internas e externas dos fatores que a constroem e das dimensões de que se compõe.²

Partindo desse pressuposto, a evolução do conceito de infância ao longo dos séculos, pode ser resumida como um longo caminho em busca de reconhecimento e interesse político, contudo, para os objetivos do presente estudo, o que interessa destacar é a visão da infância a partir da Constituição de 1988. Pois, foi nesse período que, em quase todo o mundo ocidental, a criança passou, de um ser que ocupava espaço periférico ao final do século XX, para ser alvo de estudiosos que buscam compreender melhor o seu papel social. Surge a Sociologia da Infância, num contexto em que as crianças deixam de ser vistas simplesmente, como sujeitos,

¹ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de educação básica. *Base nacional comum curricular: educação é a base*. Brasília: MEC; SEB; CNE, 2017, [online], p. 435-452.

² SARMENTO, Manuel J. Imaginário e culturas da infância. *Revista Cadernos de Educação*, Pelotas, v. 12, n. 21, p. 51-59, 2003. p. 52.

para serem concebidas como atores sociais, compreendidos como pertencentes a grupos sociais específicos, sendo pesquisados em suas relações intra e intergeracionais.³

A compreensão sobre a infância, enquanto categoria presente e permanente na estrutura social, leva a crer que as crianças, enquanto grupo, possuem identidade comum. A infância constitui forma estrutural particular, definida não somente pelas características individuais das crianças, mas, principalmente, em face de suas demandas comuns. A partir do conceito de infância enquanto forma estrutural, pode-se compará-la a outras formas de estratificação social. Sendo assim, a aceitação da infância enquanto categoria estrutural permite identificar as características comuns às crianças.⁴ Contudo, quais seriam essas características?

No Brasil, a história da Educação Infantil possui características próprias. Em especial, a creche é decorrente do processo de industrialização e da ascensão da mulher no mercado de trabalho, aumentando, por conseguinte, a demanda pela criação de instituições de atendimento à infância. Assim, entende-se que as creches não foram criadas para atender às necessidades da criança, mas sim para atender à necessidade do mercado de trabalho, que havia adotado a mão de obra feminina. Contudo, tais instituições ganharam destaque e passaram a ser reivindicadas como direito de todas as mulheres trabalhadoras.⁵ Nesse sentido, a mudança do paradigma familiar, a quebra da tendência para a constituição de famílias numerosas, e a crescente participação da mulher no mercado de trabalho, assim como a quebra de apoio de vizinhança e o intuito de promover a natalidade, reafirmaram a necessidade de existência de creches. Nesse sentido, percebe-se que a creche surge e é legalmente contextualizada como uma necessidade de apoiar as famílias nos cuidados das crianças fora do âmbito familiar, permitindo uma conciliação entre a família e o exercício da profissão.⁶

Daí porque a LDB, lá em 1996, vai estabelecer que a Educação Infantil deve também ser ofertada, em creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade.⁷ O que se observa é que a distinção entre ambas é feita tão-somente por meio do critério de faixa etária. A inclusão da creche no âmbito educativo abre importantes perspectivas quanto ao avanço de propostas que

³ BARBOSA, Adriza S. S.; SANTOS, João D. F. Infância ou infâncias? *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 18, n. 38, p. 245-263, 2017. p. 257.

⁴ DIAS, Sabrina C. A emergência da sociologia da infância: rupturas conceituais no campo da sociologia e os paradoxos da infância na contemporaneidade. *Revista Veras*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 63-80, 2012. p. 70.

⁵ AGUIAR, Beatriz C. L. *A epistemologia do educador infantil de creche*. Marília: UEP, 2002, p. 13.

⁶ MADUREIRA, Joana C. M.; BAPTISTA, Nuno J. M. Promoção do desenvolvimento integral inclusivo da criança em creche e jardim de infância. In: PSICOLOGIA PT [Site institucional]. 24 abr. 2016, [online]. p. 3.

⁷ LIMA, Maria Betania B. S. L.; DORZIAT, Ana. *Cenas do cotidiano nas creches e pré-escolas: um olhar sobre as práticas de inclusão*. Goiânia: ANPEd, 2013. p. 11.

reconhecem a necessidade de atender às crianças pequenas. Entende-se que o cuidado é fundamental, uma vez que envolve ações, valores, habilidades e atitudes, empreendidas no sentido de favorecer as potencialidades das pessoas para manter ou melhorar a condição humana.⁸

No entanto, até o final dos anos 1960, pouco se apresentou em termos de legislação que garantisse a oferta à Educação Infantil. Assim, a questão da creche avançou muito nos últimos anos, vários setores da sociedade, como os grupos ligados aos movimentos populares e outros, passaram a reivindicar creches e pré-escolas como um direito à educação das crianças de todas as camadas sociais. Na década de 1970, houve grande aumento no setor privado da educação pré-escolar, com o intuito de atender às classes média-média e média-alta.⁹

Porém, enquanto as instituições públicas buscavam atender crianças pobres, visando apenas o assistencialismo, as escolas particulares apresentavam propostas pedagógicas que enfatizavam a socialização e a preparação para o ensino regular. Observa-se que as crianças de classes sociais diversas eram vistas de modo distinto, já que as classes desfavorecidas eram atendidas com propostas de trabalho que focavam a ideia de carência e as crianças das classes abastadas recebiam educação que visava à criatividade e à sociabilidade infantil.¹⁰

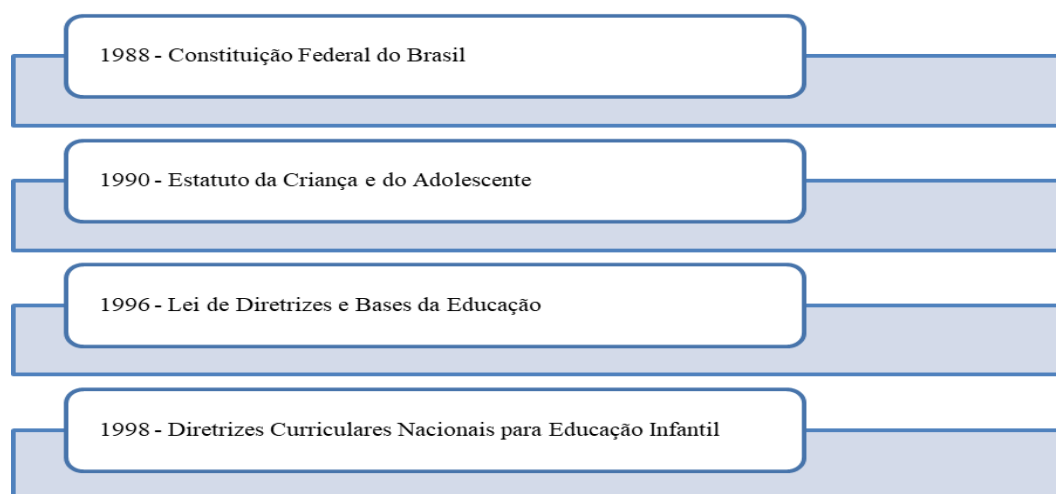
Tem-se um quadro que ilustra três datas marcantes para a Educação Infantil no Brasil, observe a figura abaixo:

⁸ ANGOTTI, Maristela. *Educação infantil: para que, para quem e por quê*. Campinas: Alínea, 2006, p. 65.

⁹ AGUIAR, 2002, p. 14.

¹⁰ KRAMER, Sônia. *A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. São Paulo: Cortez, 2001, p. 13.

Figura 1. Legislações importantes referentes à Educação Infantil¹¹



A partir de 1988, com a Constituição Federal, a Educação passou a ser direito de todos os cidadãos desde o nascimento. Com isso, a Educação Infantil passou a ser direito da criança, uma opção dos pais e um dever do Estado. Em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECRIAD) reafirmou os direitos dos cidadãos de pouca idade e, em 1996, a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) concebeu a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica. Então, sob o ponto de vista jurídico, as crianças pequenas passavam a ser sujeitos de direitos, entre eles, o de acesso à creche e à pré-escola – e às instituições educativas, cuja finalidade é a promoção do desenvolvimento integral das crianças.¹²

E o Parecer 022/1998, referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI), ao definir a concepção de criança, descortina novo olhar ao apresentar as especificidades do ser criança ao afirmar que são seres humanos com todas as melhores potencialidades da espécie:

Inteligentes, curiosas, animadas, brincalhonas em busca de relacionamentos gratificantes, pois entendimento, afeto, amor, brincadeira, bom-humor e segurança trazem bem estar e felicidade; tagarelas, desvendando todos os sentidos e significados das múltiplas linguagens, por onde a vida se explica; inquietas, pois tudo deve ser compreendido, num mundo que é sempre novo a cada manhã; encantadas, fascinadas, solidárias e cooperativas desde que o contexto ao seu redor, e principalmente, nós adultos/educadores, saibamos responder, provocar e apoiar o

¹¹ Adaptado de: BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Presidência da República, [online], [n.p.]; BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. [Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências]. Brasília: Presidência da República, [online], [n.p.]; BRASIL. Casa Civil. *Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. [Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional]. Brasília: Presidência da República, [online], [n.p.]; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. *Parecer CNE/CEB nº 022, de 17 de dezembro de 1998*. [Estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil]. Brasília: MEC; CEB, [online], p. 1-17.

¹² BRANCO, Jordanna C.; CORSINO, Patrícia. O discurso religioso em uma escola de educação infantil: entre o silenciamento e a discriminação. *Revista Eletrônica de Educação*, São Carlos, v. 9, n. 3, p. 128-142, 2015, [online], p. 129.

encantamento, a fascinação, que levam ao conhecimento, à generosidade e à participação.¹³

Assim, observa-se que as crianças precisam de mínimo direcionamento, o qual vai além do oferecido no lar. Nesse sentido, as instituições escolares são fundamentais para o desenvolvimento geral e cognitivo da criança e, por conseguinte, para os ciclos posteriores de sua vida. Afinal, é na escola que se constrói parte de sua identidade. É também na escola que as crianças adquirem os princípios éticos e morais que serão aplicados na sociedade. Enfim, é na escola que se inicia o processo de socialização, por meio do qual a criança internaliza os padrões sociais de agir, pensar e sentir. Essa mesma socialização busca adaptar os hábitos, necessidades e interesses. A escola se constitui o local mais apropriado ao desenvolvimento do processo de transmissão – assimilação do conhecimento elaborado, sendo o local onde o indivíduo se instrumentaliza para atuar no meio social. O processo de escolarização se inicia pela fase denominada Educação Infantil.¹⁴

No entanto, destaca-se que, nas últimas décadas, a Educação Infantil mudou consideravelmente, buscando consolidar nova concepção sobre o educar e o cuidar de crianças pequenas, em instituições educacionais, visando garantir educação de qualidade, abrangente em seus variados aspectos – cognitivo, emocional, motor e social –, entendendo o cuidado como sendo algo indissociável do processo educativo. Assim, a Constituição de 1988 reconhece a criança como sujeito de direitos e, em seu artigo 227, determina que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.¹⁵

Portanto, a criança de zero a cinco anos passou a ser vista como sujeito de direitos, demonstrando grande avanço quanto à garantia dos direitos do menor. A Carta Magna de 1988 assegurou à educação a garantia do atendimento em creches às crianças de 0 a 6 anos, como direito de todos e dever do Estado e da família. Com isso, as creches, que eram pertencentes à área de assistência, tiveram sua entrada no campo educacional, do qual certifica sua função educativa, e nesta se agrega as ações de cuidado.¹⁶

¹³ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1998, p. 5-6.

¹⁴ SILVA, Patrícia A.; TIMBÓ, Raimunda C. O papel da escola no processo da socialização na educação infantil. *Revista Multidisciplinar em Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 68-77, 2017. p. 69-70.

¹⁵ BRASIL, 1988, [n.p.].

¹⁶ MORENO, Lupion G. Organização do trabalho pedagógico na instituição de educação infantil. In: PASCHOAL, Jaqueline D. (org.). *Trabalho pedagógico na educação infantil*. Londrina: Humanidades, 2007. p. 54.

As normas jurídicas brasileiras disponibilizam importante legislação sobre o direito de toda pessoa à educação, conforme pode ser observado no Artigo 4º da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, incluindo as crianças com necessidades educativas especiais. Então, a Educação Infantil como parte da Educação Básica, não tem como objetivo o ensino e, sim, a educação das crianças pequenas, por isso, que o foco não se concentra especificamente nos processos de ensino-aprendizagem, mas nas chamadas relações educativo-pedagógicas. Entende-se assim que, em se tratando de Educação Infantil, o ato de ensinar visa garantir a apropriação do patrimônio humano-genérico pela criança, promovendo e guiando seu desenvolvimento físico, psíquico e ético-moral.¹⁷

Aqui vale lembrar que esse último – o desenvolvimento ético-moral – pode ser motivado por meio dos valores religiosos, que são ensinados às crianças sem, contudo, ter relação direta com qualquer religião, visto que é preciso respeitar o caráter laico da escola – conforme se verá no próximo subtópico.

Supõe-se que as crianças são seres ativos e suas ações colocam em movimento outras ações, participando ativamente da vida, do trabalho e da convivência com os demais. A ação das crianças é condição de emergência do sujeito no mundo; pois, é pela faculdade do agir da criança que o mundo pode ser compreendido. Cada ação, interpretada como acontecimento, sempre revela e recria o mundo humano.¹⁸ Nesse sentido:

A escola é um dos poucos lugares onde as crianças têm a oportunidade de estabelecer rotina cultural com outras crianças, podendo criar cultura de pares por via de suas brincadeiras e trocas sociais. Portanto, observar as crianças na escola é também uma oportunidade de conhecer suas formas de interagir, de reelaborar e de ressignificar suas ações e questões no/do mundo. Assim, ao observar as culturas de pares infantis na escola, é percebem-se as inter-relações das culturas e as recriações das crianças. A compreensão das crianças enquanto agentes sociais ativos e criativos, que produzem a própria cultura, a infantil foi fundamental para observar interações das crianças.¹⁹

Trata-se de modelo educacional guiado pela certeza de que incluir é acreditar que todos têm o direito de participar da educação e da sociedade em geral. Essa nova perspectiva educacional tem como base: acessibilidade, projeto político-pedagógico, criação de redes e de parcerias, formação de professores/as e atendimento educacional especializado.²⁰ No entanto, para o presente estudo, em que se aborda o contexto específico da Educação Infantil, faz-se

¹⁷ PASQUALINI, Juliana C. *O papel do professor e do ensino na educação infantil: a perspectiva de Vigotski, Leontiev e Elkonin*. São Paulo: UNESP, 2010. p. 163.

¹⁸ PEREIRA, Maria E. C.; JURBERG, Claudia; BORBA, C. M. A construção de estratégia lúdica para o ensino de biossegurança. *Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias*, Vigo, v. 14, n. 3, p. 295-311, 2015. p. 299.

¹⁹ BRANCO; CORSINO, 2015, p. 134.

²⁰ BIAGGIO, Rita. A inclusão de crianças com deficiência cresce e muda a prática das creches e pré-escolas. *Revista Criança do Professor de Educação Infantil*, Brasília, n. 44, p. 19-26, 2017, [online]. p. 20.

necessário conceituar as especificidades referentes às temáticas investigadas, dentre elas, a laicidade.

Sendo assim, após terem sido aqui expostos alguns dos principais conceitos inerentes à Educação Infantil brasileira, por meio dos quais foram também ressaltados seus aspectos sociais e históricos, passa-se agora, no próximo tópico, a debater a estreita relação entre a Educação Infantil e a questão da laicidade nas escolas públicas do país.

1.2 Educação Infantil e laicidade na escola pública

Atualmente a Educação Infantil é a porta de ingresso ao sistema educacional para boa parte das crianças, devendo o atendimento educacional especializado ser ofertado na própria creche ou pré-escola em que a criança está matriculada.²¹ Na Educação Infantil, o cuidar é parte fundamental, não basta cuidar somente, é preciso considerar a formação integral dessa criança, o que envolve conhecimentos e habilidades acerca da infância e do seu desenvolvimento. Para que um desenvolvimento integral ocorra, dependerá tanto dos cuidados que envolvem a dimensão afetiva, quanto dos cuidados relacionados aos aspectos biológicos, como alimentação e saúde. Assim, cuidar e educar são ações inseparáveis e essenciais na Educação Infantil, pois, para educar, faz-se necessário o cuidar e para cuidar, faz-se necessário o educar.²²

No entanto, a Educação Infantil desenvolve ludicamente a aprendizagem, visando contribuir para a formação cognitiva, social e cultural da criança, favorecendo sua formação integral, e a considera como sujeito ativo que aprende desde os primeiros anos, no início da fase escolar. Por isso a Educação Infantil oferece grande contribuição para o desenvolvimento das crianças, para que se tornem cidadãos/ãs críticos/as, conscientes, com habilidades e potencialidades para a vida profissional, pessoal e social.²³

A Lei n. 9394/96 gerou mudanças consideráveis na complementação das políticas educacionais brasileiras, incorporando a Educação Infantil à Educação Básica, bem como ampliando sua importância nos processos de desenvolvimento, integração, socialização e aprendizagem, por meio dos quais a criança passou a ser vista como dona de uma infância que

²¹ BIAGGIO, 2017, p. 21.

²² SANTOS, Nathália F. R. *Educação infantil no Brasil: o paradigma entre o cuidar e o educar no centro de educação infantil*. Londrina: UEL, 2010, p. 26.

²³ SANTOS, Sandro V. S.; SILVA, Isabel O. Crianças na educação infantil: a escola como lugar de experiência social. *Revista Educação em Pesquisa*, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 131-150, 2016, p. 148.

exige maior compreensão e investimento, quanto aos aspectos que ela desenvolve.²⁴ Assim, a Educação Infantil passou a ser tratada na Seção II, do capítulo II (Da Educação Básica), nos seguintes termos:

Art. 29 – A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Art. 30 – A Educação Infantil será oferecida em: I – creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas para crianças de quatro a seis anos de idade.²⁵

Sendo o Brasil uma nação cuja história é caracterizada, desde o descobrimento, por injustiças e preconceitos – especialmente em relação a elementos culturais e religiosos de origem africana –, os novos rumos da Educação Infantil, surgidos após a promulgação da “Constituição Cidadã” de 1988 e, também, fundamentados mais recentemente pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), têm, entre seus principais objetivos, promover a diversidade cultural e religiosa, já na pequena infância – para que as crianças cresçam livres de quaisquer preconceitos. Tais esforços estão alicerçados em ideais democráticos, justificam a laicidade aplicada também à Educação Infantil, posto que o Estado brasileiro é juridicamente orientado a assumir postura laica em todas as suas atividades.

Com isso, entende-se que a Educação Infantil ideal é aquela que respeita os direitos da criança em um espaço adequado, rico em estímulos, buscando a construção de novos saberes e a descoberta do mundo. Para tanto, é preciso reinventar a infância, reconhecendo-a como fase de importância fundamental no desenvolvimento, o que revela diversos desafios a serem superados diante de seus direitos e deveres, de modo que infância e inocência sejam mantidas como sinônimos de alegria e afetividade.²⁶ Contudo, aqui se está falando da educação voltada a crianças com idade na faixa que vai de 0 a 6 anos. Nessa fase, a brincadeira é uma das atividades mais importantes, pois, está presente na vida da criança, fazendo com aprendam brincando. A brincadeira se faz necessária na escola, visto que o brincar influencia o desenvolvimento infantil, tornando-se então necessário nessa modalidade, principalmente por constituir período que requer mais atenção e criatividade por parte dos/as professores/as.²⁷

Em relação ao caráter lúdico do ensino, as brincadeiras se constituem um dos instrumentos mais eficazes, pois, ao mesmo tempo em que possibilitam um aprendizado mais

²⁴ BRASIL, 1996, [n.p.].

²⁵ BRASIL, 1996, [n.p.].

²⁶ MORENO, 2007, p. 55.

²⁷ SALOMÃO, Hérica A. S.; MARTINI, Marilaine. A importância do lúdico na Educação Infantil: enfocando a brincadeira e as situações de ensino não direcionado. In: PSICOLOGIA PT [Site institucional], 07 set. 2007, [online], p. 4.

adequado à linguagem infantil, permitem também que as crianças desenvolvam habilidades e valores paralelos às unidades temáticas principais da área de conhecimento.²⁸ As brincadeiras, entendidas como atividades dominantes na infância, em face das condições concretas da vida da criança e o lugar que elas ocupam na sociedade, se constituem umas das principais formas pelas quais a criança aprende. É por meio das brincadeiras que se inicia a formação de seus processos de imaginação ativa e, também, onde a criança se apropria das funções sociais e das normas de comportamento, visto que a aprendizagem se configura no desenvolvimento das funções superiores por meio da apropriação e da internalização dos signos e dos instrumentos em ambiente de interação, o qual deve contemplar todas as formas de sociabilização.²⁹ E acredita-se que a de caráter religioso poderia ser inserida nesse contexto.

Assim sendo, ressalta-se também que cabe à Educação Infantil evitar que se convertam em territórios de disputa entre as diversas denominações religiosas, daí porque a literatura leva a crer que a melhor educação das crianças pequenas deve se concentrar no despertar de valores, os quais motivam tais crianças a cuidarem melhor de si mesmas e dos outros. Porém, ensinar crianças pequenas não é uma tarefa fácil, pois, estando este ensino baseado, principalmente, em brincadeiras e atividades lúdicas, torna-se essencial selecionar e planejar tais atividades, de modo a eliminar aquelas que estimulam a competitividade negativa, motivando, por outro lado, aquelas que priorizam o incentivo à integração, interação, ao cuidado e à diversidade cultural e religiosa.³⁰

No entanto, a perspectiva moderna de separação entre Estado e religião implica em concepção da religião ou da igreja, como forma de associação voluntária, da qual as pessoas podem ou não participar livremente, conforme sua escolha e vontade. Um dos principais argumentos em defesa da laicidade do Estado é a defesa das liberdades de consciência, de culto e de religião.³¹ Como associações voluntárias, em uma visão liberal, entende-se que as igrejas representam e expressam, em grande medida, as opiniões e os anseios de parcela da sociedade, e podem e devem atuar livremente no espaço público não estatal – respeitando os

²⁸ ROCKENBACH, Ramon R. B. *O xadrez escolar e sua relação com a satisfação familiar*. Dois Vizinhos: UESP, 2010, p. 10.

²⁹ VYGOTSKY, Lev S. *Psicologia pedagógica*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 51.

³⁰ MIRANDA, Jorge. Estado, liberdade religiosa e laicidade. *Revista Gaudium Sciendi*, Lisboa, v. 1, n. 4, p. 38-45, 2013, p. 42.

³¹ Laicidade é substantivo feminino. Designa a qualidade de algo ou alguém que é laico. A laicidade corresponde à doutrina ou sistema político que defende a exclusão da influência da religião no estado, na cultura e na educação. A laicidade é característica da maioria dos países. Saiba mais em: MIRANDA, 2013, p. 42.

parâmetros e limites comuns estabelecidos pela legislação –, bem como participar legitimamente dos debates em nome da coletividade.³²

Porém, no Brasil, o debate a respeito da laicidade do Estado e de suas instituições e dos espaços públicos de atendimento ao público-alvo das políticas sociais, remete à retomada do pensamento conservador, em um panorama de radicalização dessa perspectiva que ataca direitos, gerando ódio e destruindo políticas sociais.³³ Aqui, ainda com base na visão de Cardoso e Alves, cabe esclarecer que:

O pensamento conservador é uma postura política e ética que se desenvolve como reação crítica à revolução francesa e industrial, aos defensores da igualdade e liberdade, bem como aos movimentos socialistas/organização dos trabalhadores. Um pensamento, portanto, de crítica à modernidade, à constituição da sociedade burguesa e à perspectiva emancipatória, defendendo valores presentes no período pré-revoluções.³⁴

Entre os principais pilares da defesa dos valores conservadores – que se referem à tradição – encontram-se outros três elementos estruturantes da sociedade: a propriedade privada, a família e a Igreja. As duas últimas são entendidas como instituições naturais, responsáveis pela manutenção da ordem, da hierarquia e da reprodução dos valores e regras sociais.³⁵ E aqui cabe ressaltar que:

Na gênese do pensamento conservador encontra-se a concepção do Estado como legado de Deus, portanto, mais do que uma articulação, uma condição do Estado. Há uma unidade entre Estado e fé, o que nos diz historicamente do poder político da Igreja Católica durante séculos e, mesmo após o processo de secularização, o arraigado imbricamento entre a religião, o Estado e suas instituições.³⁶

Pelo prisma constitucional, a separação entre Estado e Igreja tem limites. No Brasil, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, inc. VI, estipula a liberdade de consciência e de crença: é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias.³⁷ Por esse artigo, assegurou-se liberdade de crença – negativa e positiva. Pela primeira, o Estado não pode criar embaraço ao exercício de qualquer credo religioso, ao passo

³² OLIVEIRA, Gustavo G. Educação, laicidade e pluralismo: elementos para uma genealogia dos debates sobre o Ensino Religioso no Brasil. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 36, p. 43-60, 2014, p. 52.

³³ CARDOSO, Priscila F. G.; ALVES, Luciano. Conservadorismo e laicidade de estado: subsídios para o debate no serviço social. *Revista Temporalis*, Brasília, v. 18, n. 36, p. 45-64, 2018, p. 47.

³⁴ CARDOSO; ALVES, 2018, p. 47.

³⁵ CARDOSO; ALVES, 2018, p. 48.

³⁶ CARDOSO; ALVES, 2018, p. 48.

³⁷ BRASIL, 1988, [n.p.].

que, pela segunda, assegura ao indivíduo a crença em uma divindade e professar a respectiva fé, mesmo que em espaço público.³⁸ Com base nisso, entende-se também que:

O Estado laico não deve agir como corte religiosa. Muitas escolas utilizam a fé e uma religião específica para domesticar as crianças, controlando a disciplina e trazendo “paz e silêncio” para as escolas. Professores fazem orações dentro das salas, leem histórias bíblicas, ouvem e cantam cânticos cristãos e aprendem sobre determinada religião, ou seja, aprendem sobre a religião ao qual o professor é adepto.³⁹

Como se vê, a Carta Magna brasileira, apesar de normatizar e tentar estabelecer um Estado laico, não conseguiu estabelecer a separação entre Estado e Igreja. Tanto porque não se consegue separar o ser-no-mundo do agente público com sua religiosidade, quanto permitir que haja a presença religiosa da esfera política – ainda que de modo informal. E se isso, de certa forma, não chega a ser maléfico para o Estado, a questão principal é saber como o Estado democrático de direito deve lidar com a participação da religiosidade no espaço público.⁴⁰

A ideia de Estado laico requer a separação formal entre a igreja e a atuação política – ainda que algumas questões tenham se modificado, em face do reconhecimento dos limites das concepções mais radicais de Estado laico.⁴¹ Então, entende-se que a questão não é mais se a religião pode e deve estar presente na esfera pública, mas sim como dar sentido a esta presença, percebendo suas modalidades, impactos e avaliando as implicações das relações entre os atores religiosos e seus interlocutores e adversários não religiosos – o que não implica dizer que todas as posições sejam igualmente válidas, do ponto de vista ético e político.⁴²

Daí porque, após mais de trinta anos da promulgação da Constituição Federal, o Brasil se encontra em pleno embate acerca de duas ondas. De um lado, uma nova onda laica, acionada em face da secularização das relações sociais envolvendo sexo e gênero; de outro lado, a reação conservadora, que mobiliza instituições religiosas, em defesa de posições sintetizadas na família. Nesse embate entre uma tendência que avança e outra que recua, o conflito ganha proporções preocupantes, tendo, nas escolas públicas, um espaço de disputa.⁴³

³⁸ SILVA, Diogo B. Laicidade e estado democrático de direito: sobre a relação entre direito, religião e o agir prático. *Revista da Faculdade de Direito*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 31, p. 69-85, 2017, p. 78.

³⁹ ROCHA, Cristino. *Contribuição para a conferência distrital de educação: o estado laico*. Brasília: UnB, 2013, p. 40.

⁴⁰ SILVA, 2017, p. 79.

⁴¹ OLIVEIRA, Amurabi. Estado laico não é estado ateu: algumas reflexões sobre religião, estado e educação a partir da “lei da Bíblia”, em Florianópolis/SC. *Revista Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 16, n. 36, p. 449-473, 2017, p. 452.

⁴² OLIVEIRA, 2017, p. 453.

⁴³ CUNHA, Luiz A. Educação laica na constituinte. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 12, n. 24, p. 481-494, 2018, p. 482.

E uma das principais questões suscitadas nesse debate é questionamento acerca de que até que ponto – ou em quais condições – a influência do aspecto religioso seria compatível, ou não, com a laicidade do Estado, uma vez que não se trabalha com o componente curricular Ensino Religioso na Educação Infantil. O discurso laicista parte do pressuposto liberal clássico de que seria possível e desejável estabelecer fronteira clara e objetiva entre a esfera pública estatal e a esfera social, aberta à manifestação e à negociação de interesses e concepções particulares. Assume, ainda, que a educação e a escola públicas devem ser entendidas como parte da esfera estatal e, por isso mesmo, devem seguir os princípios da racionalidade científica – incompatível com a crença religiosa – em seus métodos, devendo então ser alheias às divisões e divergências acerca das posições particulares próprias do campo social. Como se vê, a escola ao lidar com esse dilema em seu cotidiano, deve entender que o princípio da laicidade deve ser aberto, acolhedor, de modo a possibilitar a realização do pluralismo em um Estado democrático de direito.⁴⁴

Na escola, diante da diversidade cultural e religiosa em que crianças estão inseridas, deve-se estimular o respeito à tolerância, desde a Educação Infantil, cabendo ao/a professor/a compreender os movimentos específicos das diversas culturas, cujo substantivo religioso colabora com a constituição de cidadãos multiculturalistas, buscando ações educacionais que valorizem a diversidade, bem como objetivando o processo de construção da cidadania.⁴⁵

No entanto, as escolas brasileiras devem se guiar pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual defende propiciar conhecimentos sobre o direito à liberdade de consciência e de crença, no propósito de promoção dos direitos humanos e desenvolver competências e habilidades que contribuam para o diálogo entre perspectivas religiosas e seculares, exercitando o respeito à liberdade de concepções e o pluralismo de ideias.⁴⁶

Como se pode constatar, de maneira geral, a BNCC apresenta os fundamentos necessários para que se possa ajudar o/a estudante a reconhecer e respeitar as características físicas e subjetivas de cada um; bem como a valorizar a diversidade da vida.⁴⁷ Trata-se de documento importante, visto que sua orientação se dá no sentido de contribuir para a minimização ou, até mesmo, a eliminação de quaisquer formas de preconceito ou de resistência à diversidade e à inclusão. Nesse sentido, a BNCC oferece importantes orientações

⁴⁴ SANTOS, Gláucio A.; TORRES, Marco A.; FONSECA, Marcus V. Laicidade da educação em questão: encontros de Ensino Religioso nas cidades de Ouro Preto e Mariana. *Revista Horizonte*, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 69-80, 2016, p. 71.

⁴⁵ KADLUBITSKI, Lidia; JUNQUEIRA, Sérgio R. A. Cultura e diversidade religiosa: diálogo necessário em busca da fraternidade universal. *Revista Interações*, Uberlândia, v. 5, n. 8, p. 123-139, 2010, p. 126.

⁴⁶ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017, p. 436.

⁴⁷ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017, p. 436.

básicas e específicas, cujas finalidades vão ao encontro das necessidades sociais e educativas do país, nesse conturbado momento político.⁴⁸

Porém, no Brasil, a laicidade ainda está longe de ser algo claro, revelando-se envolta por fragilidades, sendo mais idealizada que real. Daí que nem mesmo o espaço das escolas públicas – que deveria ser um espaço voltado exclusivamente para a discussão e a inclusão – foge à regra. Pelo princípio da laicidade, as escolas públicas, tenderiam a seguir novo direcionamento, fundado no respeito à diversidade cultural e religiosa. Contudo, aí reside a contradição: escolas públicas mostram-se proselitistas ao iniciarem as aulas com orações, por exemplo, em seu cotidiano. Sem reconhecer a diversidade religiosa, muitas escolas públicas favorecem a manutenção de rótulos e preconceitos, assumindo, ainda determinada identidade religiosa, excluindo as demais – principalmente as minoritárias, com menor relevo social.⁴⁹

O modelo de laicidade brasileiro seria aquele associado a um entendimento de laicidade que pressupõe o sistema republicano e lhe é central. A laicidade brasileira deveria ser um regime político visto como o cimento social – um elemento de união, que permitiria a igualdade de participação na comunidade. Afinal, a existência e manutenção da República implica na transmissão de elementos culturais adequados a todos os cidadãos. A laicidade seria um desses elementos, possibilitando a liberdade de crença. Dessa forma, a laicidade deve buscar o bem-comum na legitimação dos valores éticos, tais como a tolerância, o respeito ao próximo, o sentido de humanidade, a liberdade e o reconhecimento da dignidade do outro. Portanto, a laicidade permitiria a reflexão autônoma, sem necessidade de recorrer a elementos dogmáticos na justificativa racional. Em outros termos, tal princípio seria um caldo cultural e intelectual que sustentaria a República brasileira.⁵⁰

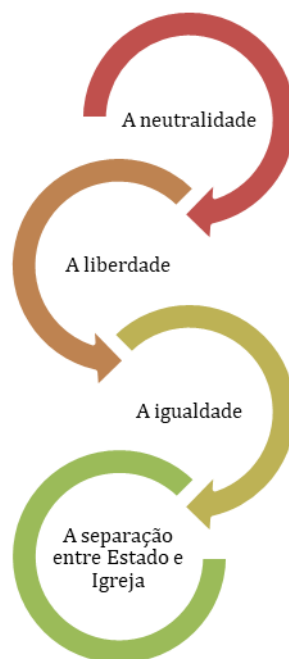
A necessidade de implementar a laicidade mostrando diferentes visões de mundo em cada cenário social, cultural e religioso, mostra-se presente a partir de um momento histórico em que se faz inevitável a convivência entre pessoas de crenças diferentes.⁵¹ Ainda conforme o entendimento de Valente, existem quatro elementos que ajudam a definir a laicidade, observe a figura a seguir:

⁴⁸ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017, p. 438.

⁴⁹ ANDRADE JÚNIOR, Glício F.; SOUSA, Karla S. S.; SOUSA, Joana Dark A. Ensino público e laicidade: uma análise sobre a frequente inserção das datas comemorativas religiosas no currículo escolar. *Revista Diversidade Religiosa*, João Pessoa, v. 6, n. 1, p. 136-151, 2016, p. 144.

⁵⁰ VALENTE, 2018, p. 110.

⁵¹ VALENTE, 2018, p. 109.

Figura 2. Elementos que definem a laicidade⁵²

Esses elementos asseguram que haja numa determinada sociedade o estabelecimento do que chama-se de respeito à diversidade cultural, ou também de tolerância, aspectos fundamentais para que a prática cotidiana seja harmoniosa. E apesar da Constituição Federal não possuir a palavra laicidade no corpo do seu texto, o Brasil possui muitas marcas jurídicas que o caracterizam como país laico.⁵³

Nesse sentido, a prática cotidiana demanda que a Educação Infantil se aproxime da comunidade escolar externa – especialmente de pais/mães de alunos –, chamando-os a participar do processo de ensino e aprendizagem, para que possa ter a oportunidade de socializar junto a esse público conhecimentos práticos sobre o princípio da laicidade, pois a escola deve ter autonomia e liberdade para ensinar, sem sofrer interferências. A necessidade de garantir a laicidade na escola está presente a partir do momento em que se torna inevitável a convivência entre sujeitos com crenças diversificadas.⁵⁴ E ressalta-se que pais/mães aprovaram a Educação dada às crianças, basta lembrá-los de que a escola pública laica não visa educar as crianças, de modo imutável. Afinal, não se pode presumir que o que se ensinou

⁵² Adaptado de: VALENTE, 2018, p. 109.

⁵³ VALENTE, 2018, p. 114.

⁵⁴ VALENTE, 2018, p. 109.

hoje servirá amanhã, pois a sociedade está em constante busca do conhecimento.⁵⁵ Além de que a educação não combina com dogmas.

Frente a todo o exposto até então, deve ficar claro que a escola é onde crianças aprendem e são estimulados a analisar seus atos por meio da relação de respeito, buscando compreender as razões e as consequências de se comportarem de um ou outro modo.⁵⁶ Então, em essência, o trabalho das instituições educacionais é garantir que a escola seja um ambiente caracterizado pela liberdade cultural e religiosa, imune à postura dogmática das inúmeras religiões.

Dessa forma, após ter debatido a relação entre a Educação Infantil e a questão da laicidade nas escolas públicas do país, passa-se então, no próximo tópico, a tratar as questões da inclusão e da diversidade religiosas na Educação Infantil brasileira.

1.3 Inclusão da diversidade religiosa na Educação Infantil

O fenômeno religioso engloba as experiências imateriais que estão contidas, por exemplo, nas obras de arte, nos ritos, nos mitos e em muitas outras manifestações, de modo que o invisível pode ser sentido e observado. Então, transcender se constitui a capacidade de ultrapassar, de ir além do comum da matéria, além das fronteiras do conhecimento palpável e mensurável, para alcançar uma instância superior, que se encontra muito além de todos os limites conhecidos. Daí considera-se transcendente o objeto da formação da consciência religiosa, já que convoca os/as alunos/as a buscarem o saber intangível, por meio do despertar de valores igualmente intangíveis, mas sem os quais a vida se tornaria insuportável.⁵⁷

Atualmente, os valores religiosos constituem aspectos que suscitam grande interesse. A busca de experiências espirituais está situada no campo das profundas e rápidas transformações que agora atingem a sociedade. A descrença crescente nas grandes ideologias do século XIX e XX resultou na crise das perspectivas unitárias que orientavam as ações e os projetos humanos mais ousados. Como reação a situações de desorientação generalizada na

⁵⁵ HARTWIG, Fátima B. *O respeito à laicidade da escola pública na perspectiva de gestão democrática*. Brasília: UnB, 2014, p. 23.

⁵⁶ SALLA, Fernanda. Ensino Religioso e escola pública: uma relação delicada. In: NOVA ESCOLA [Site institucional]. 01 mai. 2013, [online], [n.p.].

⁵⁷ SILVA, Isaac P. Ensino Religioso na sala de aula: contribuições à formação do aluno e à aprendizagem de valores. *Revista Unitas*, Vitória, v. 2, n. 1, p. 166-174, 2014, [online], p. 168.

sociedade contemporânea, os indivíduos apresentam dificuldade para encontrar referências de sentido coerente, sendo levados a procurar novas formas de integração.⁵⁸

Porém, subsiste a crença de que a vida humana precisa de sentido transcendente. Não como escape da concretude do mundo, realidade etérea ou habitação estratosférica, mas como abertura para a dimensão mais ampla: um mergulho no interior das coisas, um profundo envolvimento com a complexa trama existencial. Daí a afirmação de que os valores religiosos, em nova perspectiva, constituem-se a resposta cultural para afrontar as questões existenciais do ser humano, frente a um mundo em constante transformação e desafiado pelas condições socioculturais cada vez mais complexas. Dessa forma, todas as expressões religiosas concretas existentes emergem como valor constituinte e ação significativa da condição humana.⁵⁹

Cabe aqui destacar as palavras de José Carlos Libâneo, quando afirma que a característica maior da atividade educacional é promover a mediação entre o/a aluno/a e a sociedade, entre as condições de origem do estudante e sua destinação social na sociedade.⁶⁰ Então, já desde a Educação Infantil, a escola deve contribuir para a formação integral de cidadãos, os quais sejam capazes de se reconhecerem e coexistirem em uma sociedade marcada pela diversidade cultural e religiosa.

A construção da moralidade, em decorrência de sua natureza sociocultural, ocorre no marco das relações do referencial do cuidado e interações da criança com seus colegas e com os adultos responsáveis por ela, bem como a partir da vivência concreta no âmbito de práticas culturais específicas ou cotidianas. Dessa forma, o desenvolvimento de valores éticos e morais – com íntima relação com os valores religiosos – surge como parte de um currículo denominado oculto. Porém, nesse cenário do currículo oculto acontecem várias interações e se verificam mensagens culturais caracterizadas pela ambiguidade e pela contradição.⁶¹

Entende-se que a Educação Infantil busca formar alunos/as capazes de refletir sobre valores éticos, morais e religiosos, sabendo escolher valores que tornem a vida mais justa. Para tanto, deve-se ensinar respeito mútuo, solidariedade e justiça, por meio de atividades que promovam tais elementos, e que, ao mesmo tempo, provoque reflexão nas crianças.⁶² A literatura também mostra que os esforços educacionais pela maior humanização dos/as

⁵⁸ SEEHABER, Liliana C.; LONGHI, Miguel. Ethos e cultura no Ensino Religioso. *Revista Lusófona de Ciências das Religiões*, Campina Grande, v. 4, n. 12, p. 241-250, 2007, p. 243.

⁵⁹ SEEHABER; LONGHI, 2007, p. 243.

⁶⁰ LIBÂNEO, José C. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1992, p. 49.

⁶¹ BARRIOS, Alia; MARINHO-ARAÚJO, Claisy M.; BRANCO, Ângela U. Formação continuada do professor: desenvolvendo competências para a promoção do desenvolvimento moral. *Revista Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 91-99, 2011, p. 92.

⁶² LIMA; SANTOS, 2018, p. 159.

alunos/as perpassam por todos os eixos de discussão, primando pela qualidade do ensino, desde a Educação Infantil, sempre intimamente relacionada aos princípios éticos da ação educativa e sua função social.⁶³

O processo de ensino e aprendizagem deve estar diretamente relacionado com o cotidiano dos/as alunos/as, possibilitando que busquem o desenvolvimento de uma mentalidade questionadora, formando pessoas que, frente aos problemas, não se esconderão ou se acomodarão, mas que, ao contrário, saberão encontrar soluções cuja linha-mestra seja fundamentada na solidariedade, no interesse coletivo e na democracia.⁶⁴ Os valores religiosos, têm como pressuposto a dignidade humana, a qual na Educação Infantil, por meio da literatura e do lúdico, o trabalho pode ser desenvolvido acerca da beleza da diversidade cultural e religiosa.

Diante disso, torna-se fundamental observar que a questão educacional constitui também uma questão ética e moral, visto que a mesma oferece informações essenciais para o bem-estar das famílias e de outros agentes, além das estruturas sociais, que podem, por sua vez, melhor educar suas crianças. Isso porque a Educação Básica e de qualidade é a chave para o bem-estar. Dessa forma, a Educação Infantil deve ser considerada, como a base social necessária à consolidação de uma proposta humanista, sendo, portanto, universalizada e de qualidade, por meio de uma educação que deve também, desde os primeiros anos, fazer crescer as ideias de solidariedade, de cuidado para com o outro.⁶⁵

Atualmente, a Educação possui, entre muitas outras funções, o importante papel de motivar a sociedade para uma considerável mudança de comportamento, de modo a minimizar o apelo do individualismo, em prol de uma maior expansão do comportamento solidário. Assim, tem-se que a Educação se constitui um caminho privilegiado, cujo papel precípua seja conduzir os seres humanos ao cuidado de si, do/a outro/a e da vida inserido em um contexto maior – incluindo-se aí também a natureza e até mesmo as coisas que tornam a vida mais fácil e prazerosa. É essa dimensão que possibilita vivência autônoma, o reconhecimento da pluralidade e a garantia a todos de uma vida ética, justa e equilibrada com a vida.⁶⁶ Em suma, busca-se a educação que conduza ao bem viver, desde os primeiros anos, ainda na Educação Infantil.

⁶³ MIRA, Ane P.; FOSSATTI, Paulo; JUNG, Hildergard S. A concepção de educação humanista: interfaces entre a UNESCO e o Plano Nacional de Educação. *Revista Acta Scientiarum Education*, Maringá, v. 41, n. 1, p. 1-13, 2019, p. 8.

⁶⁴ BRANDÃO, Carlos R. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 2007, p. 15.

⁶⁵ BRANDÃO, 2007, p. 16.

⁶⁶ BREGALDA, Regiano. *Educar para o cuidado: um desafio contemporâneo*. Passo Fundo: UPF, 2015, p. 27.

Em resposta às indagações relacionadas à razão da busca de valores religiosos, pelos seres humanos, para desvendar o mistério, a fragilidade e a finitude, surgem várias manifestações religiosas e filosóficas. Assim, o saber religioso que pode ser abordado ainda na Educação Infantil diz respeito ao conjunto de questões fundamentais da vida, em que se pode identificar estreita relação entre a forma como se opta por ministrar esse nível de ensino e a prática educativa como parte das relações e da organização social, onde os processos educativos são determinados por interesses antagônicos das diversas classes sociais.⁶⁷

Logo, mais que em qualquer outro nível de ensino, na Educação Infantil a criança pequena é cercada de cuidados. O cuidado constitui a base de todas as preocupações dos seres humanos.⁶⁸ Portanto, ao ser cuidada, a criança pequena também pode, implicitamente, aprender a cuidar. Isso porque, a atitude de cuidado por outra pessoa pode gerar preocupação e sentido de responsabilidade por ela. O cuidado engloba duas significações fundamentais, ligadas entre si: a primeira delas designa a atitude de desvelo, de solicitude e de atenção para com o outro; a segunda, por sua vez, nasce desta primeira – trata-se da preocupação e da inquietação pelo outro, porque as pessoas se sentem envolvidas e afetivamente ligadas umas às outras.⁶⁹

Desse modo, é fundamental que se coloque o cuidado como um norte para toda e qualquer ação humana. Para tanto, faz-se necessário desenvolver, desde a infância, a ideia de conceder direito de cidadania fundamental à capacidade humana de sentir o outro. Colocar o cuidado no centro das ações e das preocupações significa ceder lugar ao cuidado. Significa organizar o trabalho em maior harmonia com a natureza. Significa respeitar a comunhão que todas as coisas têm entre si e com os seres humanos. Significa levar em consideração o interesse coletivo. Significa captar a presença do espírito para além de nossos limites humanos, no universo, nas plantas, nos organismos vivos, os quais são também portadores de sentimentos, de linguagens e de hábitos culturais semelhantes.⁷⁰ Propiciar tais percepções é, portanto, função da Educação Infantil.

Porém, chama-se a atenção para o fato de que a construção da cidadania se apresenta como processo histórico que envolve o desenvolvimento de múltiplas estratégias socioculturais, em suas diversas dimensões – linguísticas, educacionais, políticas, epistêmicas, entre outras –, fundamentando a trama de interações recíprocas na sociedade. Viver em grupo

⁶⁷ LIBÂNEO, 1992, p. 44.

⁶⁸ BOFF, Leonardo. O cuidado especial: princípio de um novo ethos. *Revista Inclusão Social*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 28-35, 2005, p. 28.

⁶⁹ BOFF, 2005, p. 29.

⁷⁰ BOFF, 2005, p. 28.

requer, especialmente, o desafio de promover a coesão sociocultural, sustentada pela interação crítica, criativa e vital entre os diversos agentes singulares e entre seus respectivos aspectos socioculturais. Nesse cenário, deve-se destacar particularmente o desafio de se promover uma Educação, tendo em vista a diversidade cultural religiosa do povo brasileiro.⁷¹ Ademais:

A BNCC, no que tange a Educação Infantil, fala sobre o eu, o outro e o nós, afirmando sobre a importância da interação entre os pares que devem existir. É que é nesse campo de experiência que a criança convive com outras culturas construindo assim suas noções de cidadania, formando-se como sujeito ético por meio do respeito ao outro indivíduo, conhecendo as diferenças sociais e a si mesmo, construindo sua própria identidade.⁷²

Nesse percurso, tem-se:

No campo de experiência, a BNCC garante que, na interação e nas brincadeiras, a criança adquira meios de se reconhecer como sujeito e de respeitar a si e ao outro, convivendo em grupo e desenvolvendo seus aspectos cognitivos, físico, psicológicos, sociais e morais, entendendo-se como sujeitos únicos, capazes de participar do meio social e de se desenvolver integralmente. Em relação à construção do conhecimento, à autonomia, aos cuidados pessoais, à reciprocidade em suas relações, permite à criança vivenciar culturas e grupos sociais diferentes do seu convívio e, assim, ampliar a forma de perceber a si mesma e aos outros, produzindo identidade própria e respeitando as diferenças entre os seres humanos.⁷³

Diante de tais perspectivas, ressalta-se que a diversidade e a intolerância religiosa constituem alguns dos temas mais importantes, os quais requerem que se desenvolvam algumas reflexões e se façam debates também no âmbito da Educação Infantil, a partir dos contextos históricos. Isso porque, a ausência da escola em relação a este debate pode ser entendido como intolerância, tendo em vista a adoção de metodologias tradicionais e preconceituosas.⁷⁴

Entretanto, sabe-se que o Brasil se constitui um país multicultural, dotado de relativa liberdade religiosa, sendo um Estado laico.⁷⁵ Assim, torna-se válido considerar a importância da Educação Infantil como primeira etapa escolar, pois, é justamente nessa fase educativa que

⁷¹ FLEURI, Reinaldo M. Interculturalidade, educação e desafios contemporâneos: diversidade religiosa, decolonialidade e construção da cidadania. In: POZZER, Adecir; PALHETA, Francisco; PIOVEZANA, Leonel; HOLMES, Maria José T. (Orgs.). *Ensino Religioso na Educação Básica: fundamentos epistemológicos e curriculares*. Florianópolis: Saberes em Diálogo, 2015, p. 35.

⁷² LIMA, Dariely L. M.; CUNHA JÚNIOR, Williams N. *Ética e cidadania na Educação Infantil: o que diz o discurso oficial?* Maceió: UFAL, 2019, p. 6.

⁷³ SILVA, Elaine C. S.; ALVES, Lorryne A. F.; GUISSO, Sandra M. O desenvolvimento da autonomia em crianças da creche, a partir de propostas metodológicas para trabalhar os campos de experiências previstos na BNCC. *Revista Interdisciplinar da FARESE*, Santa Maria de Jetibá, v. 1, n. 01, p. 43-68, 2019, p. 53.

⁷⁴ MILANI, Noeli Z. A escola a favor da diversidade religiosa: importância dessa abordagem em sala de aula. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (EDUCERE), XI, 2013, Curitiba. *Anais...* Curitiba: EDUCERE, 2013, p. 18615.

⁷⁵ TRABACH, Marli; FERRAZ, José Carlos; ROSÁRIO, Antônio. Diversidade religiosa e o ensino religioso no CMEI Professora Leila Theodoro. *Revista Unitas*, Vitória, v. 7, n. 1, p. 34-51, 2019, p. 38.

se efetiva o primeiro contato da criança com outros grupos e outras referências que não somente a de seu meio familiar, o que confere valor imprescindível aos aspectos religiosos decorrentes da prática pedagógica cotidiana desse nível de ensino.⁷⁶ Sobre isso, destaca-se que:

Na realidade brasileira contemporânea torna-se uma problemática a questão da religião no contexto escolar, posto que coloca as diferenças em proximidade, ou seja, identidades múltiplas convivendo entre si. Aflora-se como uma das tensões as quais a educação tem que se posicionar neste campo de conflito de pluralidade de sentidos individuais. O Brasil por ser um país com uma diversidade religiosa que eclode em um boom de muitas denominações³, e com cosmovisões religiosas bastantes diversas pela sua constituição sincrética oriunda das miscigenações étnico-raciais, e principalmente pela diáspora advinda da África é um caso peculiar. Portanto, o Brasil é diferente de outros países que se tornaram laicos, pois, em solo brasileiro acontece um fenômeno híbrido e com porosidades na configuração da religiosidade, com fronteiras fluídicas.⁷⁷

Diante disso, entende-se que a diversidade religiosa integra a totalidade das disposições culturais dos indivíduos, constituindo, portanto, elemento simbólico interiorizado. Contudo, em se tratando especificamente de Educação Infantil, é mais comum que faça parte das experiências mais profundas das crianças, ao nível do subconsciente, de modo que elas sequer percebam que opera com base em pontos de vista religiosos.⁷⁸

Entende-se ainda que, desde os primeiros anos, a Educação Infantil deva proporcionar oportunidades para que as crianças pequenas percebam e valorizem sua dimensão espiritual, de forma a não desenvolverem comportamento individualista e/ou preconceitos, para que, futuramente, sejam ajudadas a viver, consciente e plenamente, suas escolhas religiosas ou não, respeitando as diferentes opções de vida de seus semelhantes.⁷⁹

No entanto, a aprendizagem se constitui a construção de conhecimentos que se concretizou na relação entre o ensinar e o aprender, acerca da qual Medina afirma que ensinar, aprender e educar são processos simultâneos que possibilitam uma produção específica – a aprendizagem. As ações dos/as professores/as se baseiam em fatos empíricos que causam uma sensação de desamparo, por exemplo, na formação acadêmica inicial não recebem orientações pedagógicas satisfatórias ou adequadas para trabalharem as temáticas referentes à religiosidade, e assim, muitos profissionais acabam por trabalhar a partir de suas convicções e

⁷⁶ TRABACH; FERRAZ; ROSÁRIO, 2019, p. 38.

⁷⁷ NOGUEIRA, Celeide A. V. Educação infantil religiosa no Brasil: ressonâncias das políticas públicas. *Revista Eletrônica Correlatio*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 229-254, 2017, p. 242-243.

⁷⁸ VALENTE, Gabriela A. A religiosidade na prática docente. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 98, n. 248, p. 198-211, 2017, [online], p. 208.

⁷⁹ LUI, Janayna A. *Em nome de deus: um estudo sobre a implementação do Ensino Religioso nas escolas públicas de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006, p. 108.

ideologias. Sendo assim, a formação continuada precisaria estar alinhada para conseguir oferecer informações e discussões referentes às questões culturais, diversidade religiosa, ético-racial, dentre outros temas correlacionados, para que desde a Educação Infantil, o/a professor/a pudesse desenvolver a sua prática pedagógica a serviço da liberdade do/a aluno/a, subsidiando-o no entendimento dos fenômenos e dos valores religiosos – ainda que indiretamente.⁸⁰

Ao considerar que um dos principais objetivos da educação está em promover o desenvolvimento das potencialidades, não se pode excluir da Educação Infantil os princípios e valores inerentes à religiosidade, considerando-se que os seres humanos também possuem preocupações espirituais, as quais, por sua vez, também se relacionam a outras preocupações, tais como as de caráter estético, sociais, políticos, entre outras.⁸¹ Assim sendo:

A educação que contempla os valores religiosos, quando aplicada ao nível da Educação Infantil, portanto, deve considerar esta diversidade como patrimônio cultural que traz consigo princípios éticos e filosóficos básicos, no entanto ficará a cargo da criança escolher se seguirá ou não. O conteúdo básico que permeia as religiões será transmitido como sendo valores universais tais como: o amor e respeito ao próximo, a família como um bem e sua importância para a sociedade. Ademais, levar as crianças de 0 a 6 anos a perceberem a importância destes valores como organizadores de um cosmos social.⁸²

No Brasil, a presença da diversidade cultural e religiosa, em face do complexo processo histórico de formação do povo brasileiro, requer esforço conjunto no sentido de erradicar conflitos e relações de poder que buscam anular as diferenças. Tal processo também ocorre no contexto educacional, por meio de tentativas de invisibilizar, silenciar e discriminar fatores relacionados às diferentes identidades e aos valores de caráter religioso e não religioso.⁸³ Em tese, o direcionamento pedagógico deveria provocar impulso no sentido de buscar princípios norteadores para o trabalho educacional. Para isso, o/a professor/a deveria direcionar suas reflexões e ações aos contextos histórico e político. Frente a isso, destaca-se que:

A escola deve ter seu espaço de aprendizagem ressignificado, em perspectiva social, transformando-o em ambiente cooperativo, considerado as estruturas estimulantes, conflituosas, de valores e responsabilidades, onde o/a aluno/a possa viver suas estratégias de aprendizagem, formando alunos/as ativos e interagidos no processo de aprendizagem. Assim, o/a aluno/a vai se formando enquanto sujeito da sua aprendizagem, sendo capaz de ter percepção global, organiza-se, estar aberto a

⁸⁰ MEDINA, Antonia S. Supervisor escolar: parceiro político-pedagógico do professor. In: RANGEL, Mary; SILVA JR., Celestino A. *Nove olhares sobre a supervisão*. São Paulo: Papirus, 1997, p. 30.

⁸¹ NOGUEIRA, 2017, p. 233.

⁸² NOGUEIRA, 2017, p. 235.

⁸³ FLEURI, 2015, p. 43.

outras propostas, ser autônomo e exigente, ter confiança em si mesmo e saber se avaliar.⁸⁴

Não por acaso que, a BNCC direcionada à Educação Infantil indica os princípios éticos, políticos e estéticos na construção dos projetos político-pedagógicos das instituições educacionais, definindo como sendo 6 (seis) os grandes direitos de aprendizagem que, no Brasil, devem ser garantidos a todas as crianças, quais sejam: conviver, brincar, participar, explorar, comunicar e se conhecer. A BNCC apresenta os fundamentos necessários para que o processo de ensino e aprendizagem possa ajudar o/a estudante a reconhecer e respeitar as características físicas e subjetivas de cada um; bem como a valorizar a diversidade de formas de vida. Trata-se de documento cuja orientação busca contribuir para a minimização ou, até mesmo, a eliminação de quaisquer formas de preconceito ou de resistência à diversidade e à inclusão. Nesse sentido, a BNCC constitui importante patamar educacional, cujas finalidades vão ao encontro das necessidades sociais e educativas do país, nesse conturbado momento político.⁸⁵

Para isso, o mencionado documento não é organizado conforme a estrutura das demais fases educativas. Ao invés de definir essa BNCC tendo como suporte as áreas de conhecimento, a parte do documento referente à Educação Infantil é sistematizada a partir da concepção dos campos de experiências de aprendizagens.⁸⁶ Sobre isso, cabe destacar:

O ensino dos valores religiosos deve ocorrer, desde a Educação Infantil, [...], de modo que a criança possa crescer e viver segundo suas convicções e, ao mesmo tempo, reconhecer que deve respeitar certos limites de expressão ao interagir com outros. Em suma, desde que na escola seja assegurada à criança o respeito à sua própria identidade como legítima, e que a aprendizagem lhe ofereça instrumentos para desenvolver habilidades de flexibilidade, a moderação não será sentida como negação de si mesma, mas como uma maneira de ser na relação com outros que aderem a convicções diferentes das suas.⁸⁷

Então, faz-se necessário que a Educação Infantil seja organizada não para o individualismo, conformismo e submissão; mas que se esmere para superar a alienação comum à infância, garantindo os direitos das crianças de serem crianças, ao descobrir e conhecer o mundo por meio das brincadeiras, atividades, trocas e, também, por meio das mais

⁸⁴ NEVES, Leonor M. B. *Ensino Religioso, fraternidade e saúde pública: subsídios para o professor*. São José do Rio Preto: DSJRP, 2012, p. 24.

⁸⁵ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017, p. 436.

⁸⁶ CAMPOS, Rosânia; BARBOSA, Maria C. S. BNCC e Educação Infantil: quais as possibilidades? *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 9, n. 17, p. 353-366, 2015, p. 360.

⁸⁷ FLEURI, 2015, p. 45.

variadas relações com os adultos, objetos e demais crianças.⁸⁸ Nesse sentido, cabe dizer também que:

Em um contexto em que as crianças, desde pequenas, são chamadas a responder a demandas externas – do mundo adulto, do mundo do trabalho, do mundo da produção – faz-se necessário haver um projeto de Educação Infantil que seja libertador da lógica perversa que alimenta e reproduz o antropocentrismo, o racionalismo, o individualismo, o consumismo e o desperdício, elementos que estão no centro e que dão sustentação ao modo de produção que vem, há tempos, devastando o planeta.⁸⁹

Entende-se então que a perspectiva intercultural, possível de ser trabalhada na Educação Infantil, conduz a uma reflexão de que disseminar os conceitos de diversidade religiosa no contexto escolar se caracteriza por abranger grupos socioculturais distintos, os quais integram e interagem, constituindo uma sociedade pluralista.⁹⁰

Frente ao exposto, e tendo aqui sido apresentados os principais conceitos inerentes à Educação Infantil no Brasil, trazendo também a debate a relação entre esse nível de ensino e a questão da laicidade na escola pública brasileira e, ainda, tecendo abordagem a respeito da inclusão e da diversidade religiosas na Educação Infantil, passa-se agora, no segundo capítulo – também desenvolvido com base em pesquisa de caráter bibliográfico, a debater a laicidade como elemento que serve de proteção à Educação Infantil, impedindo que tal nível educacional se torne campo de batalha entre as religiões que tentam dominar a educação.

⁸⁸ CAMPOS; BARBOSA, 2015, p. 358.

⁸⁹ TIRIBA, Léa; FLORES, Maria Luíza R. A Educação Infantil no contexto da base nacional comum curricular: em defesa das crianças como seres da natureza, herdeiras das tradições culturais brasileiras. *Revista Debates em Educação*, Maceió, v. 8, n. 16, p. 157-183, 2016, p. 178.

⁹⁰ SANTOS, Bruna C.; SILVA, Tarcia R.; OLIVEIRA, Emanuel M. A. O direito à diversidade cultural e religiosa desde a Educação Infantil. *Revista Diálogos*, Cuiabá, v. 1, n. 20, p. 494-513, 2018, p. 506.

2 LAICIDADE COMO PROTEÇÃO À EDUCAÇÃO INFANTIL

O capítulo que se inicia busca discorrer sobre a laicidade como elemento que serve para proteger a Educação Infantil, numa tentativa de minimizar ou de ajudar a esclarecer a respeito das implicações que a diversidade religiosa traz ao campo da educação, mesmo sem ter a pretensão de esgotar ou solucionar a questão que secularmente permeia a prática escolar. Em seguida, disserta-se acerca da importância de se manter a Educação Infantil isenta de quaisquer formas de proselitismo, mesmo tendo em vista que as influências dos atores da comunidade escolar é fato incontestável. Por último, assumindo um pequeno viés prático, iniciando o caminho para a pesquisa de campo que se fará no terceiro capítulo, discorre-se também sobre alguns problemas comuns, inerentes à laicidade não respeitada na Educação Infantil.

2.1 Sobre a separação entre Estado e Igreja no contexto escolar

De modo geral, a laicidade se constitui um conceito que se pode debater quando se discutem as temáticas religiosas presentes no âmbito escolar. Compreende-se que tal discussão se faça necessária quando se reflete sobre em que momento ou como a escola pública laica deve tratar a religião. Também é possível entender que a análise do conceito de laicidade tem o intuito de remontar às origens, ou seja: o momento em que se constitui a instituição escolar republicana laica, obrigatória e gratuita, para melhor compreender o mundo e a educação contemporânea. Sendo assim, faz-se também necessário analisar a forma com que a laicidade na escola foi pensada e incorporada nos debates do Estado. Mesmo porque, o Estado, tal como é conhecido atualmente, nasceu de longo processo de laicização.⁹¹

A separação entre Estado e Igreja, visando garantir que as religiões não exerçam controle sobre as decisões da esfera pública, é denominada “laicidade”. Luís Manuel Mateus, fundador do movimento República e Laicidade, informa a origem do termo está fundamentada segundo a expressão grega “laos” (adjetivo: “laikos”), que designa povo, à população, ao povo todo, a toda a gente.⁹² Portanto, na prática, entende-se que:

A laicidade é um dos componentes mais fundamentais da modernidade. Trata-se da separação da Igreja e do Estado e de aceitação da vida sociopolítica como

⁹¹ MÜLLER, Tânia Mara P.; COSTA, Ana A. S. Laicidade e religiões de matrizes africanas na escola: percepções docentes. *Revista Laplage em Revista*, Sorocaba, v. 2, n. 3, p. 23-37, 2016, p. 28-29.

⁹² MOREIRA, Nick S. L. O princípio da laicidade e as implicações da influência religiosa no processo legislativo federal: uma análise jurídico-sociológica. *Revista Tropos*, Rio Branco, v. 1, n. 4, p. 1-15, 2015, p. 3.

autoprodução humana. Essa separação é condição para romper com visão organicista da sociedade em prol de uma concepção democrática. Em outros termos, vai-se do teocratismo hierárquico ao antropocentrismo democrático. Entre idas e vindas e contradições, o domínio religioso na vida secular foi cedendo espaço para que o Estado assumisse a condição de autoridade e lugar de exercício do poder como representante do conjunto de cidadãos. Essa realidade de paradigmas gerou polêmicas quanto aos limites entre o livre exercício de crer e de cultuar e a autonomia dos cidadãos em se colocar como poder legítimo de fazer do contrato social a origem do poder e da ereção das leis.⁹³

Conforme explica Jordanna Castelo Branco, a esfera pública constitui espaço de todos/as. Na esfera pública é que se pretende garantir a democracia e a possibilidade da coexistência da diversidade cultural e religiosa. Em seus aspectos reside o respeito à crença e, também, à não crença. Daí porque a neutralidade do espaço público se revela primordial para a convivência pacífica e democrática da pluralidade. Então, a esfera pública constitui espaço regido pela lógica da cidadania, da liberdade e da justiça. Tal espaço não se mistura com o divino ou com a crença no sobrenatural ou no intangível. O espaço público é o lugar onde se buscam que todos os sujeitos sejam entendidos de modo igualitário, por serem considerados cidadãos, independente da crença ou da não crença.⁹⁴

No entanto, pelo ponto de vista histórico do termo, no que tange à cultura jurídica brasileira, tem-se que o princípio da laicidade na legislação brasileira é encontrado desde o Decreto 119-A de 1890, o qual proibia o estabelecimento de qualquer religião por parte do Estado ou sua vedação, garantindo igualdade e liberdade religiosa ao extinguir o regime do padroado, vigente à época. Então, desde o final do século XIX, o princípio da laicidade tem sido sinônimo de neutralidade estatal e de separação entre Estado e religião.⁹⁵ No entanto, no Brasil, o debate a respeito da laicidade do Estado e de suas instituições e dos espaços públicos de atendimento ao público-alvo das políticas sociais, remete à retomada do pensamento conservador, em um panorama de radicalização dessa perspectiva que ataca direitos, gerando ódio e destruindo políticas sociais.⁹⁶

Conforme salienta Gabatz, a diferença:

Entre um Estado que se baseia na ordem religiosa e outro que assume a perspectiva da laicidade, é que neste último os indivíduos são desafiados a demandar as relações

⁹³ CURY, Carlos R. J. A formação de professores e a laicidade no ensino superior. *Revista Educação Pública*, Cuiabá, v. 27, n. 65, p. 311-327, 2018, p. 316.

⁹⁴ BRANCO, Jordanna C. “Quem vai orar?!”: os discursos religiosos entre adultos e crianças em uma escola pública de Educação Infantil. *Revista Horizonte*, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 81-90, 2016, p. 81.

⁹⁵ ANDRADA, Bonifácio. *Acordo do Brasil com a Santa Sé sobre a Igreja Católica*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009, p. 37.

⁹⁶ CARDOSO; ALVES, 2018, p. 47.

humanas a partir de ações de forma respeitosa e com o objetivo de consolidar as prerrogativas da alteridade, do entendimento e da igualdade cidadã.⁹⁷

Nessa perspectiva, observa-se que a separação entre Estado e Igreja no contexto escolar encontra-se amparada no papel que cada equipamento social desempenha, ao dar destaque no papel do Estado que está no “reconhecimento público das diferentes organizações religiosas, na regulação da ocupação religiosa de espaços públicos e na concessão de benefícios”⁹⁸.

A prática dessa separação significava o ensino laico, mesmo que o Brasil não tivesse, àquela época, assumido a responsabilidade pela oferta da educação para todos os cidadãos. No início do século XX, porém, manifestou-se considerável mudança no pensamento político-pedagógico e na legislação brasileira, resultante da organização e da ação política dos protagonistas sociais religiosos da sociedade, a qual consistiu na obrigatoriedade de o poder público ofertar educação nas escolas públicas, que possa abordar, ainda que minimamente, valores religiosos e ético-morais.⁹⁹ No entanto, quando se fala em liberdade religiosa é preciso mencionar o conceito ofertado por Jónatas Machado, o qual esclarece que:

O direito à liberdade religiosa pode ser melhor entendido em um sentido amplo, susceptível de garantir a maior medida de proteção ao maior número de indivíduos e grupos compatível com a garantia do mesmo conjunto de liberdades a todos os indivíduos considerados como livres e iguais. Do mesmo modo, o programa normativo do direito à liberdade religiosa deve ser interpretado de forma extensiva, de forma a proteger todas as manifestações, experiências, vivências, atividades e comportamentos religiosamente motivados, individuais e coletivos, públicos e privados, sem prejuízo da necessária salvaguarda dos direitos de todos os indivíduos e dos bens fundamentais da comunidade e do Estado. O direito à liberdade religiosa deve ser objeto de uma interpretação sistemática, no sentido jurídico, que proteja as dimensões pessoais e institucionais da vivência religiosa, como a expressão, a informação, a comunicação social, o ensino, a circulação de nacionais e estrangeiros ligados a uma confissão religiosa, a reunião, a manifestação, a associação, a assistência social, a cultura etc.¹⁰⁰

Contudo, o ensino dotado de características confessionais se perpetuou no Brasil por muito tempo, sendo mantido em algumas legislações por anos, até ser de fato, embora houvesse prerrogativas que justificassem tal mudança.¹⁰¹ Assim, após algumas décadas da promulgação da Constituição Federal de 1988, o entendimento de que o ser humano pode

⁹⁷ GABATZ, Celso. Perspectivas e limites acerca da laicidade no Brasil. *Revista Caderno Teológico*, Curitiba, v. 4, n. 2, p. 11-24, 2019, p. 12.

⁹⁸ GABATZ, 2019, p. 12.

⁹⁹ ROCHA, Maria Z. B. A luta político-cultural pelo ensino religioso no Brasil. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 13, n. 2, p. 217-248, 2013, p. 220.

¹⁰⁰ MACHADO, Jónatas. A liberdade religiosa na perspectiva dos direitos fundamentais. *Revista Portuguesa de Ciência das Religiões*. Lisboa, v. I, n. 1, p. 149-154, 2002, p. 150.

¹⁰¹ DANTAS, Douglas C. O Ensino Religioso escolar: modelos teóricos e sua contribuição à formação ética e cidadã. *Horizonte: Revista Horizonte*, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 112-124, 2004, p. 115.

estar preso a uma só ideologia, filosofia ou visão de mundo, foi instituído no Brasil o respeito à liberdade e apreço à tolerância como um dos princípios estruturantes (artigo 3º, IV da Lei 9.394/96) de uma educação plural. Nesse sentido, a laicidade aparece como limite a interferência estatal no contexto da intimidade e da autonomia da pessoa humana, daí a necessidade de promover uma educação pública não-confessional.¹⁰² Em relação a isso, Mauro Rocha Baptista compreende que:

A principal dimensão da religiosidade a ser trabalhada na escola é a religiosidade, mas essa religiosidade não se submete a uma explicação uniforme, ela exige a aceitação do diverso. Religiosidade: é a dimensão mais profunda da totalidade da vida humana. É a busca da abertura ao transcendente, àquilo ou àquele que ultrapassa a superfície da vida, o sentido radical da existência. Pensada como uma busca constante por um sentido radical da existência, a religiosidade se aproxima da busca filosófica pelo sentido das coisas, por isso o BNCC trata tanto das compreensões religiosas como das não religiosas. Ambas são tentativas de se compreender a realidade em que estamos inseridos. Na busca destas raízes de sentido as versões de respostas são ampliadas e não devem ser ensinadas apenas como plurais e ecumênicas, mas transreligiosas, perpassadas pelo sentido da busca pelo transcendente.¹⁰³

Aqui cabe destacar o entendimento de Branco acerca de um dos mais importantes espaços públicos: a escola pública. Tal escola é compreendida como sendo aquela financiada e mantida com recursos públicos, oferecendo educação escolar, a todos/as os/as cidadãos/ãs. Portanto, essa mesma escola, sendo parte da esfera pública, deve garantir a convivência pacífica e democrática da diversidade, regida pela lógica da cidadania. Nela, todos os/as cidadãos/ãs devem ser tratados/as de igual modo, independente da sua crença ou não crença. É tal entendimento que preserva a escola pública enquanto lugar da não discriminação e da não interferência religiosa.¹⁰⁴ Diante disso, entende-se que a escola (pública ou não) é regida pelo princípio da laicidade.

Diante disso, é preciso esclarecer que a escola pública se constitui o local para onde convergem todas as principais tensões expostas pela sociedade, apresentando, em sua estrutura, uma pluralidade que é percebida, claramente, no contato permanente e cotidiano entre os/as alunos/as e os/as professores/as. Quanto a isso, entende-se também que é na escola que as diferenças apresentam maior visibilidade, visto que o contato com o diferente ocorre de maneira constante e inevitável. É no contexto escolar que os conhecimentos produzidos pela

¹⁰² SILVA, José Afonso. *Comentário contextual à constituição*. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2012, p. 820.

¹⁰³ BAPTISTA, Mauro R. O Ensino Religioso em questão. *Revista Paralellus*, Recife, v. 9, n. 21, p. 459-477, 2018, p. 465-466.

¹⁰⁴ BRANCO, 2016, p. 81.

humanidade são transmitidos e, também, onde os conflitos que surgem no cotidiano são mediados.¹⁰⁵

De acordo com Branco, não raramente, a presença da religião na escola pública, materializada por meio dos discursos religiosos, muitas vezes abre espaço para a discriminação, indo no caminho inverso ao que se espera do espaço público no Estado Democrático de Direito, cuja finalidade maior é a promoção da cidadania e da igualdade entre cidadãos/ãs.¹⁰⁶ No entanto, a laicidade jamais se expressa como mera neutralidade, pois, se revela como visão de mundo, um conjunto de crenças. A laicidade é mais ampla do que a liberdade religiosa, visto que não inclui tão-somente o direito de escolher determinada religião, mas, também, o direito de não seguir qualquer religião.¹⁰⁷

Do mesmo modo, a laicidade do Estado não pode se mostrar compatível com a escola pública submetida pela religião.¹⁰⁸ No Brasil, uma das principais mostras de que a visão religiosa influencia o Estado é que, parece ser novidade o fato de que, ainda nas primeiras décadas do século XXI, não é tradição do brasileiro enaltecer o caráter laico da administração pública. Mesmo após mais de cem anos de República, há a necessidade de lembrar que o Estado é laico, reivindicando como que seja respeitado o Estado de direito.¹⁰⁹ Em se tratando especificamente do ensino, tem-se que:

A escola pública laica não tem por principal objetivo colocar as crianças nos ‘trilhos’, de forma imutável. A pedagogia da escola laica vai contra uma passagem da Bíblia, que costuma ser muito repetida pelos adeptos da pedagogia autoritária: ‘ensina a criança no caminho que deve andar, e ainda quando for velho, não se desviará dele’. Essa máxima bíblica pode servir para os ensinamentos judaico-cristãos, porém não pode ser associada à educação, porque não se pode presumir que o que se ensinou hoje servirá amanhã, considerando que precisamos estar em constante busca pelo conhecimento.¹¹⁰

Diariamente, o âmbito escolar envolve processos educativos complexos e variados, para os quais a base educacional desenvolve importante papel. Para compreender tal base se faz necessário entender a educação, como algo inerente à humanidade, nascida da necessidade de sobrevivência da espécie, bem como mediadora do processo de formação social.¹¹¹ Comumente, as discussões das quais a educação escolar é protagonista dizem respeito ao

¹⁰⁵ MÜLLER; COSTA, 2016, p. 34.

¹⁰⁶ BRANCO, 2016, p. 89.

¹⁰⁷ AZEVEDO, Matheus O. *A complexidade na definição do modelo de ministração de Ensino Religioso na sociedade brasileira ante a pluralidade dogmática e a laicidade do estado*. Gama: UNICEPLAC, 2020, p. 35.

¹⁰⁸ MÜLLER; COSTA, 2016, p. 30.

¹⁰⁹ PIERUCCI, Antônio F. Estado laico, fundamentalismo e a busca da verdade. In: BATISTA, Carta; MAIA, Mônica (Orgs.). *Estado laico e liberdades democráticas*. Recife: UFPE, 2006, p. 5.

¹¹⁰ HARTWIG, 2014, p. 23.

¹¹¹ ROSÁRIO, Maria José A.; ROSÁRIO, Luiz Felipe G. Intolerância religiosa no contexto escolar. *Revista Programa Conexões de Saberes*, Belém, v. 3, n. 1, p. 115-133, 2018, p. 125.

debate sobre a questão do direito de quem poderia ensinar e o que se poderia ensinar na escola pública. No entanto, a realidade brasileira é caracterizada pela diversidade cultural e religiosa. Assim, a educação também se insere neste contexto.

Na Educação Infantil, abordar os valores religiosos e ético-morais acaba se convertendo, muitas vezes, no principal mecanismo de aprimoramento da convivência pacífica, bem como da pluralidade de percepções do sagrado que ajudam a construir as identidades dos sujeitos que compõem a sociedade.¹¹² No entanto, a escola é constituída de pessoas, dentre as quais o/a professor exerce função especial, apresentado aos/alunos/as como alguém que detém o conhecimento. Os/as professores/as são constituídos pelo título, onde há uma carga de significados, que fazem parte da modernidade e que não podem ser pensados de modo diferente.

Sendo assim, torna-se evidente que a produção da escola pública não é exclusiva da cultura escolar, mas se faz intra e extramuros. No entanto, é na escola pública que o/a professor/a possui o espaço onde exercita sua função, sendo que a cultura escolar se revela classificadora e produtora de identidades. Contudo, a diferença está na autoridade conferida socialmente à escola, onde a classificação pode ser oficializada e determinante. O/a professor/a é alguém que sabe alguma coisa, cuja função é transmitir tal saber, embora, não se reduza a apenas isso.¹¹³

Assim, os/as professores/as devem ter, como uma de suas tarefas primordiais, o cuidado de buscar seus objetivos de transformação individual e coletiva, de modo que a se mostrar construtivamente presente na realidade dos/as estudantes, por meio de uma atuação marcada pela disposição, sensibilidade e compromisso em fazer a diferença.¹¹⁴ Por isso mesmo, entende-se que:

Compreender os limites da prática educativa é reconhecer a clareza política dos professores/as com relação ao contexto de vida dos educandos. Compete aos/as professores/as assumirem o caráter político de sua prática. Isto implica em assumir-se em favor de quem, como professor/a popular exerce uma prática político-educativa, pois sem intervenção não há uma educação progressista.¹¹⁵

¹¹² SOUZA, Marselha E.; OLIVEIRA, Geovane L. A mediação escolar como instrumento auxiliar de construção da tolerância/respeito à diversidade religiosa. *Revista Sacrelegens*, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 1509-1594, 2018, p. 1513.

¹¹³ JUNQUEIRA; RODRIGUES, 2020, p. 159.

¹¹⁴ BASTOS, 2018, p. 8.

¹¹⁵ RODRIGUES, Ana Paula S. L. Educação Popular e a formação dos educadores populares no Projeto Beira da Linha: um celeiro de experiências. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO (CINTEDI), I, 2006, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa: CINTEDI, 2006, p. 94.

Cabe aqui destacar que a laicidade implica na separação da Igreja e do Estado, com a aceitação da vida sociopolítica como autoprodução humana. Tal separação é condição indispensável para romper com essa visão organicista em função de uma concepção democrática. Com isso, o domínio religioso na vida secular cedeu espaço para que o Estado assumisse a condição de autoridade e lugar de exercício do poder como representante dos/as cidadãos/ãs.¹¹⁶

Dessa forma, entende-se que o desafio da profissionalização docente se constitui em evitar esses dois erros: ofício sem saberes e saberes sem ofício. Sendo que a formação inicial visa habituar os/as alunos/as – futuros/as professores/as – à prática profissional da profissão, fazendo deles/as, seres reflexivos. Por tal perspectiva, a educação brasileira o respeito à liberdade e o apreço à tolerância religiosa frente ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas.¹¹⁷

Isso porque, modernamente, deixou-se de acatar a origem divina do poder terreno para definir a soberania popular como polo originário daquele poder. Com isso, a fé religiosa, respeitada em seu todo, desloca-se para o campo da sociedade civil; ou seja, no âmbito das instituições de caráter privado. No caso do Brasil, essa separação consta do art. 19, bem como a liberdade de pensamento, de consciência e de culto, constantes no artigo 5.º da Constituição Federal de 1988, considerada uma das Cartas Magnas mais progressistas atualmente, cujos principais objetivos têm sido a defesa dos direitos das minorias e das camadas mais frágeis da população.¹¹⁸

No entanto, isso não significa que a laicidade seja desprovida de valores éticos e morais. Pelo contrário, o próprio respeito às diversidades religiosas demonstra que toda a escolha pessoal, subjetiva e particular merece a consideração de todos. Além disso, existem dispositivos no ordenamento jurídico pátrio que exigem de qualquer pessoa a obediência a parâmetros aí estabelecidos. É o caso, por exemplo, do art. 1.º da Constituição Federal, que apresenta como fundamentos do Estado Democrático de Direito, entre outros, a cidadania e a dignidade da pessoa humana.¹¹⁹

Como se pode constatar, para grande parte dos/as autores/as consultados o resultado que se busca por meio do estudo dos aspectos epistemológicos e didáticos da religiosidade é a construção do respeito às tradições religiosas conhecidas pela comunidade escolar, com o intuito de possibilitar que tal conhecimento resulte em respeito pelas alteridades, diferentes

¹¹⁶ CURY, 2018, p. 316.

¹¹⁷ JUNQUEIRA; RODRIGUES, 2020, p. 168.

¹¹⁸ CURY, 2018, p. 317.

¹¹⁹ CURY, 2018, p. 317.

pontos de vista e distintas formas de ser-no-mundo. Da mesma forma, Luiz Antônio Cunha traz debate acerca da ausência da laicidade na educação pública. Para esse autor, o ensino está fragmentado e impede a liberdade de pensamento e de diversidade religiosa.¹²⁰ No mesmo contexto, Carla Batista e Mônica Maia discorrem sobre a construção da cidadania e da liberdade, por meio de um estado verdadeiramente laico e crítico.¹²¹

Nesse sentido, os/as gestores/as escolares devem lidar com esse dilema em seu cotidiano, cabendo entender que o princípio da laicidade – entendido pela perspectiva da ética da hospitalidade incondicional – deve ser aberto, acolhedor, de modo a possibilitar a realização do pluralismo em um Estado democrático de direito.¹²²

Portanto, após abordar, neste primeiro tópico, a questão da separação entre Estado e Igreja no contexto escolar, passa-se agora a dissertar a respeito da importância de se tentar manter a Educação Infantil isenta de quaisquer elementos confessionais que possam estar presentes na educação das crianças pequenas.

2.2 Educação Infantil livre de proselitismo

Segundo explica Joycimar Lemos Barcellos Zeferino, a religião constitui uma das mais significativas formas de expressão cultural de um povo. A expressão da religiosidade – tão diversa no Brasil – adentra o ambiente escolar, de modo inevitável, visto que faz parte das características identitárias de todos/as que atuam na instituição escolar – alunos/as, professores/as e demais profissionais. Sendo assim, quando um sujeito entra na escola ele o faz por inteiro, com sua cor, gênero, orientação sexual, suas convicções políticas e pedagógicas e, obviamente, com suas crenças ou descrenças religiosas – especial no que tange à Educação Infantil.¹²³

Sendo assim, de acordo com o entendimento de Maévi Anabel Nono, para que se possa discutir acerca do currículo da Educação Infantil é de suma importância que se retome a definição desse termo, apresentada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – Resolução CNE/CBE n. 5, de dezembro de 2009 –, de caráter mandatório.¹²⁴ Tais

¹²⁰ CUNHA, Luiz A. A educação carente de autonomia: regime federativo a serviço da religião. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 6, n. 10, p. 55-104, 2012, p. 59.

¹²¹ BATISTA, Carla; MAIA, Mônica. *Estado laico e liberdades democráticas*. Recife: SOS Corpo, 2006, p. 14.

¹²² SANTOS; TORRES; FONSECA, 2016, p. 71.

¹²³ ZEFERINO, Joycimar L. B. Na escola tem lugar para a religião? Reflexões sobre a diversidade religiosa no espaço escolar. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (EDUCERE), XII, 2015, Curitiba. *Anais...* Curitiba: EDUCERE, 2015, p. 14433.

¹²⁴ NONO, Maévi A. *Currículo na Educação Infantil*. São Paulo: UNIVESP, 2012, p. 1.

diretrizes, as quais podem ser observadas na elaboração das propostas pedagógicas de cada estabelecimento escolar, determinam que:

Artigo 3º – O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.¹²⁵

Não obstante, o artigo acima destacado sugere que o ponto de partida que dá origem a tal entendimento se fundamenta na ideia de criança, aqui compreendida como um ser rico, ativo, forte, sociável, competente, curioso e que, em função de tudo isso, reclama seu lugar no centro da prática pedagógica. Trata-se, portanto, de uma criança que não está só, isolada em seu universo infantil. Mas, sim, trata-se de um ser que dialoga com seus pares e deseja interagir com os adultos e com o mundo ao seu redor. Para essa criança – especificamente –, a Educação Infantil não pode ser somente um espaço de reprodução de saberes acumulados. Deve ser, então, um local vivo, rico em vivências e experiências significativas, trabalhando em conjunto com a família e a sociedade, para desenvolver na criança a autonomia necessária à construção do conhecimento.¹²⁶

Quanto a isso, aqui torna-se necessário ressaltar que um dos avanços mais significativos diz respeito à ampliação da Educação Infantil. Tal ampliação se dá para além das limitações dos territórios urbanos, com a nítida preocupação de garantir às crianças do campo e às crianças indígenas, bem como às crianças afrodescendentes, uma educação que contemplasse saberes inerentes à cada comunidade. Até porque considera a identidade cultural e regional e, ainda, às questões que dizem respeito à linguística e à religiosidade.¹²⁷

Daí pode-se concluir que, se o currículo da Educação Infantil englobar as experiências cotidianas das crianças também encontrará os valores éticos, relacionados à espiritualidade – direta ou indiretamente.¹²⁸ Dentre as práticas pedagógicas mais utilizadas, os jogos e as brincadeiras de caráter lúdico e, ainda, a contação de histórias, apresentam-se como algumas das principais práticas pedagógicas utilizadas na Educação Infantil. A literatura consultada indica que essas duas vertentes do trabalho educacional são significativamente eficazes em

¹²⁵ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. [Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil]. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, p. 18, 18 dez. 2009, [online], [n.p.].

¹²⁶ MONTEIRO, Karla B. F. S. O currículo da Educação Infantil em face das orientações de um sistema apostilado de ensino. *Revista Espaço do Currículo*, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 326-338, 2019, p. 326.

¹²⁷ CLARO, Ana Lúcia A.; CITTOLIN, Simone F. *O currículo na Educação Infantil: uma análise teórica*. Curitiba: UFPR, 2014, p. 6.

¹²⁸ MONTEIRO, 2019, p. 336.

ajudar as crianças pequenas a desenvolverem suas capacidades motoras e suas capacidades intelectuais. Além disso, esse conjunto de práticas pedagógicas também contribui para que as crianças absorvam e assimilem os valores éticos, tais como a amizade, o cuidado, o respeito, entre outros.¹²⁹

Como se vê, as situações contidas na prática pedagógica da Educação Infantil, envolvendo jogos e brincadeiras lúdicas, bem como contação de histórias, fazem a criança crescer em face da procura de soluções e alternativas. Enquanto brinca, o desempenho psicomotor da criança alcança níveis elevados. Ao mesmo tempo, a criança desenvolve a concentração, a atenção, o engajamento e a imaginação. Como consequência, fica mais calma, relaxada e aprende a pensar, estimulando sua inteligência.¹³⁰ No entanto, como fica a questão da espiritualidade da criança pequena?¹³¹

Antes de tentar responder a tal questionamento, deve-se primeiro entender que a vida não é como um tesouro, enterrado em algum lugar qualquer, esperando para ser descoberto. A vida provoca o ser humano, fazendo-o passar por situações – boas e ruins – levando-o a refletir sobre a própria existência e sobre as próprias ações. Nesse processo, o ser humano busca respostas, procurando ver além do mundo aparente. A essa busca dá-se o nome de espiritualidade.¹³²

Desde os primórdios, o ser humano empreende a jornada da religião e com isso, além de se construir inestimável patrimônio cultural, descobriram-se os mais importantes valores para as relações em sociedade. O mais importante, contudo, é que todas essas experiências representam a grande busca do ser humano pelo sentido mais profundo da vida. E esta dimensão que faz com que o ser humano possa cultivar a paz, a solidariedade, a esperança e outros valores fundamentais para qualquer sociedade.¹³³ No entanto, como fazer isso com as crianças pequenas?

Para Maria Montessori, existe uma vida psíquica na criança, qual embrião espiritual em desenvolvimento. Montessori defende que o mais urgente dever da Educação Infantil é libertar o indivíduo oculto, desvelar a criança desconhecida, revelar seu segredo, criando condições para que a personalidade da criança pequena desabroche. Ao assinalar na Educação

¹²⁹ BIOLCHI, Graciane; MUNIZ-OLIVEIRA, Siderlene. Contação de histórias na Educação Infantil: meio de desenvolvimento da linguagem. *Revista Práticas de Linguagem*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 37-44, 2019, p. 43.

¹³⁰ QUEIROZ, Tania D.; MARTINS, João L. *Pedagogia lúdica: jogos e brincadeiras de A Z*. São Paulo: Rideel, 2002, p. 13.

¹³¹ CORSINO, Patrícia. *Infância, educação infantil e letramento na rede municipal de ensino do Rio de Janeiro: das políticas à sala de aula*. Caxambu: ANPEd, 2005, p. 28.

¹³² MACHADO, Renato F. Religiosidade e espiritualidade na Educação Infantil. In: UNESCO. *A criança descobrindo, interpretando e agindo sobre o mundo*. Brasília: Banco Mundial, 2005, p. 110.

¹³³ MACHADO, 2005, p. 111.

Infantil a finalidade de desenvolver as potencialidades da criança, Montessori visa a formação de uma criança nova, que venha a se construir como o ser humano de amanhã, o qual habitará uma sociedade de paz. Assim, acredita-se que a Educação Infantil deva pensar também sobre a espiritualidade, a partir da dimensão do cuidar e do educar. E isso nada tem a ver com doutrinação ou com ensino confessional.¹³⁴

Por sua vez, na primeira infância (de 2 a 6 anos), a religiosidade/espiritualidade se desenvolve como reflexo da fé dos adultos, que são o modelo para a imagem que a criança fará acerca das questões e elementos considerados divinos. Ao mesmo tempo, o divino será mágico e imaginário – marcado por imensa criatividade –, podendo realizar coisas que os adultos não conseguem conceber. Daí porque, na Educação Infantil, a ambientação se torna algo muito importante. Pode-se afirmar até que somente é possível desencadear um processo significativo de aprendizagem ao mergulhar a criança pequena em um ambiente rico em referenciais sobre o que ela irá refletir.¹³⁵

Para tanto, Montessori acredita que o papel principal do/a professor/a seja estimular a vida, deixando a criança pequena totalmente livre para se desenvolver. Montessori distingue dois fatores – o guia e o exercício individual –, residindo nisso a arte do/a professor/a em criar oportunidades e modalidades por meio das quais possa guiar a educação espontânea da criança pequena, inculcando-lhe as noções necessárias de felicidade, de respeito e de espiritualidade.¹³⁶ Isso deve ser feito, sem que haja qualquer mínima tentativa de orientar a criança, no sentido de qualquer religião específica.

Até então, o que se tem apresentado nesse terceiro tópico foi subjetivo. Mas, considerando-se as práticas pedagógicas mais usuais, baseadas no emprego de jogos, brincadeiras de caráter lúdico e contação de histórias, ainda permanece a necessidade de responder ao questionamento inicial: como fica a questão da espiritualidade da criança pequena? Sobre isso, entende-se que, brincando, a criança elabora o ritmo da temporalidade da satisfação e da carência, experimentando simbolicamente a euforia do viver e o medo de morrer, traduzidos na expectativa do acaso, no fluxo do destino e na hora de cada um. Assim, tais práticas pedagógicas, por meio do perde-ganha, ausência-presença, carência-satisfação do desejo, constituem-se um teatro de elaboração de experiências existenciais.¹³⁷

¹³⁴ ARAÚJO, Alberto F.; AVANZINI, Alessandra; ARAÚJO, Joaquim M. Atividade e redenção: a criança nova em Maria Montessori. *Revista História da Educação*, Pelotas, n. 18, p. 23-45, 2005, p. 24.

¹³⁵ MACHADO, 2005, p. 115-116.

¹³⁶ ARAÚJO; AVANZINI; ARAÚJO, 2005, p. 33.

¹³⁷ LUZ, Marco A. O lúdico e o sagrado: a propósito do dream team. In: LUZ, Marco A. (Org.). *Cultura Negra em Tempos Pós-Modernos*. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 159.

Dessa forma, essas práticas pedagógicas voltadas à Educação Infantil possuem estreita relação com a espiritualidade, não somente porque estão diretamente relacionadas com a alegria e a felicidade, bem como por propiciarem aprendizagens e oportunidades de superação. No caso específico das crianças pequenas, tais práticas auxiliam na organização do caos do mundo, da desordem e do contato com os mistérios da vida.¹³⁸

Na Educação Infantil, o despertar da religiosidade/espiritualidade da criança pequena permeia a subjetividade, a imaginação, a interação com o outro, os (des) afetos, os atritos, as descobertas. O mundo da espiritualidade é o mundo dos símbolos e significados ocultos, do mistério, da crença e da magia.¹³⁹ O resultado natural que decorre da personalidade criadora, estimulada pelas boas práticas pedagógicas na Educação Infantil, é a figura da criança que surge como ser autêntico. Por sua vez, tal qualidade pode e deve ser complementada, com as de vivacidade, autoconfiança, coragem, solidariedade, respeito, cuidado, dentre outras que, em suma, dizem respeito às forças éticas e à sensibilidade moral que são, igualmente, de ordem espiritual.¹⁴⁰

Frente ao exposto, verifica-se o quanto a etapa da Educação Infantil deve manter-se isenta de quaisquer elementos confessionais que possam estar presentes na formação das crianças pequenas, tendo em vista a importância da instituição da laicidade, como aspecto legal a ser respeitado, foco da próxima seção.

2.3 Respeito à laicidade na Educação Infantil

De acordo com o entendimento expresso por Arnaldo Érico Huff Júnior, no curso da separação formal entre Igreja e Estado, a religião não foi relegada. Isso implica considerar a secularização, de modo alternativo à aplicação de teses que descambam na crença no atraso brasileiro em relação a outros países. No Brasil, a separação entre Igreja e Estado, ao invés de eliminar o traço religioso do social por sua superação ou de relegá-lo à esfera privada, alocou a religião na sociedade civil. A religião institucional, assim, deixou, em princípio, de influir diretamente no Estado, mas permaneceu como coisa pública e de fácil circulação de bens simbólico-religiosos para a vida política e civil.¹⁴¹

¹³⁸ SAURA, Soraia C. O imaginário do lazer e do lúdico anunciado em práticas espontâneas do corpo brincante. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 163-175, 2014, p. 5.

¹³⁹ MACHADO, 2005, p. 116.

¹⁴⁰ ARAÚJO; AVANZINI; ARAÚJO, 2005, p. 33.

¹⁴¹ HUFF JÚNIOR, Arnaldo Érico. Campo religioso e história do tempo presente. *Cadernos CERU*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 47-70, 2008, p. 63-64.

Contudo, o que interessa a essa dissertação é a Educação Infantil. A questão principal está em saber conciliar as diversidades, articulando para não haver comprometimento com uma e nem oprimir a outra. Assim, entende-se que ao trabalhar a questão da diversidade religiosa, cultural e étnico-racial, o indivíduo, desde a sua formação inicial, na Educação Infantil, estará sendo (in) formado sobre o assunto, num exercício de conhecer, longe de ser influenciado (é o que reafirma a laicidade) a partir de um modelo de ensino com fortes características confessionais.¹⁴²

A instituição escolar representa um universo social que se caracteriza pela diversidade social e cultural, e reafirma ou refuta padrões comportamentais que permeiam as relações sociais de dentro ou de fora da escola e esta deve estar preparada para buscar mecanismos capazes de enfrentar tais diversidades. A escola trabalha na socialização infantil onde se estabelecem as (inter) relações, com crianças de diferentes núcleos familiares. E esse contato diversificado poderá fazer da escola o primeiro espaço de vivência das tensões.¹⁴³ Buscando formar o cidadão pleno, a escola tem sempre muitos fatores a serem considerados. Em primeiro lugar, deve-se levar em consideração o que as crianças trazem consigo em relação aos seus valores, experiências, rituais e símbolos. Em um segundo momento, a escola deve propiciar espaços de partilha e de acolhimento, em movimento que sai de si e abre-se ao outro e à sua espiritualidade. Por último, a escola deve também oferecer possibilidade de a criança explorar contextos que envolvam espiritualidade.¹⁴⁴

Dessa forma, a sala de aula – pela riqueza das experiências que propicia –, enquanto fonte de debate acerca dos valores éticos e morais, revela-se de extrema importância para a formação das crianças. Para tanto, porém, faz-se necessário que possibilite a formação ética a partir do aprendizado de costumes, das diferenças, da convivência, da justiça, da não-violência, da solidariedade, da responsabilidade, entre outros – o que significa buscar a formação integral.¹⁴⁵

No entanto, quando a escola oferece ambiente democrático e receptivo, em que todas as diferenças são vistas como naturais, o respeito se mostra presente também de modo instintivo. Tal procedimento deverá ser adotado não apenas com os/as alunos/as, mas com

¹⁴² SILVEIRA, Daniel B.; FACHINI, Elaine. Efetividade da liberdade religiosa como um direito fundamental. *Revista Direito em Debate*, Ijuí, v. 28, n. 52, p. 51-61, 2019, p. 54.

¹⁴³ BORGES, Edson; MEDEIROS, Carlos A.; DADESK, Jacques. *Racismo, preconceito e intolerância*. São Paulo: Atual, 2002, p. 29.

¹⁴⁴ BORGES; MEDEIROS; DADESK, 2002, p. 29.

¹⁴⁵ FERREIRA, Amauri C. *Ensino Religioso nas fronteiras da ética*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 45.

toda a comunidade escolar na qual a instituição educacional se insere.¹⁴⁶ Quanto a isso, cabe aqui destacar que:

As escolas públicas, enquanto laicas, deveriam ser pautadas na educação das relações étnico-raciais, onde a educação intercultural e multirracial seria o eixo de uma pedagogia democrática, onde os/as alunos/as pudessem dialogar sobre os diversos conhecimentos históricos presentes nas religiões que orientam o povo brasileiro. Numa experiência onde o respeito e a valorização da vivência do universo cultural do outro se constituiriam numa base de aprendizagem democrática.¹⁴⁷

Porém, aqui deve-se ressaltar que, os casos em que a liberdade religiosa consiste apenas na liberdade para o cristianismo, não cabendo impedir a demonstração da fé de outrem, destaca-se que a laicidade do Estado brasileiro. Contudo, a laicidade não se traduz em oposição ao fenômeno religioso, mas na possibilidade de reconhecer todos os símbolos religiosos e culturais (entre eles os crucifixos, as imagens, monumentos e nomes de logradouros ou de cidades, independente da sua origem, se católica, evangélica ou espírita, por exemplo), pois refletem a história e a identidade nacional ou regional.¹⁴⁸

E aqui vale lembrar que, quando se conceitua o Estado laico, tal definição vale para todas as suas instâncias e repartições, inclusive – e especialmente – a escola pública. Então, é preciso destacar o entendimento de Luiz Antônio Cunha, acerca do Estado laico:

Estado laico é aquele que tem sua legitimidade radicada na soberania popular. Ele não só dispensa a legitimidade conferida pelas instituições religiosas como é imparcial em matéria de religião. O Estado laico respeita todas as crenças, religiosas e antirreligiosas, desde que não atentem contra a ordem pública. Ele não apoia nem dificulta a difusão das ideias religiosas nem das ideias que consideram a religião fruto da alienação individual e/ou social. Respeita, igualmente, os direitos individuais de liberdade de consciência e de crença, de expressão e de culto.¹⁴⁹

Tem sido muito comum na Educação Infantil o fato de que muitos/as professores/as ao elaborarem as aulas, tendem a orientar os conteúdos a partir de seu posicionamento, de sua crença, muitas vezes compreendida como única verdade. Isso ocorre porque muitos/as professores/as acreditam que estejam contribuindo para a formação ética dos/as alunos/as ao lhes ensinar orações ou ao difundir preceitos de sua fé religiosa.¹⁵⁰

¹⁴⁶ VON, Cristina. *Cultura de paz*: o que os indivíduos, grupos, escolas e organizações podem fazer pela paz no mundo. São Paulo: Petrópolis, 2003, p. 40.

¹⁴⁷ OLIVEIRA, Ariene G.; LAGE, Allene C. Educação e diversidade religiosa: onde está o conhecimento sobre a tradição religiosa africana na vivência da lei 10.639/03? *Revista Horizonte*, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 45-54, 2016, p. 52.

¹⁴⁸ SILVEIRA; FACHINI, 2019, p. 57.

¹⁴⁹ CUNHA, Luiz A. O que é escola pública laica? In: OBSERVATÓRIO DA LAICIDADE NA EDUCAÇÃO [Site institucional]. 30 mai. 2013, [online], [n.p.].

¹⁵⁰ GIELOW, Taciane C. A laicidade da educação: conhecendo a história da educação laica no Brasil e observando o pensamento de um professor de Sinop. *Revista Eventos Pedagógicos*, Sinop, v. 6, n. 4, p. 283-293, 2015, p. 290.

Porém, ao assim procederem, violam um princípio ético-político fundamental da escola pública brasileira: o da laicidade – princípio que não faz da escola uma instituição antirreligiosa, mas somente garante que a escolha de uma religião – ou de nenhuma – seja decisão privada e autônoma; e, como tal, respeitada pela instituição pública. No entanto, os/as professores/as, além de profissionais da educação, são pessoas comuns: torcem para um time, votam em um partido, são fiéis de determinada religião. Então, de tais profissionais não se deve esperar que escondam sua marca singular e pessoal. Mas, do mesmo modo, tampouco não se espera que venham a faltar para com a responsabilidade política inerente ao seu pertencimento a uma instituição pública de ensino.¹⁵¹

Isso pode ser facilmente comprovado quando se leva em consideração a questão da presença dos símbolos nas escolas públicas, visto que tais elementos não se verificam de modo a traduzir a pluralidade de denominações que se podem perceber quando se analisa a comunidade escolar. Em grande parte das escolas públicas brasileiras é possível encontrar profissionais das mais variadas religiões – e, inclusive, aqueles que não professam nenhum credo, como os ateus.¹⁵²

Ademais, a legislação brasileira interpreta a cultura religiosa prevalecente sobre o direito laico. O patrimônio histórico, cultural, bem como os feriados nacionais estão integrados à sociedade. Contudo, a lei se revela autodeterminante no que diz respeito aos prédios públicos, não havendo opção garantida pelo princípio da dignidade da pessoa humana, para o cidadão que não professa aquela fé, escolher estar no local, pois, este se encontra submetido ao serviço público ali prestado.¹⁵³ Logo, não é dado a um/a professor/a, por exemplo, o direito de se negar a ensinar determinado conteúdo, apenas porque, do ponto de vista pessoal – cultural e religioso –, ele/a discorda desse mesmo conteúdo. Ressalta-se, no entanto, que o mesmo raciocínio se aplica às datas comemorativas tradicionais na escola pública.

No Brasil, uma das questões educacionais mais polêmicas, inerentes à diversidade religiosa se verifica no caso das datas comemorativas, posto que, no que diz respeito às datas religiosas, observa-se que tão-somente as datas diretamente vinculadas ao cristianismo fazem parte do cotidiano das escolas. O problema é que as escolas públicas são laicas – ao menos em tese. Por serem laicas não deveriam professar qualquer religião. No caso específico da Educação Infantil comumente se encontram crianças fantasiadas de “coelhinho da páscoa” ou

¹⁵¹ GIELOW, 2015, p. 290.

¹⁵² MARTINS, Sueli. A (in)diferença e (in)tolerância religiosa em escolas públicas municipais de Juiz de Fora. *Revista Sacrilogens*, Juiz de Fora, v. 10, n. 2, p. 15-23, 2013, p. 16.

¹⁵³ SILVEIRA; FACHINI, 2019, p. 57.

pintando ovos. Ao final do ano também é fácil encontrar escolas decoradas com enfeites natalinos.¹⁵⁴

Para Sérgio Paulo Rouanet, a introdução de comemorações de cunho político, ideológico, moral e consumista ocorre e se perpetua. Vivendo uma nova fase de nacionalismo, de adesão e resistência à globalização, a sociedade brasileira atual se encontra entre o caminho de resgatar o que já foi incorporado como cultura, identidade e valores nacionais, bem como de ressignificar o nacional em termos globais – incorporando o global como se fosse local. Isso também se dá na escola, como encruzilhada com a qual ainda se sabe lidar: tanto como resistência que se mistura ao conservadorismo; quanto como inovação que não acontece, preservando a lógica de educar a sociedade ideologicamente – por meio das crianças.¹⁵⁵

No entendimento de Marta Nídia Varella Maia, as datas comemorativas orientam padrões de conduta e cidadania valorizados em uma época e/ou sentido religioso, relacionadas a datas significativas para as religiões de grande abrangência social, podendo também estar relacionadas aos padrões de civilidade e sociabilidade. Tais datas contribuem para a demarcação e manutenção da memória coletiva, a qual se constitui elemento essencial da identidade – individual ou coletiva. Assim, a produção da memória coletiva é parte das disputas pelo poder. No Brasil, as elites têm o domínio da memória e do esquecimento, de acordo com suas escolhas sobre o que deva ou não ser produzido. Daí porque, o calendário civil e suas datas comemorativas se constituem objeto de disputa das elites.¹⁵⁶

Algumas datas são marcadas por feriados e recessos escolares. Porém, em geral, as datas comemorativas brasileiras exercem a função de catalisadoras da moral religiosa e cívica. Até mesmo aquelas que se relacionam aos conhecimentos a respeito da sociedade terminam sendo restritivas sobre esses conhecimentos ou apresentando-os de modo estereotipado. Isso porque a religião, o civismo e o consumo aparecem como fatores que deram origem e mantêm essa prática.

E assim, as datas comemorativas se transformam em festas na escola. A escola se organiza para esses momentos comemorativos oficiais e os/as profissionais de ensino se comportam como autômatos, apenas reproduzindo atos cotidianos – sem refletir sobre sua

¹⁵⁴ ANDRADE JÚNIOR; SOUSA; SOUSA, 2016, p. 148-149.

¹⁵⁵ ROUANET, Sérgio P. Nacionalismo e Desenvolvimento. In: CABRAL, Severino (Org.). *5 décadas em questão: 50 anos da livraria Leonardo da Vinci*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004, p. 43.

¹⁵⁶ MAIA, Marta N. V. *Datas comemorativas: uma construção ideológica que persiste na Educação Infantil*. São Luís: ANPEd, 2017, p. 3.

origem, necessidade, função e consequências.¹⁵⁷ Tudo isso, institucionalizado, leva a crer que acaba havendo a perda do sentido, conforme a análise de Thamiris Bettiol Tonholo, segundo a qual:

Quando uma ação não é efetivamente planejada, mas se repete todos os anos, podemos concluir que está ligada a cultura da tradição. Não se questiona as finalidades de se fazer, mas sim a necessidade de fazer. Neste contexto, é promissor discutir qual a função pedagógica ao se repetir, anos após anos, determinadas ações nas escolas.¹⁵⁸

Pelo acima exposto, entende-se que o emprego frequente das datas comemorativas, sem criticidade, nada mais é que um conjunto de práticas normatizadas – quase obrigatórias – aceitas abertamente, de natureza ritual ou simbólica, cujo objetivo maior é inserir determinados valores e normas de comportamento, por meio da repetição.¹⁵⁹ Cabe também aqui destacar a opinião de Cleonice Maria Tomazzetti e Marisa Mattos Palauro, as quais entendem que:

Essas propostas são elaboradas de acordo com as concepções que as instituições possuem de Educação Infantil, se os planejamentos de atividades articulam umas com as outras, se são amplos e criativos para a prática e experiência educativa. Dessa forma, as atividades propostas, na maioria das vezes, são impostas pelos profissionais das instituições que selecionam o que querem trabalhar com as crianças pequenas sem fazer uma pesquisa específica do tema, do que seria de interesse ou de significado por meio do que é de seu conhecimento, de sua cultura de origem ou de sua necessidade sociocognitiva. Ou seja, muitas destas propostas pedagógicas baseadas em datas comemorativas, ou que a elas dão muito destaque e ênfase, não se justificam em função de que os temas façam parte da realidade e das vivências que acontecem por meio das relações sociais das crianças entre si, das crianças com suas famílias, e das relações sociais nas quais a creche e/ou a pré-escola estão imersas.¹⁶⁰

Daí porque, no entendimento de Júlia Oliveira-Formosinho, torna-se fundamental que se reflita a proposta de trabalho que envolve as datas comemorativas, nas escolas públicas brasileiras – especialmente no que tange à Educação Infantil. Afinal, a reflexão crítica sobre a prática se torna exigência da relação prática cotidiana. As comemorações e festividades têm feito parte da cultura escolar, de modo natural e rotineiro.¹⁶¹

¹⁵⁷ MAIA, 2017, p. 14.

¹⁵⁸ TONHOLO, Thamiris B. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 186.

¹⁵⁹ TONHOLO, 2011, p. 187.

¹⁶⁰ TOMAZZETTI, Cleonice M.; PALAURO, Marisa M. Datas comemorativas na educação infantil: quais sentidos na prática educativa? *Revista Crítica Educativa*, Sorocaba, v. 2, n. 2, p. 150-164, 2016, p. 152.

¹⁶¹ OLIVEIRA-FORMOSINHO, Julia. A formação em contexto: a mediação do desenvolvimento profissional praxiológico. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Básica. *Pedagogias das infâncias, crianças e docência na educação infantil*. Caxias do sul: MEC; SEB, 2016, p. 45.

Numa das escolas em que esta pesquisadora trabalha, havia o hábito cotidiano de, sempre que se iniciavam as aulas, os/as professores fazerem orações, juntamente com os/as alunos/as. Era uma espécie de oração espontânea, mas que continha sutil referência ao cristianismo, visto ser essa a opção maior entre a comunidade escolar. E, sabe-se que no Estado do Espírito Santo constata-se facilmente a predominância do cristianismo, em seus vieses católico e evangélico. Essa predominância, porém, não raramente se converte em ações que traduzem conservadorismo de caráter amplamente inflexível, o qual interfere de modo negativo no ambiente escolar. Não por acaso que, certo dia, ao longo do ano de 2020, um pai, cuja família professava credo diferente do cristianismo – ou seja, nem era católico, nem era evangélico –, veio questionar a diretora da escola. Em sua reclamação, esse pai queria saber como poderia haver a tal oração no início de cada turno, visto que a escola brasileira é obrigada, por lei, a respeitar o princípio da laicidade. A gestão da escola tentou dissuadi-lo, explicando que a oração satisfazia a maioria das crianças e, ainda, de suas respectivas famílias, as quais eram cristãs. Foi sugerido ao mencionado pai que seu/sua filho/a se afastasse do grupo de alunos/as na ora da oração. Contudo, ele rejeitou a proposta, alegando que isso poderia expor o/a filho/a dele ao risco de “bullying”, já que o afastamento colocaria a criança na condição explícita de “diferente da maioria”. Para piorar a situação, diante dessa proposta de isolamento da criança, o pai ameaçou levar o caso até o Ministério Público.

Nesse sentido, há de se concordar com André Luiz Pacheco e José Luís Derisso, quando afirma que, a não compreensão do objeto de trabalho docente leva a sociedade à confusão a respeito do que se pretende ensinar, provocando falsa divisão entre os valores que os/as pais/mães sustentam e os valores que, supostamente, os/as professores/as estariam inculcando em seus/suas filhos/as.¹⁶² Assim sendo, após consultar o departamento jurídico da referida Secretaria Municipal de Educação, a direção da escola, entendendo que, no tocante à legislação, a demanda do mencionado pai estava correta, optou por ceder e não mais fazer a oração que parecia ferir o princípio da laicidade. A gestora, juntamente com os demais funcionários, decidiu que, a partir de então, a escola iria respeitar, na íntegra, o princípio da laicidade.

Contudo, não se mudam os hábitos já enraizados. Uma breve análise permitiu identificar inúmeros pequenos outros hábitos que poderiam, aos olhos da lei, significar novas agressões ao princípio da laicidade. Tais fatores incluíam desde avisos nas paredes onde se

¹⁶² PACHOCO, André L.; DERISSO, José Luís. Negação da laicidade, pensamento autoritário e descaracterização da escola pública no Brasil. *Revista Política e Gestão Educacional*, Araraquara, v. 22, n. 2, p. 646-667, 2018, [online], p. 658.

viam figuras de anjos, até orações mais longas, de caráter estritamente cristão, nos momentos de festividade. Isso sem mencionar outros fatores menores, como vestimentas de funcionários contendo trechos de orações ou a própria linguagem cotidiana, na qual, muitas vezes, diante de um comentário qualquer, as pessoas respondem com expressões de cunho religioso: “– Amém!”; “– Deus é pai!”; “– Vá com Deus e a Virgem Maria!”

Somente por já se ter promovido a discussão acerca desses fatos cotidianos, percebeu-se que havia uma confusão entre a liberdade de crença e a liberdade de culto. E, sobre isso, mesmo quando consultada, a Secretaria de Educação se posicionava de modo não esclarecedor. Contudo, ao se consultar a literatura, adotou-se a visão de Bernardo Gonçalves Fernandes, o qual entende que:

A liberdade de crença é o direito de um indivíduo adotar ou não uma religião sem ser prejudicado (inclusive o de não adotar nenhuma religião). A liberdade de crença diferencia-se da liberdade de culto. Esse é o direito, individual ou coletivo, de praticar atos externos de louvação próprios de uma determinada religião (e das suas liturgias).¹⁶³

Ainda assim, tudo isso permitiu perceber que pouco se sabia acerca dos limites da expressão individual da fé em ambiente escolar, bem como sobre o quanto isso interferia nos verdadeiros objetivos da Educação Infantil. Diante ao exposto, a reflexão que motivou a autora baseou-se na necessidade de aprofundamento do tema, no sentido de compreender até onde vai o direito à livre expressão e até onde vai o princípio da laicidade. Afinal, não bastava somente fazer o que fora solicitado pelo pai do/a aluno/a. Era preciso também tomar medidas que não viessem a causar problemas junto com a comunidade interna da escola, a qual poderia também se revelar insatisfeita, caso entendesse que determinadas imposições da direção escolar estariam sendo injustas e, até mesmo, ilegais.

Afinal, a laicidade articula o ideal de um espaço cívico comum e o princípio de neutralidade confessional do Estado, que subentende liberdade de consciência e igualdade. Portanto, a Laicidade diz respeito a toda política de ensino público sem influência religiosa, tendo como objetivo principal a neutralidade escolar.¹⁶⁴ Daí surge a necessidade de se conhecer melhor o ambiente escolar visando identificar em quais aspectos o princípio da laicidade vem sendo respeitados, ou não. E isso é o que se fará no terceiro capítulo, quando a pesquisa de campo, feita junto aos profissionais da educação infantil, para que boa parte de seus membros possa expressar suas opiniões a respeito do tema em questão.

¹⁶³ FERNANDES, Bernardo G. *Curso de Direito Constitucional*. 9. ed. Salvador: Juspodivm, 2017, p. 444.

¹⁶⁴ MÜLLER; COSTA, 2016, p. 30.

Frente a todo o exposto, e após abordar a questão da separação entre Estado e Igreja no contexto escolar, destacando-se a importância da isenção das formas de proselitismo na EI, bem como de discorrer sobre as questões da laicidade, passa-se agora, no próximo capítulo, a expor a pesquisa de campo, de modo a observar se há possibilidade de uma escola de EI conseguir se manter isenta de proselitismo.



3 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO E ANÁLISE DOS DADOS

A metodologia do estudo permeou o objetivo central que é o de identificar de que forma as práticas pedagógicas na Educação Infantil podem garantir à laicidade, considerando a religiosidade da comunidade escolar e sua influência nesse contexto. A Educação Infantil, como parte primária da educação básica, traz em seu bojo dois aspectos intrínsecos ao seu contexto: o primeiro diz respeito ao fato de que possui profissionais, na maioria das vezes (a partir da experiência da autora), com comportamento conservador, especialmente no que diz respeito à religiosidade, em que predominam as matrizes de cunho cristão. Esse público, não raramente, assume postura tradicional que acaba afetando o cotidiano da escola – instituição que acaba por refletir o comportamento predominante no meio em que se encontra inserida, fato também verificado nos estudos de pesquisa da Faculdade Unida de Vitória. O segundo aspecto refere-se ao conceito e compreensão de infância e de criança, muitas vezes confundidos como sinônimos: a infância está associada a condição social de ser criança, as suas representações sociais, seus saberes e todas as implicações éticas e políticas que os envolvem;¹⁶⁵ e o termo criança diz do indivíduo que está em formação, considerada em seu contexto, com suas habilidades e inseguranças, além de incluir nessa explanação a questão da relação étnico-racial, considerando refletir a respeito da violência como algo que precisa ser superada, bem como o preconceito e a intolerância que, também, precisam ser desconstruídas e desnaturalizadas, sob a ótica de que essa pessoa precisa aprender a viver junto à diversidade.¹⁶⁶ Portanto, precisam assim, aprender.

A intencionalidade educativa na Educação Infantil deve estar em consonância com a ética universal do cuidado. Assim, as experiências cotidianas envolvendo cuidar-educar não podem ser frutos do improviso, mas ricamente planejadas. Planejar é ter clareza do que se almeja alcançar e tomar decisões refletidas, garantindo a coerência no processo educativo.¹⁶⁷

Tendo em vista que a intencionalidade na Educação Infantil requer ensinar às crianças que elas são sujeitos de direitos, cujo propósito de trabalhar a diversidade cultural e religiosa

¹⁶⁵ DEMARTINI, Zélia B. F. Prefácio. In: FARIA, Ana Lúcia G.; PRADO, Patrícia D.; DEMARTINI, Zélia B. F. (orgs.). *Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças*. 3. ed. Campinas: Autores associados, 2009, p. 7.

¹⁶⁶ GRASSELLI, Martinélia A. *Educação infantil: respeitar a diversidade religiosa, superar violência, educar para a paz. Uma reflexão sobre atividades interdisciplinares desenvolvidas no centro de educação infantil João Pedro de Aguiar – Vitória/ES*. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) – Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões, Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2017, p. 61.

¹⁶⁷ MARQUES, Circe M. Educação para a paz e educação infantil: um olhar e uma escuta sensível no ambiente educativo. In: BRANDENBURG, Laude E.; FUCHS, Henri; KLEIN, Remi; WACHS, Manfredo C. (orgs.). *Simpósio de Ensino Religioso na escola: bases, experiências e desafios*. São Leopoldo: Oikos, 2005, p. 114.

faz-se necessário, para que aprendam que não é certo rejeitar a outra pessoa devido à cor de pele ou pelo fato de sua religião ser diferente do outro, por exemplo.

Ora, sabe-se que na etapa da Educação Infantil a escola não trata diretamente de questões relacionadas à religiosidade, porém, de modo indireto, aborda os temas éticos e morais, cuja finalidade é iniciar uma conscientização e compreensão acerca da pluralidade, inclusividade, tolerância, preconceito, dentre outros assuntos correlatos, que contribuam para a (e na) formação do sujeito em desenvolvimento. Isso posto, torna-se pertinente apresentar o percurso investigativo do estudo que iniciou a partir do levantamento bibliográfico do referencial teórico, que subsidiou as respostas aos objetivos, bem como na análise dos dados.

O processo de coleta de dados ocorreu por meio da socialização de um questionário (online), que associado aos dados inseridos no Projeto Político da Escola, subsidiaram a análise dos dados, de forma que elaboramos três subgrupos, denominados de categorias: a primeira da identificação, a segunda que diz respeito ao contexto da religiosidade e terceira categoria do contexto da laicidade. E na conclusão do estudo apresentamos um guia prático com possibilidades pedagógicas no contexto da EI sobre laicidade e religião

3.1 Metodologia de pesquisa

Sabe-se que o objetivo principal do presente estudo foi identificar como as práticas pedagógicas garantem o caráter da laicidade no contexto da Educação Infantil. E quanto aos objetivos específicos, pretende-se trazer à luz do debate teórico a questão da laicidade no contexto da escola pública de Educação Infantil, em sentido geral, para ofertar ao leitor alguns dos principais conceitos inerentes à temática. Buscou-se também discutir como o princípio da laicidade pode servir aos ideais de proteção à Educação Infantil. Por fim, pretendeu-se ainda, num contexto prático, reconhecer a importância da diversidade cultural e religiosa como consideração ao princípio da laicidade.

Nesse sentido a investigação utilizou-se dos aspectos da pesquisa bibliográfica, descritiva e exploratória. O modelo de pesquisa bibliográfica utiliza-se basicamente, de textos e publicações relacionadas à temática, a partir da reflexão e tratamento científico necessários à investigação,¹⁶⁸ o aspecto descritivo, como o próprio nome sugere, descreve a realidade de forma imparcial e sem interferências do autor e, foi exploratória tendo em vista a delimitação temática que direciona a investigação na busca pela resposta à problematização que justificou

¹⁶⁸ MEDEIROS, J. B. *Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas*. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2017. p. 38.

o estudo.¹⁶⁹ Portanto, após a escolha metodológica, foi realizado um levantamento de bibliografias para estudo e análise, que subsidiou a fundamentação teórica e desenvolvimento do presente trabalho acadêmico.

Quanto ao método de investigação, o modelo de pesquisa de campo foi o que melhor contemplou o objeto de investigação, e a coleta de dados foi realizada por meio do questionário *online*,¹⁷⁰ cuja finalidade, nesse tempo de Pandemia pelo novo Coronavírus (COVID-19) (onde o isolamento social ainda é orientado), permitiu a participação do/a voluntário/a no melhor horário que lhe foi conveniente, além de não necessitar da presença do entrevistador, garantindo maior liberdade e anonimato na devolutiva.

O público alvo investigado foi composto por profissionais de uma Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI) de Vila Velha,¹⁷¹ que preferiu (diante dos diálogos iniciais) não ser identificado, cuja relação de trabalho com a autora é amigável, o que facilitou e reafirmou o que Minayo salienta ao dizer que tal relação, acontece, de fato, no contexto social/humano, onde todos se solidarizam e comprometem-se, assegurando-lhes uma certa “identidade”.¹⁷²

A referida UMEI localiza-se no município de Vila Velha – ES, num prédio de alvenaria, em perfeito estado de conservação, com mais de 10 mil m², conforme o Projeto Político Pedagógico (PPP):

A UMEI possui dois pavimentos, e conta com uma rampa de acesso ao segundo pavimento. Temos 11 salas de aula, sendo 4 salas no primeiro pavimento, destinadas as crianças em idade de creche, por conter banheiros no seu interior. E as demais salas de aula, em atendimento as crianças da pré-escola, no segundo pavimento, com banheiro feminino e masculino de uso coletivo. Todas as salas contam com ventiladores, armários, espelhos, prateleiras, quadro branco, brinquedos e mobiliários. Contam com uma sala de multiuso com ventiladores, ar condicionado, TV/DVD, livros e brinquedos, que é de uso de todas as turmas, sendo utilizada com maior frequência pelas aulas de projeto. Temos 2 pátios de areia e 1 de grama de grande dimensão, mas com questões de excesso de umidade em períodos chuvosos; todas as turmas têm seu horário diário de parque. O refeitório é amplo e ventilado, mas o espaço é dividido com as aulas de Educação Física. O horário de lanche/refeição é servido por segmentos, temos 9 mesas com 18 bancos para a efetivação das refeições. Bebedouros, pias e dois banheiros infantis, um para as

¹⁶⁹ SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico* [livro eletrônico]. São Paulo: Cortez, 2017. p. 91.

¹⁷⁰ O link do questionário (<https://forms.office.com/r/bswAgwsaFu>) – ficou disponível por período de 10 (dez) dias, ampliado por mais 01 (um) dia, atendendo a pedidos, totalizando 35 (trinta e cinco) respostas válidas.

¹⁷¹ Autorização para a pesquisa de acordo com a Declaração assinado pela Gerência de Currículo da Subsecretaria Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Vila Velha – ES.

¹⁷² MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 14-15.

meninas outro para os meninos. Nela também fica o data show e a mesa de som, utilizadas nos eventos com o auxílio de um notebook.¹⁷³

Observa-se que a escola se encontra em condições de funcionamento normal com, aproximadamente, 520 (quinhentas e vinte) crianças de 2 (dois) a 5 (cinco) anos de idade e mais de 40 profissionais. E, convém destacar que numa pesquisa no PPP da referida escola, buscou-se inicialmente as palavras chave desse estudo, laicidade e religião, bem como suas derivações/associações (laico e religiosidade) e não foi possível identifica-las. Constando o termo “diversidade” apenas 1 vez e o termo “valores” em seis frases diferentes, observe o quadro a seguir:

Quadro 1: Análise do Projeto Político Pedagógico da escola.¹⁷⁴

TERMO	CONTEXTO QUE CONSTA NO PPP
DIVERSIDADE	Na página 6 do referido documento o termo em destaque está inserido na seção da Justificativa e é usado para justificar a forma como é desenvolvido o processo educativo das crianças.
	Na página 24 o termo aparece em dois Objetivos Específicos da escola, associando-o ao respeito à diversidade, fazendo menção ao seguinte direito “assegurar [...] acesso a diferentes manifestações culturais [...]”. ¹⁷⁵
VALORES	A primeira identificação do termo está situada na seção da Justificativa, mais precisamente, na página 6 do PPP, e consta assim: “transmissão de valores, e [...] na formação de hábitos, valores e atitudes, [...]”. ¹⁷⁶
	Outra identificação está na seção Campos do Trabalho Pedagógico, subseção Natureza, cultura e sociedade, num quadro referente aos conceitos que deverão ser trabalhados em cada grupo/sala de aula. E observa-se a expressão “valores (palavrinhas mágicas)”, ¹⁷⁷ na parte de conteúdos direcionados ao Grupo do Infantil 4, que corresponde as crianças de 4 anos de idade.
	Identificou-se o termo valores na seção destinada a Avaliação, onde a escola destaca uma de suas funções, a “função socializadora e cultural, que diz respeito à formação de identidade e valores”. ¹⁷⁸

A análise que se faz consiste em pontuar quais seriam as possibilidades pedagógicas vislumbradas em cada eixo destacado. No primeiro termo diversidade, observa-se nesse tópico o fato de que a escola não se refere aos tipos de diversidade que são encontradas no contexto escolar. Utiliza-se do termo diversidade enquanto princípios que precisam ser adotados a favor do desenvolvimento integral das crianças.¹⁷⁹ E percebe-se que, talvez, essa tenha sido uma das oportunidades do PPP assegurar como objetivo educacional a garantia da importância da laicidade, pois, a questão da diversidade religiosa constitui-se enquanto

¹⁷³ PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA. Projeto Político Pedagógico da UMEI LAA (sigla utilizada para não identificar o local). Secretaria Municipal de Educação. Subsecretaria Pedagógica. Núcleo de Avaliação e Planejamento (NUPA). 2018. p. 14-15.

¹⁷⁴ Construído pela autora. Cf. PMVV, 2018.

¹⁷⁵ PMVV, 2018, p. 24.

¹⁷⁶ PMVV, 2018, p. 6.

¹⁷⁷ PMVV, 2018, p. 30.

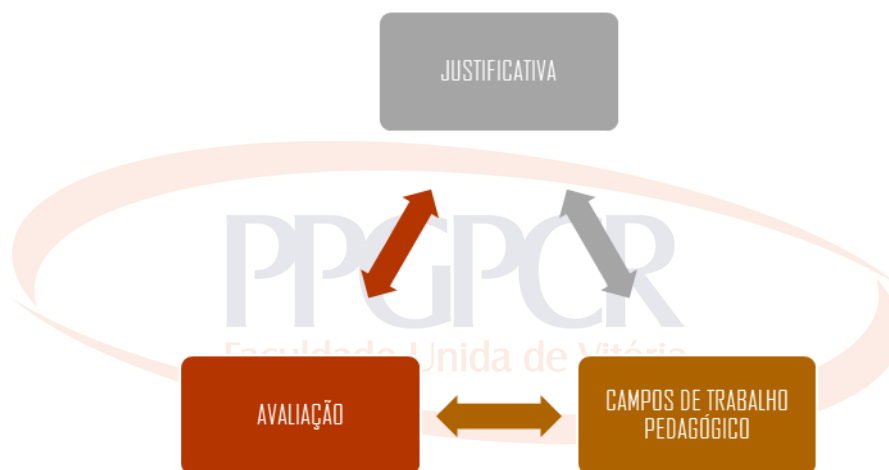
¹⁷⁸ PMVV, 2018, p. 33.

¹⁷⁹ PMVV, 2018, p. 6.

aspecto que influencia diretamente as práticas pedagógicas, partindo da premissa de que os profissionais, bem como a criança, recebem interferências sociais, dentre as quais a religiosa está presente, desde as datas comemorativas ao calendário adotado pela instituição. A escola ainda inclui nesse contexto a questão da cultura, da inclusão, do respeito a diversidade, “acesso a diferentes manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse e respeito frente a diversidade”,¹⁸⁰ mas, não cita ou identifica nada a respeito do aspecto religioso ou da religiosidade, como mencionado.

Referindo-se ao segundo termo “valores”, tem-se um tripé que fortalece e reitera o papel político e formador da Educação Infantil, a figura 1 evidencia:

Figura 3 Tripé da ação pedagógica da escola.



Quando a escola acrescenta e justifica sua prática pedagógica considerando que:

É na formação da cidadania que se entende a responsabilidade social, transmissão de valores, preparado para competitividade entendido como aquisição das competências necessárias para poder desenvolver seu papel, compreender a realidade de que faz parte, situar-se nela, interpretá-la e contribuir para sua transformação. Acreditamos numa cultura de justiça, esperança, ternura e solidariedade; pautada no respeito à criança e suas diferenças; na formação de hábitos, valores e atitudes, estabelecendo assim uma consciência crítica acerca do mundo; que permite um agir na autonomia e responsabilidade.¹⁸¹

Percebe-se que a instituição se posiciona de forma imparcial e ética, contudo, não destaca em nenhum momento a questão da diversidade religiosa, bem como deixa escapar as questões étnico-raciais, que estão bem próximas, considerando, principalmente, as religiões de matrizes africanas.

¹⁸⁰ PMVV, 2018, p. 24.

¹⁸¹ PMVV, 2018, p. 6.

No processo de compreensão, tem-se no PPP a seção dos Fundamentos teórico-metodológicos que junta a importância dos Campos do Trabalho Pedagógico e a seção da Avaliação, que contribuem na perspectiva de concepção da “criança como sujeito social e histórico que está inserido em uma sociedade na qual partilha e produz cultura, e nesta interação constrói significado, [...], apropria-se de valores e modos de ser próprios do seu tempo e lugar”.¹⁸² Ou seja, quando a escola admite “a criança como ser ativo” é possível que ela seja motivada, a partir das suas experiências de vida, a transformar valores culturais “[...] que uma vez transformada, cria e recria cultura, num processo dinâmico e ativo”.¹⁸³ Nesse sentido, a escola avalia o processo de ensino e de aprendizagem, evidenciando que as ações pedagógicas do processo de ensino contemplam uma “função socializadora e cultural que diz respeito à formação de identidade e valores, essenciais a vida cidadã, [...]”.¹⁸⁴

Pode-se dizer que a escola precisa atentar para as possibilidades pedagógicas que a laicidade e religião podem proporcionar, uma vez que assegurar o direito à escola laica perpassa, eminentemente, pela religião, próprio do ser humano. A partir destas considerações iniciais, apresentam-se a seguir a análise dos dados.

3.2 Análise dos dados

As questões foram elaboradas a partir da categorização de três subgrupos: categoria 1: identificação; categoria 2: contexto da religiosidade e categoria 3: contexto da laicidade, a saber:

Categoria 1: identificação. A respeito da coleta dos dados, considera-se inicialmente, que o curso de Pedagogia se constitui predominantemente com pessoas do sexo feminino, principalmente a partir das primeiras décadas do século XX,¹⁸⁵ considerando que as representações culturais, geralmente, associam a educação das crianças à figura da mulher.¹⁸⁶ Observe o gráfico abaixo:¹⁸⁷

¹⁸² PMVV, 2018, p. 26.

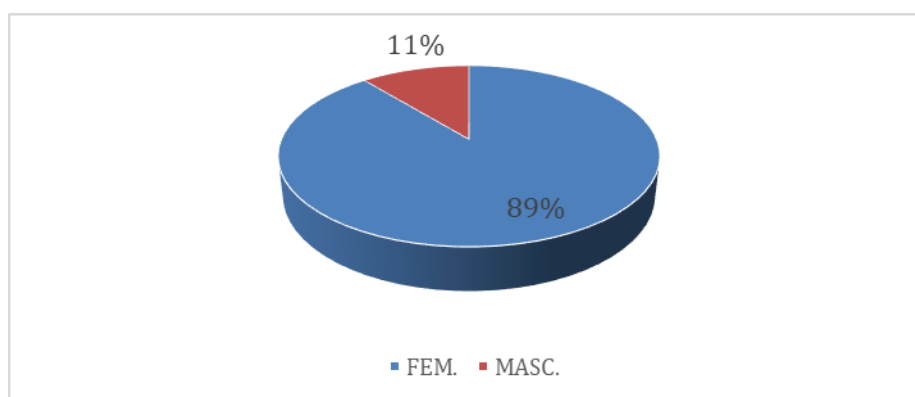
¹⁸³ PMVV, 2018, p. 24.

¹⁸⁴ PMVV, 2018, p. 33.

¹⁸⁵ FARIA FILHO, Luciano M.; MACEDO, Elenice F. P. A feminização do magistério em Minas Gerais (1860-1910): política, legislação e dados estatísticos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (SBHE), III, 2004, Curitiba. *Anais...* Curitiba: SBHE, 2004, [online], [n.p.].

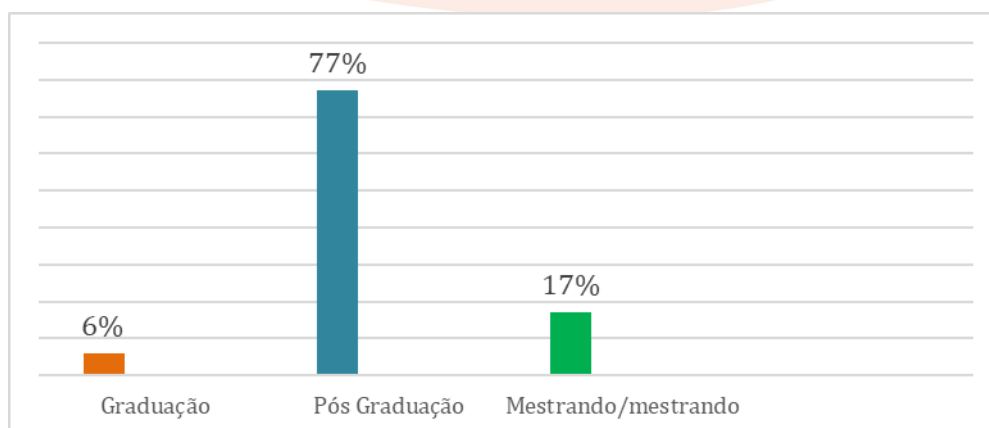
¹⁸⁶ VIANNA, Cláudia P. O sexo e o gênero da docência. *Revista Cadernos Pagu*, Campinas, v. 17, n. 18, p. 81-103, 2002. p. 89.

¹⁸⁷ LOURO, Guacira L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 10.

Gráfico 1. Sexo¹⁸⁸

A maioria do quadro de profissionais do magistério é formada por mulheres, e na Educação Infantil isso é evidente, haja visto a participação no estudo, onde 89%, ou seja, 31 participantes eram do sexo feminino.

Sobre a questão da formação inicial do quadro do magistério, pode ser observado no próximo gráfico que boa parte dos profissionais – 77% (27 profissionais) – apresentam-se com formação de nível de Pós-graduação ou com especialização, inclusive alguns com o curso de Mestrado ou em processo de formação. Observe:

Gráfico 2. Formação¹⁸⁹

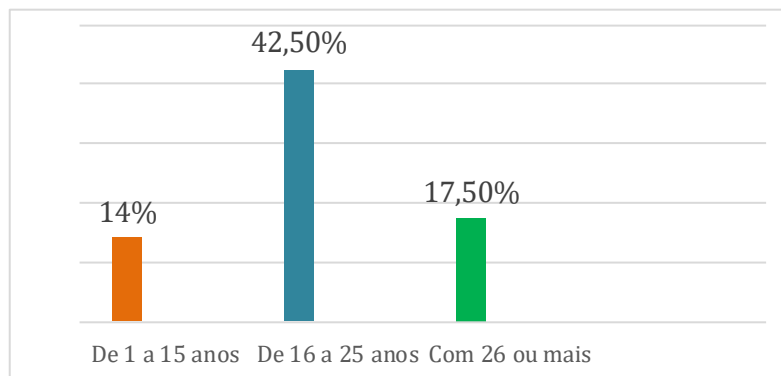
A formação em nível de pós-graduação/especialização dos participantes reflete o aprimoramento dos/as profissionais do magistério, tendo em vista a qualidade dos processos teórico-metodológicos e práticos, melhor remuneração e titularização que, além de aprimorar o conhecimento, ajuda na progressão profissional e, ainda auxilia no processo seletivo, o que

¹⁸⁸ Elaboração própria, dados inéditos, 2021.

¹⁸⁹ Elaboração própria, dados inéditos, 2021.

exige especialização específica. Associado a esse aspecto da formação dos/as profissionais, está o tempo de experiência, conforme o próximo gráfico demonstra:

Gráfico 3. Tempo de experiência na área da educação¹⁹⁰



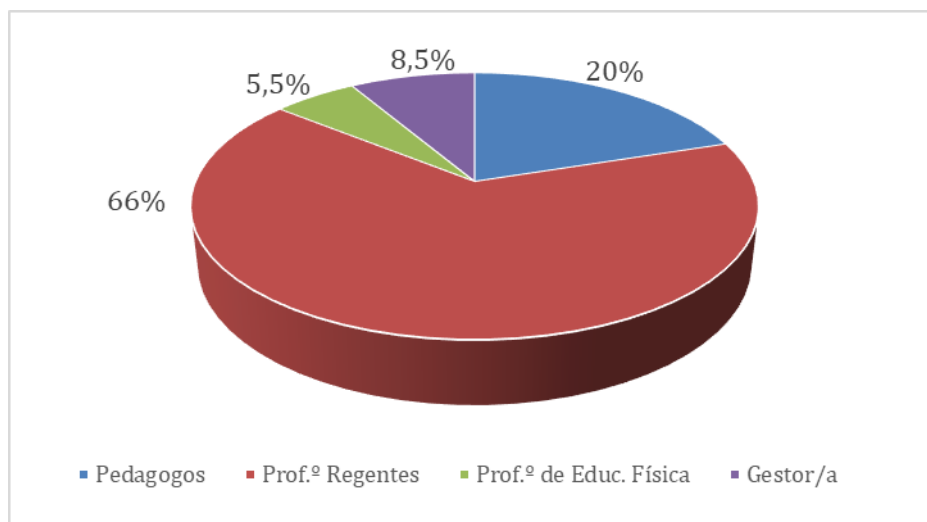
O tempo de experiência dos participantes indica que uma parte significativa – 42,5% (15 profissionais) – tem entre 16 e 25 anos de atuação no magistério e 17,5% (06 profissionais) tem 26 anos de experiência ou mais. O que permite observar que a maioria deve ter tido a chance de “refletir acerca de sua formação inicial, da diversidade existente”¹⁹¹, e assim as oportunidades de intervenção tendem a ser mais seguras, bem como o desenvolvimento de Projetos Pedagógicos que possam trabalhar as competências e habilidades socioemocionais relacionadas à empatia, respeito e tolerância.

Contudo, a pesquisa não investigou se há correlação entre o tempo de experiência e o desenvolvimento de Projetos que trabalham a temática da diversidade/pluralidade com maior ou menor recorrência. Mas, sabe-se, pela experiência da autora, que os profissionais, independente do tempo de experiência no magistério, quando possuem conhecimento suficiente referente à temática, ou quando surge a oportunidade ou quando se interessam pela temática, desenvolvem Projetos bastante significativos. E, ultrapassam as Rodas de Conversas, alcançando discussões, histórias, envolvimento da comunidade escolar e a multiplicação de informações/conhecimentos, com vistas a desconstrução das atitudes de intolerância que por ventura possam estar presentes, auxiliando as crianças na formação de uma cultura de tolerância e respeito.

Perguntou-se qual o cargo/função que estavam desempenhando na Educação infantil, e o próximo gráfico apresenta os seguintes dados:

¹⁹⁰ Elaboração própria, dados inéditos, 2021.

¹⁹¹ COELHO, Elisângela M. *Práxis do Ensino Religioso na escola: perspectivas de novos olhares em formação*. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) – Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões, Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2014. p. 51.

Gráfico 4. Função/cargo¹⁹²

A maioria respondente exerce o cargo de professor regente, e se juntar 66% de professores regentes - 23 profissionais, com os 5,5% - 2 professores de Educação Física, tem-se um total de 71,5% (25 profissionais) – a maioria atuando em sala de aula. Observa-se, portanto, que as respostas dessa investigação estarão representando, exatamente, o contexto escolar da Educação Infantil que acontecem na rotina das salas de aula, onde as práticas pedagógicas acontecem.

Categoria 2: contexto da religiosidade. Perguntou-se se o profissional professava alguma religião, e a figura a seguir informa que a maioria professa alguma religião, o que não permite que sua religiosidade influencie as práticas pedagógicas desenvolvidas, tendo em vista a garantia da escola laica.

¹⁹² Elaboração própria, dados inéditos, 2021.

Figura 4. Professa alguma religião¹⁹³

Percebe-se que 31 profissionais (89%) responderam que sim e 04 profissionais (11%) responderam que não. Nesse sentido:

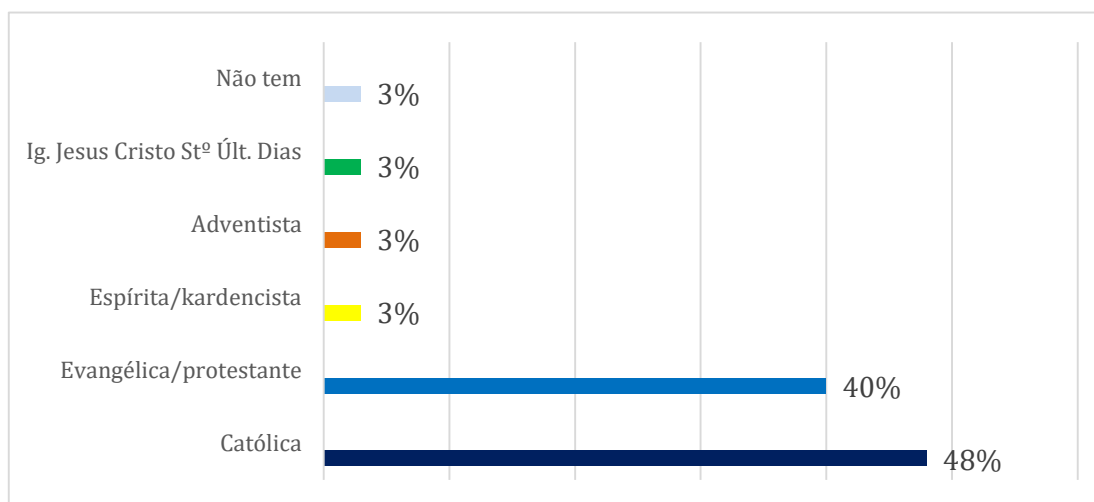
As diferenças religiosas ainda são frequentemente fonte de tensões, de incompreensão e de discriminação. A tomada de consciência da diversidade religiosa na educação intercultural pode constituir uma contribuição preciosa a uma cultura de paz, a uma abertura para outras culturas, à tolerância e ao respeito dos direitos do homem.¹⁹⁴

Então, observa-se que a maioria assume professar alguma religião, fato que será desmembrado no gráfico 6, posteriormente, ao serem perguntados se tal religiosidade está presente na prática pedagógica cotidiana.

A seguir perguntou-se qual seria essa religião e foi possível perceber que: a maioria – 48% (17 profissionais) – assume-se católica; seguido de 40% (14 profissionais) de evangélicos/protestantes; e os que se autodenominaram pertencer a religião/denominação Adventista, ou Espírita/Kardecista, ou da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, foram 3% (1 profissional), 9% (3 profissionais), respectivamente. Veja o gráfico a seguir:

¹⁹³ Elaboração própria, dados inéditos, 2021.

¹⁹⁴ MILOT, Micheline. A educação intercultural e a abertura à diversidade religiosa. *Revista Visão Global*, Joaçaba, v. 15, n. 1-2, p. 355-368, 2012, p. 355.

Gráfico 5. Qual a sua religião?¹⁹⁵

O resultado reafirma a citação de Corrêa quando salienta que “a religiosidade é uma das características mais marcantes do povo brasileiro”, ou seja, manifesta as diferentes religiões praticadas e a forma de ser dos indivíduos.¹⁹⁶ Os pesquisados ao manifestarem uma religião, além de confirmarem tal diversidade religiosa, também a inserem como fenômeno social, cultural e humano, aspecto observado desde a era primitiva a partir da demonstração e interesse que os primitivos tinham de expressarem a religiosidade existente. Os pesquisadores Silva e Ulrich, inclusive, asseveram quanto a uma significativa “mudança no cenário religioso brasileiro”, ao analisarem o Censo de 2010, onde diversidade e pluralidade religiosa brasileira foi evidente.¹⁹⁷

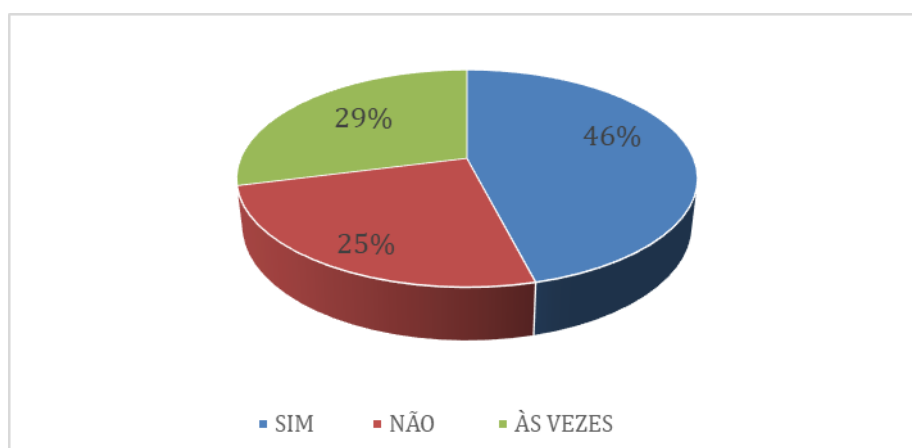
Perguntou-se se a religiosidade pessoal estava presente na prática pedagógica cotidiana que desenvolvem e o gráfico 6 informa que sim. E: 46% - 16 profissionais – responderam que sim; 25% – 09 profissionais – responderam que não; e 29% – 10 profissionais – responderam que às vezes a própria religiosidade é manifesta nas ações cotidianas.

Portanto, percebe-se que a maioria assume o fato de que as convicções religiosas acabam influenciando na prática cotidiana. Nesse sentido, observe o gráfico a seguir.

¹⁹⁵ Elaboração própria, dados inéditos, 2021.

¹⁹⁶ CORRÊA, Rosa L. T. *Cultura e diversidade*. Curitiba: Ibepe, 2008, p. 149.

¹⁹⁷ SILVA, Airton V.; ULRICH, Claudete B. Pluralidade religiosa brasileira: a importância do diálogo inter-religioso. *Revista Protestantismo em Revista*, São Leopoldo, v. 43, n. 1, p. 83-94, 2017, p. 85.

Gráfico 6. Sua religiosidade está presente na sua prática pedagógica cotidiana?¹⁹⁸

A tabela abaixo apresenta a forma de como que essa religiosidade está presente na prática pedagógica, ocasião em que haverá a identificação do que se conhece como discurso religioso, observe:

Tabela 1. Como que sua religiosidade está presente na sua prática pedagógica?¹⁹⁹

1	Quando ensino valores de boa conduta.
2	Praticando o bem ao irmão
4	Através de ações como, agradecer no horário das refeições, música, vídeo e as vezes por expressões.
5	Na ponderação das minhas decisões e palavras, procurando ter sempre sabedoria e discernimento, evitando julgamentos e pré conceitos.
8	A minha religiosidade está presente na minha prática no momento que utilizo os valores humanos espiritualizados com a minha fé.
12	Quando faço menção a alguma data de cunho religioso, como páscoa, natal, etc.
13	Sendo capaz de enxergar e humanizar o ser humano.
14	Agradeço a Deus com os meus alunos no momento na entrada
15	Inserindo conceitos de justiça, solidariedade, amor, sabedoria
17	No pregar o amor ao próximo. O respeito e a aceitação das diversidades.
18	Fazemos oração na entrada pedindo a proteção de Deus!
19	Na conduta, no ato de agradecer e abençoar
20	Quando celebramos algumas datas especiais como Páscoa e Natal. Já fiz lembrancinhas de Páscoa e Cantata de Natal.
21	Nas expressões diárias ("Nossa Senhora nos livre" ..., "Jesus, Maria e José" ..., nas condução (sic) de orações, etc)
23	Falar de Deus e algo muito natural

Assim, as manifestações das práticas religiosas são percebidas por meio do uso de orações, músicas, datas comemorativas, o que não significa laicidade na escola. E o discurso

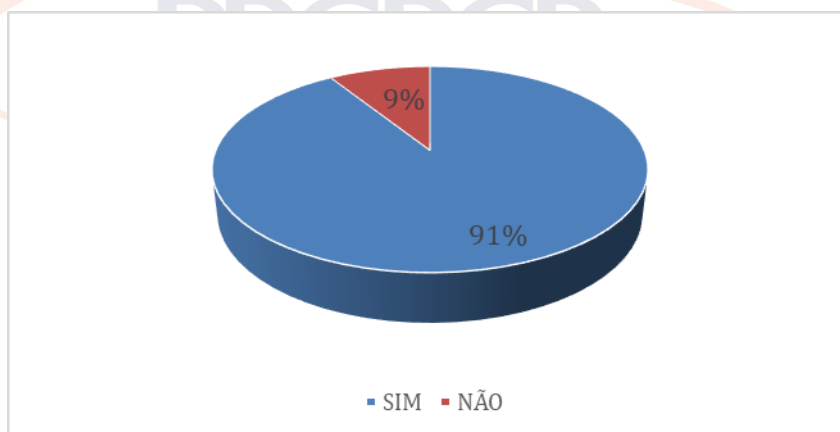
¹⁹⁸ Elaboração própria, dados inéditos, 2021.

¹⁹⁹ Elaboração própria, dados inéditos, 2021.

religioso, geralmente, está associado a uma característica típica do discurso autoritário ou disciplinar, cujo sentido está na consequência ou resultado de um comportamento contrário ou apenas diferente ao que é solicitado, atribuindo valor moral e impositivo, presentes nas expressões: “pelo amor de Deus”, “fique quieto” ou “Deus tá vendo”, dentre outros.²⁰⁰ Os discursos religioso não contribuem para a consolidação da alteridade ou superação dos preconceitos existentes. Haja vista que nas respostas dos participantes, verificadas na tabela 1, através de ações como: agradecer no horário das refeições, música, vídeo e, às vezes, por expressões. P 4; fazemos oração na entrada pedindo a proteção de Deus! P 18.

Outra questão que merece atenção foi: voce já identificou alguma prática religiosa no contexto escolar. E o gráfico 7 e a tabela 2 apresentam informações que comprovam as respostas anteriores, principalmente as relacionadas ao gráfico abaixo: sua religiosidade está presente na sua prática pedagógica cotidiana? E a tabela a seguir: como que sua religiosidade está presente na sua prática pedagógica? Observe:

Gráfico 7. Você já identificou alguma prática religiosa no contexto escolar?²⁰¹



Pode-se observar que a maioria – 91%, consegue identificar alguma prática religiosa no contexto escolar, e desse ponto em diante, é nítido que os respondentes tentem a recuar, refazendo suas respostas de forma a não deixar tão evidente as formas como as práticas religiosas são demonstradas, como se quisessem reconhecer a questão da laicidade. É perceptível nas descrições da tabela 2 esse fato, veja:

²⁰⁰ ORLANDI, Eni P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1996, p. 154.

²⁰¹ Elaboração própria, dados inéditos, 2021.

Tabela 2. De que forma identificou alguma (s) prática (s) religiosa na escola?²⁰²

1	Quando fazemos oração antes de começar a aula, mesmo que de forma laica.
4	Através de datas comemorativas, principalmente com as músicas, orações no refeitório agradecendo o alimento, vídeos e outros.
5	Nas orações do início da aula, geralmente o Pai Nosso
6	Quando comemoramos datas de cunho religioso
7	Em alguns momentos de reunião com o grupo de funcionários, fazemos uma oração coletiva.
8	Momento de oração, músicas ...
10	A maioria dos professores iniciam sua aula com uma oração. [...].
11	Trabalho na educação infantil e fica latente
12	O adulto usando com a criança expressões do tipo: é pecado, papai do céu não gosta...
13	Quando se menciona festas de cunho religioso. Como natal e páscoa.
14	Por exemplo nas explicações sobre a Páscoa, nas orações no início da aula, nas músicas comuns nas festas juninas ou Juliana, geralmente as músicas tradicionais falam o nome de um Santo.
15	Exortação de práticas de má consulta.
16	Realização de orações na rotina diária, roda de conversa, datas comemorativas (Páscoa, festa junina e Natal) e músicas
17	Oração na entrada
18	Quando corrigimos nossos alunos com amor
19	Contação de história sobre a o verdadeiro sentido da Páscoa
20	Início minhas aulas com o ajudante do dia fazendo uma oração, do jeito dele e como ele pensa.
21	Na hora da entrada. Onde se fazem orações pré determinadas. Nas escolhas e rejeições de músicas e histórias infantis.
22	Todos fazem oração na entrada
23	Em datas especiais, músicas,
24	Com oração para iniciar o dia
28	Pequena oração e música, entregando nossas atividades e agradecendo pelo dia.
30	Nas musiquinhas e nas orações
31	Realização da oração do Pai Nosso.
32	Tem orações, música, histórias, etc.

Como pode ser visto, são vinte e cinco citações que remetem às práticas religiosas, mas que demonstram que não está esclarecida para os participantes a diferença entre escola laica e a questão da laicidade. Escola laica, conforme Raquentat Júnior é “a exclusão ou ausência da religião da esfera pública”²⁰³, e nas declarações isso é nítido, evidente numa das justificativas, quando responde que algumas das práticas religiosas identificadas por ela está na “realização de orações na rotina diária, roda de conversa, datas comemorativas (Páscoa, festa junina e Natal) e músicas” R 16. O que, por ora, demonstra que a legislação referente à

²⁰² Elaboração própria, dados inéditos, 2021.

²⁰³ RAQUENTAT JR, Cesar A. Laicidade, laicismo e secularização: definindo e esclarecendo conceitos. *Revista Sociais & Humanas*, Santa Maria, v. 21, p. 1-14, 2008, p. 5.

garantia da escola laica não tem sido respeitada, ou seja, ainda tem sido possível a manifestação das práticas religiosas.

Perguntou-se como que a escola organizava o calendário escolar relacionado as datas comemorativas religiosas, e a tabela 3 traz algumas respostas que se destacam como as mais interessantes ou recorrentes, observe:

Tabela 3. Como que a escola organiza o calendário escolar relacionado às datas comemorativas religiosas?²⁰⁴

1	Seguimos o calendário dado pelo município. Não trabalhamos datas comemorativas.
4	Priorizando apresentações para alunos e famílias em algumas datas.
5	Comemora -se com mais frequência a Páscoa e o Natal
8	Entram as que são nacionais/estaduais e municipais.
15	Atualmente essas datas não entram no currículo das escolas que trabalho. Não como conteúdo a ser trabalhado.
17	Nos últimos anos tem mudado essas práticas, passando ter enfoque de festa cultural
21	Não organizamos momentos neste contexto, pois a escola é laica.
26	Tentando ser imparcial
27	A minha escola atual não faz essa organização.
34	Como a maioria das datas são cristãs, elas são respeitadas, porém não comemoradas pelas escolas. Isso porque há o respeito à diversidade religiosa da comunidade escolar.

No Brasil e nos municípios a maioria dos feriados e festas são relacionados às datas religiosas, e, independente do calendário oficial, as respostas demonstram certa prevalência de resposta afirmativa, mesmo tendo conhecimento de que a escola é laica. Houve certa recorrência de que as escolas têm mudado suas práticas e que não fazem mais esses tipos de comemorações, na mesma proporção das respostas que priorizam apresentações aos alunos e familiares das festas de Páscoa ou Natal.

Aquilo que é vivido pelas crianças na Educação Infantil tende a deixar marcas em suas ideias e sentimentos, em suas ações e interações, contribuindo para que assumam ou não compromisso com a mudança social. Os adultos têm papel relevante nas experiências vividas por elas no ambiente escolar.²⁰⁵

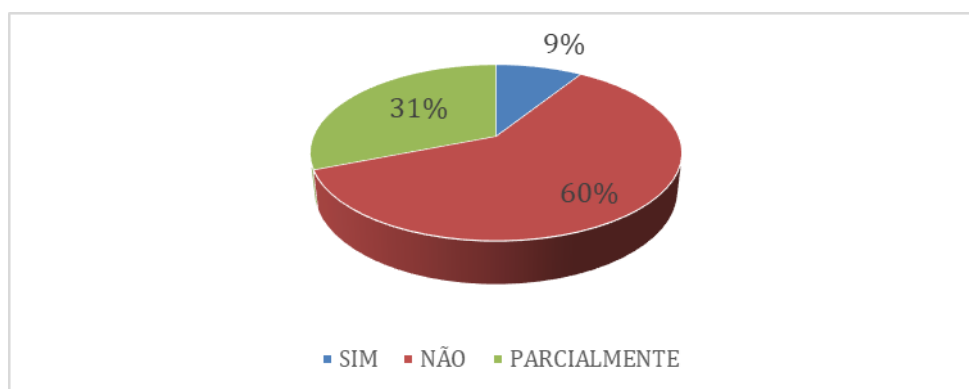
A cada nova dinâmica que é desenvolvida na Educação Infantil o cuidar e o educar se consolida em forma de aprendizagens, e considera-se importante que sejam aprendizagens significativas que auxiliem na formação de crianças cidadãs, que saibam desde cedo sobre respeito, alteridade e empatia.

²⁰⁴ Elaboração própria, dados inéditos, 2021.

²⁰⁵ MARQUES, Circe M.; WACHS, Manfredo C. *Paz e Educação: escutando a voz das crianças*. São Paulo: Paulinas, 2015, p. 102.

Ao perguntar se a escola contempla por meio das datas comemorativas religiosas a expressão religiosa de todos/as os/as alunos/as, as respostas indicaram que a maioria não é contemplada. Veja o gráfico a seguir:

Gráfico 8. A escola contempla por meio das datas comemorativas religiosas a expressão religiosa de todos/as os/as alunos/as?²⁰⁶

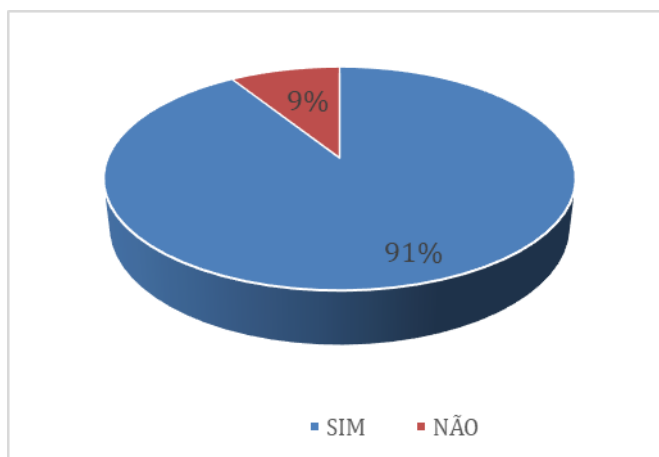


Portanto, apenas 9% das expressões religiosas das crianças é contemplada por meio das datas comemorativas e, 60% não é contemplada e 31% consegue ser parcialmente contemplada, isto significa dizer que as datas comemorativas não demonstram as práticas religiosas da maioria, quando na verdade não deveria expressar a de ninguém. Considerando que a escola é laica e que se “as ideias, as crenças e valores desenvolvidos pelos seres humanos exprimem as relações que o homem estabelece com a natureza e com os outros homens”²⁰⁷, pode-se dizer que a escola não precisa adentrar na questão da religiosidade, pois, este é um aspecto familiar, mas que pode trabalhar a diversidade a partir do conhecimento relacionado aos aspectos culturais, religiosos, sociais e políticos.

Na continuidade dos esclarecimentos da *Categoria 2: contexto da religiosidade*, tem-se a partir do próximo gráfico uma série de questões que associam a religiosidade ao contexto escolar propriamente dito. É necessário perceber qual a relação existente entre a família, a escola e a religiosidade na garantia do direito à escola laica, tanto que as perguntas foram: se a religiosidade dos/as profissionais ou da família influencia na formação das crianças, e que fosse justificada a resposta; e de que forma o profissional desenvolve práticas pedagógicas para trabalhar as questões da diversidade religiosa e cultural brasileira na EI. Seguem a análise dos dados:

²⁰⁶ Elaboração própria, dados inéditos, 2021.

²⁰⁷ ANDERY, M. A.; MICHELETTO, N.; SÉRIO, T. M. O.; RUBANO, D. R.; MOROZ, M.; PEREIRA, M. E.; GIOIA, S. C.; GIANFALDONI, M.; SAVIOLI, M. R.; ZANOTTO, M. L. *Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1996, p. 10.

Gráfico 9. A religiosidade dos/as profissionais ou da família influencia na formação das crianças?²⁰⁸

Percebe-se que a maioria dos profissionais – 91% (32 profissionais) assume o posicionamento de que tanto a religiosidade dos/as profissionais como a da família influencia na formação das crianças, contudo, é preciso destacar que o proselitismo não deve ser uma prática pedagógica, até porque pode levar “à intolerância que consequentemente trava o diálogo e a abertura para a construção de uma proposta viável para a consolidação de um ensino religioso cientificamente”,²⁰⁹ mesmo que esse componente curricular não esteja inserido na EI. Mas, o que se propõem é contribuir “para a formação do cidadão apto e aberto a toda universalidade de conhecimentos e situações que estes vierem a passar em suas experiências”.²¹⁰

Solicitou-se aos participantes que justificassem tal posicionamento, descrevendo os motivos pelo qual acreditava que não influencia ou porque acreditava que influencia na formação das crianças, e a tabela 4 demonstra as respostas recorrentes, salientando as mais expressivas.

Tabela 4. Justifique sua resposta anterior, referente à influência dos/as profissionais ou da família na formação das crianças, descrevendo porque acredita que não influencia, ou porque acredita que influencia²¹¹

1	A escola é laica, não devemos ou podemos fazer interferência religiosa.
2	Penso que disciplina, respeito e doação na maioria das vezes vêm por meio de uma educação religiosa. De uma família formadora de caráter.

²⁰⁸ Elaboração própria, dados inéditos, 2021.

²⁰⁹ COELHO, Janes M. S. *O Ensino Religioso nas escolas sem proselitismo: um desafio para educadores na construção do ensino para o respeito à diversidade religiosa*. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) – Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões, Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2014, p. 89.

²¹⁰ COELHO, 2014, p. 89.

²¹¹ Elaboração própria, dados inéditos, 2021.

5	A família influencia sim a formação cristã e de caráter das crianças
8	A família é a principal influência para as crianças em todos os sentidos. A escola precisa se manter laica como nos orienta as legislações.
9	Acredito que a religiosidade da família influencia na formação das crianças.
10	Nós somos influenciados pelo meio que vivemos, nossas vivências e experiências diárias, são determinantes pra a construção cultural e da nossa personalidade.
12	A formação da criança perpassa por todo estímulo e ou vivências para ela apresentada nesse sentido a religião e seus ritos influencia na formação do sujeito.
13	Nem sempre a criança participa das festividades ou aulas de movimento por causa da orientação religiosa que recebe dos pais. As vezes ela chega a faltar nas festas a fantasia e apresentações culturais.
14	Influencia à medida que a faz conhecida principalmente por intermediário dos feriados. Quando a família ou o aluno pergunta porque não haverá aula, justifica-se por ser uma data religiosa contemplada no calendário como feriado.
15	Influência e muito, nós percebemos isso nas falas das crianças durante as brincadeiras ou ao jogar o comportamento de algum coleguinha. Falas do tipo "isso não é de Deus", "Deus não gosta disso", o nome msinado (sic) [que é ensinado] em casa acaba se estendendo para outros ambientes.
19	A criança é produto do meio em que convive e aprende de acordo com os ensinamentos e exemplos dos seus familiares principalmente.
21	A bagagem religiosa é trazida para dentro da sala, com a criança e suas crenças e dos professores que por suas crenças selecionam conteúdos.
22	Influência, pois, temos a tendência de falar sempre de nossa religião e professar nossos costumes religiosos.
23	Na conduta que temos em relação as músicas, objetos e maneira de ver e pensar o diferente.
25	A família incentiva a criança a seguir a mesma região.
26	Influencia ao não permitir a participação da criança nas festas populares, como o Carnaval, pois contraria seus preceitos religiosos.
32	Acredito numa possível influência, pois, nós professores, mesmo que não queiramos, revelamos por meio de nossas ações e discursos religioso. Sendo assim, acredito que as crianças observam e, para além disso, refletem sobre nossos comportamentos, que em alguns casos gera identificação, no caso dos alunos que professam alguma religião; ou não, no caso daqueles que não professam.

As respostas demonstram que “a religião também exerce uma função social”,²¹² e segundo Passos “a força inerente à religião é uma política poderosa e ambígua capaz de legitimar posturas pessoais, grupais e orientar sociedades e líderes político e posturas fanáticas ou saudáveis”.²¹³ Então, as influências familiares e educacionais acabam por interferir de alguma maneira na formação das crianças, contudo, é preciso ressaltar a importância do diálogo e tolerância, “utilizando a religião como conhecimento de si próprio e das manifestações do outro para tentar compreender toda a dinâmica e caminhos presentes nas estruturas das sociedades e culturas, estar aberto para poder perceber a beleza que há na diversidade”²¹⁴.

A tabela 5 apresenta uma série de possibilidades pedagógicas para trabalhar a diversidade. Destacam-se na tabela as respostas mais recorrentes, observe:

²¹² COELHO, 2014, p. 77.

²¹³ PASSOS, João Décio. *Como a religião se organiza: tipos e processos*. São Paulo: Paulinas, 2006, p. 117.

²¹⁴ COELHO, 2014, p. 78.

Tabela 5. De que forma você desenvolve práticas pedagógicas para trabalhar as questões da diversidade religiosa e cultural brasileira?²¹⁵

2	O diálogo
3	Dentro das propostas pedagógicas e das sugestões dos currículos, onde o indivíduo é o mais importante.
4	Procuro trazer a contação de história e vídeos que mostram que precisamos respeitar a diferenças.
5	Durante as conversas com alunos e professores e leituras diversificadas
6	Partindo do princípio de uma escola laica, os temas que envolvem religião, são tratados sempre de forma conceitual, procurando não caracterizar natureza religiosa
9	Trabalhamos através de projetos a diversidade cultural e religiosa do povo brasileiro
10	A diversidade é trabalhada diariamente, faz parte no nosso cotidiano escolar, ensinando valores como: respeito, amor, empatia, justiça e honestidade.
11	Quando o conteúdo me permite, exploro ao máximo para que faça sentido para as crianças. Ex.: Dia da Consciência Negra (abordagem sobre a cultura, conquistas, comida típica e religiosidade).
15	Não trabalho questões religiosas na escola. Acredito que são necessárias pessoas formadas e preparadas para trabalhar o ensino religioso nas escolas, pessoas que saibam separar o que é ensino religioso de religião.
17	Através de contação de histórias, roda de conversa e música
24	Infelizmente não aprofundamos nessa diversidade, pois o conhecimento é limitado.
30	Não trabalhamos a questão da diversidade religiosa por serem crianças muito pequenas e que talvez não tenham tanta compreensão do assunto. Mas trabalhamos a diversidade cultural através de músicas, histórias e atividades lúdicas que despertem neles o interesse em reconhecer a importância de respeitar sempre a todos e em todo lugar.
32	Utilizo o aspecto lúdico, como os jogos, brinquedos e brincadeiras, por acreditar que com a objetividade do aspecto lúdico as crianças tendem a compreender com mais facilidade acerca desses conhecimentos.
34	Por meio dos jogos e brincadeiras, histórias e rodas de conversa

As respostas acima em destaque apontam para três aspectos: o primeiro refere-se à questão do (des) conhecimento, veja as respostas a seguir: “não trabalho questões religiosas na escola. Acredito que são necessárias pessoas formadas e preparadas para trabalhar o ensino religioso nas escolas. [...]”²¹⁶. R. 15. “Infelizmente não aprofundamos nessa diversidade, pois o conhecimento é limitado”²¹⁷. R. 24.

Sabe-se que:

A educação é o meio mais eficaz de prevenir a intolerância. A primeira etapa da educação para a tolerância consiste em ensinar aos indivíduos quais são os seus

²¹⁵ Elaboração própria, dados inéditos, 2021.

²¹⁶ Elaboração própria, dados inéditos, 2021.

²¹⁷ Elaboração própria, dados inéditos, 2021.

direitos e suas liberdades a fim de assegurar seu respeito e de incentivar a vontade de proteger os direitos e liberdades dos outros.²¹⁸

Entende-se, portanto, que o conhecimento precede às ações pedagógicas, já que a escola é o lugar da troca, das interações, das experiências, das (trans) formações e da aprendizagem. Onde a noção de cidadania, bem como o respeito aos direitos humanos, faz com que o reconhecimento e valorização da diversidade cultural e religiosa sejam uma prática constante.

O segundo aspecto diz respeito às possibilidades de ações pedagógicas elencadas: pelo diálogo (rodas de conversas), contação de histórias, vídeos, desenvolvimento de projetos, ensinando sobre os valores, música, jogos, brinquedos e brincadeiras. O que significa dizer que como “ensinar não é transferir conhecimento”²¹⁹, a relevância consiste na dialogicidade que se aplica numa proposta crítico-construtivista que prioriza a interação entre docentes e discentes.

O terceiro aspecto está na compreensão de que na Educação Infantil não se deve trabalhar determinados temas, pois, acredita-se que, por serem crianças, ainda não precisam ou não estão preparadas para tal experiência. O que é comprovado pela resposta a seguir: “não trabalhamos a questão da diversidade religiosa por serem crianças muito pequenas e que talvez não tenham tanta compreensão do assunto. [...]”²²⁰ R 30.

Contudo, esta concepção que minimiza ou diminui a imagem da criança precisa ser superada. Acreditam na criança “como um ser incompleto, desconsiderando sua maneira de pensar e usar a linguagem, na medida em que a comparam com as formas adultas de pensar, sentir e agir”²²¹.

Pulino apresenta outra versão para a questão, sugere conceber a criança a partir do processo de se tornar, assim como o adulto que, também, se torna, ao contrário de fazê-la conceber o adulto como seu ponto de chegada.²²² O autor destaca que:

A criança se torna e o adulto se torna. Ambos estão em constante processo de constituição. O ser humano se torna. O tornar-se é um processo relacional, que

²¹⁸ DOMINGOS, Marília F. N. Ensino religioso e Estado Laico: uma lição de tolerância. *Revista Rever*, São Paulo, v. 3, p. 45-70, 2009, p. 46.

²¹⁹ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 47.

²²⁰ Elaboração própria, dados inéditos, 2021.

²²¹ ANDRADE, Angela N. A criança na sociedade contemporânea: do “ainda não” ao cidadão em exercício. *Revista Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 161-174, 1998, p. 163. Saiba mais em: CASTRO, Lucia R. *Da invisibilidade à ação: crianças e jovens na construção da cultura*. Rio de Janeiro: NAU, 2001, p. 22.

²²² PULINO, Lúcia H. C. Z. A educação, o espaço e o tempo: hoje é amanhã? In: BORBA, S.; KOHAN, W. (eds.). *Filosofia, aprendizagem, experiência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 237.

envolve pessoas em diversos momentos da vida. E, sendo relacional, a maneira de a criança se tornar depende de sua relação com o adulto e vice-versa. Criança e adulto são mutuamente dependentes.²²³

Assim, é preciso compreender que a criança e o adulto nesse contexto de interações sociais se tornam,²²⁴ por meio do diálogo e das trocas.

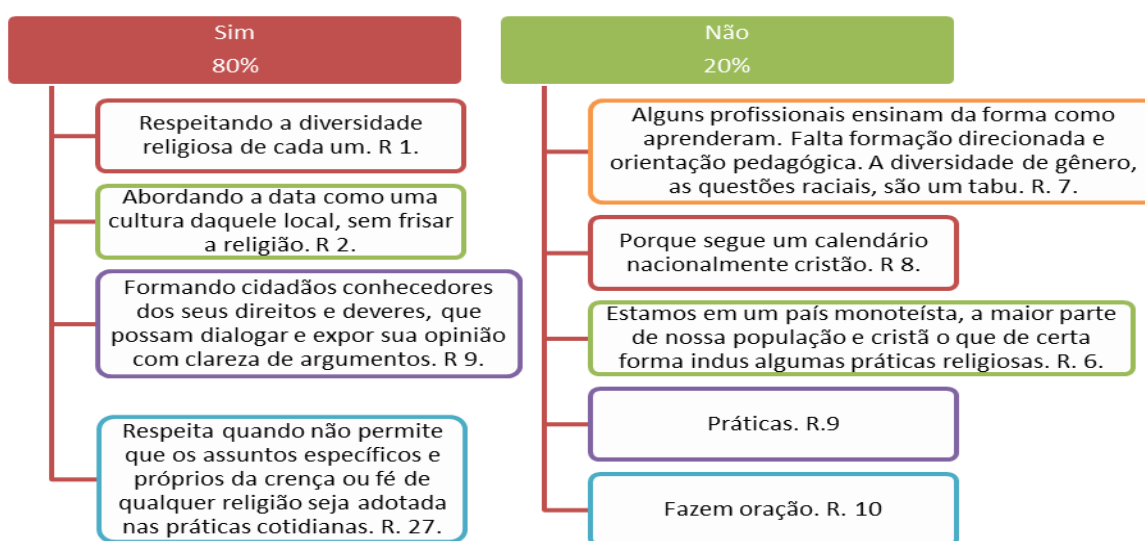
Categoria 3: contexto da laicidade. Sabe-se que a discussão acerca da ideia de Estado laico no Brasil é secular:

Em 7 de janeiro de 1890, foi promulgado o Decreto 119-A, que tornava o Brasil (já republicano desde o golpe de 1889) um país laico. No ano seguinte, foi promulgada a Constituição Federal de 1891, a primeira da República. Esse documento também garantia a liberdade religiosa e retirava do governo e do Estado a adoção de uma posição religiosa oficial. O Decreto 119-A trouxe uma série (sic) de mudanças para a vida civil e para a organização governamental brasileira.²²⁵

Mesmo assim a questão não estava de todo resolvida, sempre houveram reflexões que questionam tal legalidade, partindo do pressuposto de que a Igreja exerceu (e exerce) forte influência sobre o Estado por um bom período de tempo. E assegurar que tal prescrição seja cumprida no contexto escolar ainda é um desafio para os profissionais.

Perguntou-se, portanto, se a escola respeita a questão da laicidade prevista legalmente para direcionamento das práticas pedagógicas. A figura abaixo demonstra a correlação com as perguntas que a acompanha: de que maneira que a escola então, respeita a questão da laicidade e o porquê não respeita. Observe a figura a seguir, que compila tais informações:

Figura 5. De que maneira que a escola respeita a questão da laicidade e porquê não respeita?²²⁶



²²³ PULINO, 2008, p. 237.

²²⁴ PULINO, 2008, p. 238.

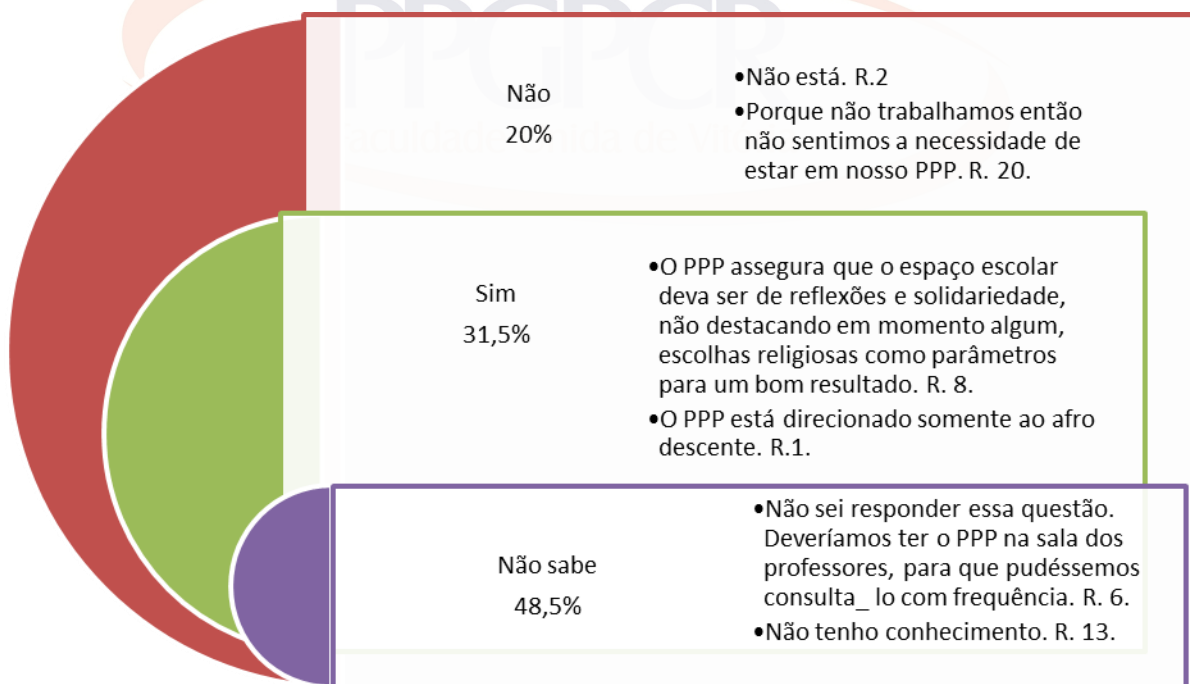
²²⁵ PORFÍRIO, Francisco. Estado laico. In: BRASIL ESCOLA [Site institucional]. [s.d.]. [online]. [n.p.].

²²⁶ Elaboração própria, dados inéditos, 2021.

Desse modo, é possível verificar que há certa compreensão por parte dos profissionais acerca da concepção de laicidade, porém, não respeitada em sua plenitude legal, como prevista em lei. Fato considerado comum, a partir da constatação de que as pessoas confundem Estado laico com Estado sem religião, como se fossem a mesma coisa, mas não é. “A laicidade não é o antirreligioso na sociedade, mas, o antirreligioso na esfera pública. É a separação entre fé (domínio privado) e instituição (igreja = instituição de domínio público)”²²⁷.

Perguntou-se se a religiosidade era apontada no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola em que trabalha, e infelizmente, 20% informaram que não, frente aos 31,5% que sim, e 48,5% que não sabiam. Verifica-se que nem todas respostas formaram correlações com as perguntas que, também, o complementavam, porém, não houve estudo que comparasse as respostas e suas justificativas, o que talvez, explique a fragilidade da questão. A próxima figura demonstra os resultados:

Figura 6. Se a religiosidade era apontada no Projeto Político Pedagógico²²⁸



Alguns profissionais foram unânimes em afirmarem que de fato a questão da religiosidade não estava contemplada no PPP – 20% - 7 profissionais; dentre os demais 31,5% - 11 profissionais disseram que estava contemplado e, a maioria - 48,5% - 17 profissionais

²²⁷ DOMINGOS, 2009, p. 46.

²²⁸ Elaboração própria, dados inéditos, 2021.

disseram desconhecer o assunto. Isto significa que o PPP ainda não tornou-se documento referência que assegure as práticas cotidianas das escolas aqui representadas por seus profissionais. Aponta para uma fragilidade que consiste no fato de que o PPP deve ser instrumento de efetivação de ações educativas, de consulta, de conhecimento e de orientação, e não está cumprindo tal atribuição. No caso específico da questão da religiosidade o PPP pode ser o instrumento que reforça a finalidade de “[...] produzir transformações socioeducacionais”,²²⁹ tomando por fundamentação a definição de PPP como “[...] parte de uma leitura do nosso mundo na qual é fundamental a ideia de que nossa realidade é injusta e de que essa injustiça se deve à falta de participação em todos os níveis e aspectos da atividade humana”.²³⁰ Uma vez que é preciso considerar que o PPP é (ou deveria ser) o reflexo das discussões democráticas e pedagógicas que ocorrem na escola tendo em vista a (re) construção e (trans) formação da realidade.

Nessa seção ganha destaque, a solicitação por mais conhecimento sobre a questão da diversidade religiosa e suas repercussões pedagógicas, evidenciando a preocupação com a complexidade que a temática envolve, o respeito e a tolerância quanto à diversidade religiosa existente.

3.3 Produto educacional: guia prático Mão Amiga

O grupo de profissionais pesquisado ressaltou a importância da escola ser laica. Todavia, foi recorrente as expressões de que o país é cristão, que os valores devem ser transmitidos às crianças e que é importante ter uma religião, termos que remetem às práticas proselitistas, que acabam por reforçar as opções pessoais que influenciam nas práticas pedagógicas e na formação das crianças na Educação Infantil, mesmo não tendo sido contempladas no PPP da referida escola e elaborado por parte destes profissionais que constituem-se enquanto público pesquisado.

Assim, o Produto Educacional (PE) na Área de Ensino, que nesse caso específico, é um Guia Pedagógico, foi elaborado a partir do exercício dessa investigação de pesquisa, e tem o intuito de responder ao questionamento inicial, qual seja, como acontece a relação laicidade e religiosidade no contexto da Educação Infantil.

²²⁹ GARCIA, Luciane T. S.; QUEIROZ, Maria A. *Embates pedagógicos e organizacionais nas políticas de educação*. Natal: UFRN, 2009, p. 113.

²³⁰ GANDIN, Danilo. *A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 28.

E, de acordo com Bessemer e Treffinger,²³¹ o Produto Educacional, “como resposta a uma pergunta/problema oriunda do campo de prática profissional”, pode ser de fato um elemento físico, virtual ou um processo. E precisa apresentar alguns elementos indispensáveis a sua (re) aplicabilidade, tais como a descrição, característica de ser compartilhável e possível de avaliação, incluindo a indicação do público-alvo e nível de ensino a que se destina, e se há explicitado o conteúdo curricular abordado.²³² Nesse sentido, o PE resultado desse estudo descreve possibilidades pedagógicas sobre a laicidade e religião, partindo da premissa de que na EI os profissionais precisam trabalhar com as referidas temáticas de modo a inserir nesse contexto a educação das relações étnico-raciais e religiosas.

3.3.1 Guia Prático

De forma prática, apresentamos o Guia Prático no sentido figurado de uma Fórmula Matemática, a saber:

$$P^2 = \frac{L + R (EPL)}{T}$$

Onde:

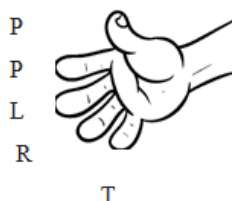
P^2 = P de Público Alvo e Proposta Pedagógica

L = Legislações

R (EPL) – Religiosidade na Escola Pública Laica

T = Temáticas gerais

A intenção persiste que esse Guia seja de fato uma “Mão Amiga” aos profissionais que, muitas vezes, por falta de conhecimento, deixam de trabalhar ou trabalhar de forma equivocada temáticas relevantes que para além da garantia legal auxiliam na formação dos estudantes



²³¹ BESSEMER, S. P.; TREFFINGER, D. J. Analysis of creative products: review and synthesis. *The Journal of Creative Behavior*, v. 15, n. 3, p. 158-178. 1981. In: RIZZATTI, I. M.; MENDONÇA, A. P. ; MATTOS, F.; RÔÇAS, G. SILVA, M. A. B. V. da; CAVALCANTI, R. J. S.; OLIVEIRA, R. R. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. ACTIO, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, mai./ago. 2020. p. 4.

²³² RIZZATTI et all, 2020, p. 4.

3.3.2 Público-alvo:

Docentes da Educação Infantil e demais etapas e níveis da educação básica, compreendendo que a temática é pertinente e inclui-se como objeto de ensino, conforme orientações na BNCC.

3.3.3 Proposta metodológica

O desenvolvimento de projetos a partir da perspectiva da transdisciplinaridade consiste em trabalhar uma temática de forma a não priorizar nenhuma área do conhecimento ou componente curricular, e nem ainda, apenas um campo de experiência ou direito de aprendizagem, mas, a interrelação destes no processo de ensino e aprendizagem.

Na transdisciplinaridade, as disciplinas se interligam sem se fazer notar, elas vão acontecendo durante o processo, sem que se separem, se distinguem e diferenciem uma das outras. Romper as barreiras das disciplinas é fundamental na transdisciplinaridade, perpassando a metodologia lógica que vem sendo utilizada.²³³

Observa-se que na proposta transdisciplinar o assunto é tratado de forma não delimitada, acontece a exploração do tema numa interrelação ou conexão entre o mundo externo (objeto) e o mundo interno (sujeito), que tem como resultado a compreensão do todo.²³⁴ Os assuntos não são destacados por prioridade, nesse processo o conhecimento, recebe atenção igualitária.

A transdisciplinaridade, como o prefixo “trans” indica, diz respeito aquilo que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de qualquer disciplina. Seu objetivo é a compreensão do mundo presente, para o qual um dos imperativos é a unidade do conhecimento.²³⁵

Nesse modelo de trabalho há uma unidade no processo de ensino, onde todos são interligados e todos os conhecimentos são valorizados e reconhecidos,²³⁶ oportunidade para trabalhar a questão da diversidade religiosa, numa perspectiva de escola laica, que não prioriza uma religião em detrimento de outra, mas que proporciona oportunidade de conhecimento. Até porque nessa primeira etapa de escolarização, as crianças são

²³³ CUNHA, Sheila Santos. *O manifesto da transdisciplinaridade por Basarab Nicolescu*: um breve resumo. Salvador. 2003. p. 12.

²³⁴ COLL, Agustí Nicolau et al. *Educação e transdisciplinaridade II*. UNESCO, 2002. In: THIESEN; VEIGA, 2020, p. 213.

²³⁵ NICOLESCU, B. et al. *Educação e transdisciplinaridade*. Brasília: UNESCO, USP/Escola do Futuro/CESP, 2000. p. 11

²³⁶ COLL, 2002 apud THIESEN; VEIGA, 2020, p. 213.

questionadoras, exploradoras e nessa troca de experiências, sentem e vivenciam os conhecimentos. De acordo com Coll, “o conhecimento transdisciplinar é um novo tipo de inteligência, onde contemplar uma harmonia entre mente, sentimento e corpo, incluindo ainda os valores que trazem consigo”.²³⁷

Nicolescu evidencia que essa atitude amplia a visão de mundo.²³⁸ Assim, a transdisciplinaridade permite trabalhar o saber num movimento que percorre todos os saberes, por meio do questionamento, compreensão e vivências, onde o/a docente como mediador/a no processo torna-se responsável para propor o ensino transdisciplinar.

Como proposta pedagógica para o desenvolvimento de projetos transdisciplinares sugere-se que as temáticas a serem desenvolvidas, sejam trabalhadas independente da data comemorativa ou calendário escolar, de forma a promover conhecimentos. A atitude transdisciplinar paira, pois, sobre a busca de pontes (novos laços sociais) e é embasada por uma revolução da inteligência com vistas à dimensão poética da existência, e para isso, é preciso ir além da metodologia usualmente utilizada.²³⁹

3.3.4 Legislações

Destacam-se algumas legislações relacionadas à temática:

- BRASIL. *Base nacional comum curricular: educação é a base*. Secretaria de educação básica. Ministério da Educação. Brasília: MEC; SEB; CNE, 2017.
- BRASIL. Casa Civil. *Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. 1990.
- BRASIL. Casa Civil. *Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Presidência da República, 1998.
- BRASIL. *Parecer CNE/CEB nº 022, de 17 de dezembro de 1998*. Estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Câmara de Educação Básica. Ministério da Educação. Brasília: MEC, CEB. 1998.

²³⁷ COLL, 2002 apud THIESEN; VEIGA, 2020, p. 213.

²³⁸ NICOLESCU, 2000, p. 11.

²³⁹ CUNHA, 2003, p. 12.

- Lei nº 11.645. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

3.3.5 Religiosidade no espaço público laico:

Como já citado anteriormente, salientando que:

As escolas públicas, enquanto laicas, deveriam ser pautadas na educação das relações étnico-raciais, [...], onde os/as alunos/as pudessem dialogar sobre os diversos conhecimentos históricos presentes nas religiões que orientam o povo brasileiro. Numa experiência onde o respeito e a valorização da vivência do universo cultural do outro se constituiriam numa base de aprendizagem democrática.²⁴⁰

É o mesmo que dizer que na EI as possibilidades pedagógicas que a laicidade e religião podem proporcionar, devem e podem estar inseridas no PPP e nas práticas diárias de forma transdisciplinar numa proposta de desenvolvimento de projetos. A temática laicidade e religião se constituem em possibilidades pedagógicas no contexto da EI a partir do desenvolvimento de projetos pedagógicos que sejam inclusivos e transdisciplinares, onde as temáticas a respeito da diversidade étnico-racial, religiosa e cultural sejam trabalhadas no currículo da EI de forma a auxiliar na formação cidadã.

Tendo como premissa as recomendações e orientações da BNCC,²⁴¹ a EI dispõe das interações e brincadeiras como eixos estruturantes no trabalho pedagógico. E no referido documento constam ainda os direitos de aprendizagem e os campos de experiência, como organização curricular que agrupa possibilidade de experimentações/experiências que valorizam a “vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural”.²⁴²

3.3.6 Temas

Como o docente deve tratar a religiosidade dos alunos e como deve “aproveitar” o tema da religiosidade para abordar temáticas como pluralidade, tolerância, respeito a diversidade, dentre outras temáticas correlatas:

²⁴⁰ OLIVEIRA; LAGE, 2016, p. 52.

²⁴¹ BRASIL, 2017, s/p.

²⁴² THIESEN, Júlia Grasiela; VEIGA, Marta Elisa da. A pesquisa no processo pedagógico como caminho para a transdisciplinaridade na Educação Infantil. *Revista Insignare Scientia (RIS)*. Vol. 3, n. 3, 2020. p. 209. (Edição Especial: A Pesquisa como Princípio Pedagógico).

De forma prática, a temática religiosidade pode ser trabalhada, por exemplo, a partir de uma contação de história, apresentação de uma cultura específica, ou ainda por intermédio de assuntos que surgem do cotidiano, como algum fato retratado na mídia/meios de comunicação que causam comentários, o que significam fonte de conhecimentos na EI. Inclui-se, ressalta-se a importância de que as temáticas a serem desenvolvidas, sejam trabalhadas independente da data comemorativa ou calendário escolar, desconstruindo a ideia de que somente nesses períodos sejam trabalhados esses conteúdos, quando na verdade a prática cotidiana precisa “tornar normal” toda abordagem que possa favorecer a exclusão ou intolerância.

Nesse sentido, faz-se necessário que haja maior atenção quanto a divulgação da temática diversidade religiosa, laicidade, tolerância e relação étnico-racial, principalmente, na Educação Infantil, em especial, nessa UMEI, que não tem o Ensino Religioso como componente curricular, apesar de que essa etapa já faz parte da Educação Básica brasileira.

3.3.7 Considerações

Justifica-se o PE apresentado, tendo em vista que o cuidar e o educar envolvem a formação de crianças cidadãs, que tem direitos e que precisam aprender a respeitar a diversidade cultural e religiosa, para também, aprenderem a ser tolerantes e respeitosas.

O Guia “Mão Amiga” não esgota ou consegue reunir todas as informações necessárias que a temática envolve, mas, consiste no exercício de iniciar uma articulação que precisa acontecer nas escolas públicas de caráter laico a favor da diversidade e do respeito.

CONCLUSÃO

Não se pode negar o fato de que a temática religião consegue reunir um leque infinito de reflexões e discussões, que mesmo seculares, ainda despertam a atenção de pesquisadores e profissionais da área educacional. Há muito o que se estudar e divulgar, ainda há conhecimentos que precisam ser compartilhados e apreendidos, face aos casos de preconceitos, discriminação e intolerância que insistem em manter-se nos espaços públicos, principalmente, na escola. Assim, a questão que direcionou esse estudo foi responder como acontece a relação laicidade e religiosidade no contexto da Educação Infantil?

Poder investigar a respeito da “Laicidade e religião: possibilidade pedagógicas no contexto da Educação Infantil” reafirma a intenção da autora como profissional da educação que acredita no poder da (trans) formação que lhe atribuída. Isso posto, verifica-se que na EI é comum que o professor assuma a responsabilidade pelo desenvolvimento de todas os campos de experiência e, a questão da religião permeia a vida social e escolar da criança desde que começa a frequentar a creche.

Nesse ínterim, afirmou-se a hipótese de que o princípio da laicidade é garantido e efetivado a medida que a comunicação entre a gestão e a comunidade escolar for estabelecida e sistematizada, partindo do fato de que a escola ao aproximar-se dos pais/mães ou responsáveis torna o processo de diálogo mais fácil. Evitam-se conflitos que, por vezes, poderia descaracterizar o currículo da Educação Infantil ou tomar proporções diferentes dos seus objetivos. Pois, observa-se que ao conhecer acerca da diversidade religiosa a criança tem a oportunidade de respeitar e exercer a tolerância, partindo da premissa de que o conhecimento precede a intolerância, ou seja, ao conhecer tende a respeitar. A diversidade religiosa, cultural e étnico-racial são temáticas que pertencem ao grupo da laicidade, alcançando a compreensão de que a escola pública precisa garantir tal direito, para não incorrer no erro de negar ou de reafirmar a intolerância, tendo em vista a diversidade cultural brasileira.

Sabe-se que a família, enquanto primeiro núcleo social básico desempenha forte papel influenciador na formação das crianças e a escola, coloca-se como o segundo grupo oficialmente responsável por sua formação, à medida que ao trabalhar a socialização infantil, reafirma ou refuta padrões ou modelos pré-determinados como se fossem absolutos. Contudo, cabe à escola possibilitar interações que sejam proveitosas, do ponto de vista educacional, a partir da aprendizagem da diversidade social e cultural, para prepará-la ao convívio com o diferente.

Há três fatores básicos que precisam ser considerados na formação das crianças, as experiências e valores pré-concebidos, as experiências de compartilhamento e as possibilidades de conhecer acerca da espiritualidade e diversidade. Porque a perspectiva da pluralidade cultural e religiosa exige inclusão social e tolerância religiosa nas escolas, partindo do pressuposto de que as práticas contrárias, ou seja, a intolerância não condiz com o contexto escolar e nem com o contexto social, onde geralmente se manifesta. Se o Estado laico fosse de fato respeitado, haveria a inclusão e reconhecimento de todas as práticas doutrinárias de credo ou fé, que é exatamente, o que a educação libertadora e transformadora propõe.

A despeito do Produto Educacional sugere-se o Guia “Mão Amiga”, para a prática do desenvolvimento da pedagogia de projetos transdisciplinares. Partindo da premissa de que apesar da instituição legal acerca da garantia da laicidade na EI, os/as docentes devem valorizar as interações brincadeiras, bem como a oportunidade de vivências para adquirirem conhecimento de forma a auxiliar na sua formação, uma vez que esse modelo metodológico não prioriza nenhum assunto ou campo de experiência em detrimento de outro. Reafirma-se que as temáticas a serem desenvolvidas, sejam trabalhadas independente da data comemorativa ou calendário escolar, de forma a promover conhecimentos, e de forma prática, a temática religiosidade pode ser trabalhada, por exemplo, a partir de uma contação de história, apresentação de uma cultura específica, ou ainda por intermédio de assuntos que surgem do cotidiano, o que significam fonte de conhecimentos.

Na Educação Infantil a criança é convidada a conhecer. Por meio do lúdico, do diálogo e das brincadeiras é capaz de *tornar-se* tolerante e respeitosa, assim, como os adultos que estão em constante *tornar-se*, ressaltando que a escola deve priorizar a laicidade como possibilidade de superação às práticas que acabam reafirmando o proselitismo ou a intolerância, em detrimento às preferências e influências dos profissionais e da família no âmbito da religiosidade.

A escola, mesmo sendo, de Educação infantil deve priorizar as práticas pedagógicas que promovam a interatividade, convívio com respeito às diferenças, haja visto à diversidade cultural, social e religiosa brasileira.

Finalizo esse estudo parafraseando o poema Tecendo o Amanhã, de João Cabral de Melo Neto,²⁴³ quando retrata a necessidade de um galo que precisa de outro galo, pois, “um galo sozinho não tece uma manhã: ele precisará sempre de outros galos”, ou seja, um estudo

²⁴³ MELO NETO, João C. *Obra completa*: volume único. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, p. 345.

sozinho não é capaz de transformar a educação numa educação da tolerância e do respeito, mais dá continuidade à discussão e sugere novos estudos, com vistas a mobilizar outros educadores e educadoras em busca de uma manhã, que “se vai tecendo entre todos”.



REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Beatriz C. L. *A epistemologia do educador infantil de creche*. Marília: UEP, 2002.
- ANDERY, M. A.; MICHELETTO, N.; SÉRIO, T. M. O.; RUBANO, D. R.; MOROZ, M.; PEREIRA, M. E.; GIOIA, S. C.; GIANFALDONI, M.; SAVIOLI, M. R.; ZANOTTO, M. L. *Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1996.
- ANDRADA, Bonifácio. *Acordo do Brasil com a Santa Sé sobre a Igreja Católica*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.
- ANDRADE, Angela N. A criança na sociedade contemporânea: do “ainda não” ao cidadão em exercício. *Revista Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 161-174, 1998.
- ANDRADE JÚNIOR, Glécio F.; SOUSA, Karla S. S.; SOUSA, Joana Dark A. Ensino público e laicidade: uma análise sobre a frequente inserção das datas comemorativas religiosas no currículo escolar. *Revista Diversidade Religiosa*, João Pessoa, v. 6, n. 1, p. 136-151, 2016.
- ANGOTTI, Maristela. *Educação infantil: para que, para quem e por quê*. Campinas: Alínea, 2006.
- ARAÚJO, Alberto F.; AVANZINI, Alessandra; ARAÚJO, Joaquim M. Atividade e redenção: a criança nova em Maria Montessori. *Revista História da Educação*, Pelotas, n. 18, p. 23-45, 2005.
- AZEVEDO, Matheus O. *A complexidade na definição do modelo de ministração de Ensino Religioso na sociedade brasileira ante a pluralidade dogmática e a laicidade do estado*. Gama: UNICEPLAC, 2020.
- BAPTISTA, Mauro R. O Ensino Religioso em questão. *Revista Paralellus*, Recife, v. 9, n. 21, p. 459-477, 2018.
- BARBOSA, Adriza S. S.; SANTOS, João D. F. Infância ou infâncias? *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 18, n. 38, p. 245-263, 2017.
- BARRIOS, Alia; MARINHO-ARAÚJO, Claisy M.; BRANCO, Ângela U. Formação continuada do professor: desenvolvendo competências para a promoção do desenvolvimento moral. *Revista Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 91-99, 2011.
- BATISTA, Carla; MAIA, Mônica. *Estado laico e liberdades democráticas*. Recife: SOS Corpo, 2006.
- BESSEMER, S. P.; TREFFINGER, D. J. Analysis of creative products: review and synthesis. *The Journal of Creative Behavior*, v. 15, n. 3, p. 158-178. 1981. In: RIZZATTI, I. M.; MENDONÇA, A. P.; MATTOS, F.; RÔÇAS, G. SILVA, M. A. B. V. da; CAVALCANTI, R. J. S.; OLIVEIRA, R. R. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. *ACTIO*, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, mai./ago. 2020.

BIAGGIO, Rita. A inclusão de crianças com deficiência cresce e muda a prática das creches e pré-escolas. *Revista Criança do Professor de Educação Infantil*, Brasília, n. 44, p. 19-26, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/revista44.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2020.

BIOLCHI, Graciane; MUNIZ-OLIVEIRA, Siderlene. Contação de histórias na Educação Infantil: meio de desenvolvimento da linguagem. *Revista Práticas de Linguagem*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 37-44, 2019.

BOFF, Leonardo. O cuidado especial: princípio de um novo ethos. *Revista Inclusão Social*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 28-35, 2005.

BORGES, Edson; MEDEIROS, Carlos A.; DADESK, Jacques. *Racismo, preconceito e intolerância*. São Paulo: Atual, 2002.

BRANCO, Jordanna C. “Quem vai orar?!”: os discursos religiosos entre adultos e crianças em uma escola pública de Educação Infantil. *Revista Horizonte*, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 81-90, 2016.

BRANCO, Jordanna C.; CORSINO, Patrícia. O discurso religioso em uma escola de educação infantil: entre o silenciamento e a discriminação. *Revista Eletrônica de Educação*, São Carlos, v. 9, n. 3, p. 128-142, 2015. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1162>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRANDÃO, Carlos R. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 jul. 2020. Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. [Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências]. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 15 ago. 2020.

BRASIL. Casa Civil. *Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. [Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional]. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 ago. 2020.

BREGALDA, Regiano. *Educar para o cuidado: um desafio contemporâneo*. Passo Fundo: UPF, 2015.

CAMPOS, Rosânia; BARBOSA, Maria C. S. BNCC e Educação Infantil: quais as possibilidades? *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 9, n. 17, p. 353-366, 2015.

CARDOSO, Priscila F. G.; ALVES, Luciano. Conservadorismo e laicidade de estado: subsídios para o debate no serviço social. *Revista Temporalis*, Brasília, v. 18, n. 36, p. 45-64, 2018.

CASTRO, Lucia R. *Da invisibilidade à ação: crianças e jovens na construção da cultura*. Rio de Janeiro: NAU, 2001. p. 19-46.

CLARO, Ana Lúcia A.; CITTOLIN, Simone F. *O currículo na Educação Infantil: uma análise teórica*. Curitiba: UFPR, 2014.

COELHO, Elisângela M. *Práxis do Ensino Religioso na escola: perspectivas de novos olhares em formação*. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) – Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões, Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2014.

COELHO, Janes M. S. *O Ensino Religioso nas escolas sem proselitismo: um desafio para educadores na construção do ensino para o respeito à diversidade religiosa*. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) – Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões, Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2014.

COLL, Agustí Nicolau et al. *Educação e transdisciplinaridade II*. UNESCO, 2002.

CORREIA, Rosa L. T. *Cultura e diversidade*. Curitiba: Ibpex, 2008.

CORSINO, Patrícia. *Infância, educação infantil e letramento na rede municipal de ensino do Rio de Janeiro: das políticas à sala de aula*. Caxambu: ANPEd, 2005.

CUNHA, Luiz A. A educação carente de autonomia: regime federativo a serviço da religião. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 6, n. 10, p. 55-104, 2012.

CUNHA, Luiz A. O que é escola pública laica? In: OBSERVATÓRIO DA LAICIDADE NA EDUCAÇÃO [Site institucional]. 30 mai. 2013. [n.p.]. Disponível em: <http://www.edulaica.net.br/artigo/28/conceitos/o-que-e-a-escola-publica-laica>. Acesso em: 31 mai. 2021.

CUNHA, Luiz A. Educação laica na constituinte. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 12, n. 24, p. 481-494, 2018.

CUNHA, Sheila Santos. *O manifesto da transdisciplinaridade por Basarab Nicolescu: um breve resumo*. Salvador. 2003.

CURY, Carlos R. J. A formação de professores e a laicidade no ensino superior. *Revista Educação Pública*, Cuiabá, v. 27, n. 65, p. 311-327, 2018.

DANTAS, Douglas C. O Ensino Religioso escolar: modelos teóricos e sua contribuição à formação ética e cidadã. Horizonte: *Revista Horizonte*, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 112-124, 2004.

DEMARTINI, Zélia B. F. Prefácio. In: FARIA, Ana Lúcia G.; PRADO, Patrícia D.; DEMARTINI, Zélia B. F. (orgs.). *Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

DIAS, Sabrina C. A emergência da sociologia da infância: rupturas conceituais no campo da sociologia e os paradoxos da infância na contemporaneidade. *Revista Veras*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 63-80, 2012.

DOMINGOS, Marília F. N. Ensino religioso e Estado Laico: uma lição de tolerância. *Revista Rever*, São Paulo, v. 3, p. 45-70, 2009.

FARIA FILHO, Luciano M.; MACEDO, Elenice F. P. A feminização do magistério em Minas Gerais (1860-1910): política, legislação e dados estatísticos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (SBHE), III, 2004, Curitiba. *Anais...* Curitiba: SBHE, 2004, [n.p.]. [pdf]. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Coord/Eixo5/478.pdf>. Acesso em: 03 out. 2021.

FERNANDES, Bernardo G. *Curso de Direito Constitucional*. 9. ed. Salvador: Juspodivm, 2017.

FERREIRA, Amauri C. *Ensino Religioso nas fronteiras da ética*. Petrópolis: Vozes, 2002.

FLEURI, Reinaldo M. Interculturalidade, educação e desafios contemporâneos: diversidade religiosa, decolonialidade e construção da cidadania. In: POZZER, Adecir; PALHETA, Francisco; PIOVEZANA, Leonel; HOLMES, Maria José T. (Orgs.). *Ensino Religioso na Educação Básica: fundamentos epistemológicos e curriculares*. Florianópolis: Saberes em Diálogo, 2015. p. 31-47.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GABATZ, Celso. Perspectivas e limites acerca da laicidade no Brasil. *Revista Caderno Teológico*, Curitiba, v 4, n 2, p. 11-24, 2019.

GANDIN, Danilo. *A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental*. Petrópolis: Vozes, 1994.

GARCIA, Luciane T. S.; QUEIROZ, Maria A. *Embates pedagógicos e organizacionais nas políticas de educação*. Natal: UFRN, 2009.

GIELOW, Taciane C. A laicidade da educação: conhecendo a história da educação laica no Brasil e observando o pensamento de um professor de Sinop. *Revista Eventos Pedagógicos*, Sinop, v. 6, n. 4, p. 283-293, 2015.

GRASSELLI, Martinélia A. *Educação infantil: respeitar a diversidade religiosa, superar violência, educar para a paz. Uma reflexão sobre atividades interdisciplinares desenvolvidas no centro de educação infantil João Pedro de Aguiar – Vitória/ES*. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) – Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões, Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2017.

HARTWIG, Fátima B. *O respeito à laicidade da escola pública na perspectiva de gestão democrática*. Brasília: UnB, 2014.

HUFF JÚNIOR, Arnaldo Érico. Campo religioso e história do tempo presente. *Cadernos CERU*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 47-70, 2008.

KADLUBITSKI, Lidia; JUNQUEIRA, Sérgio R. A. Cultura e diversidade religiosa: diálogo necessário em busca da fraternidade universal. *Revista Interações*, Uberlândia, v. 5, n. 8, p. 123-139, 2010.

KRAMER, Sônia. *A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. São Paulo: Cortez, 2001.

LIBÂNEO, José C. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1992.

LIMA, Dariely L. M.; CUNHA JÚNIOR, Williams N. *Ética e cidadania na Educação Infantil: o que diz o discurso oficial?* Maceió: UFAL, 2019.

LIMA, Maria Betania B. S. L.; DORZIAT, Ana. *Cenas do cotidiano nas creches e pré-escolas: um olhar sobre as práticas de inclusão*. Goiânia: ANPEd, 2013.

LOURO, Guacira L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 2011.

LUI, Janayna A. *Em nome de deus: um estudo sobre a implementação do Ensino Religioso nas escolas públicas de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

LUZ, Marco A. O lúdico e o sagrado: a propósito do dream team. In: LUZ, Marco A. (Org.). *Cultura Negra em Tempos Pós-Modernos*. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 153-167.

MACHADO, Jónatas. A liberdade religiosa na perspectiva dos direitos fundamentais. *Revista Portuguesa de Ciência das Religiões*. Lisboa, v. I, n. 1, p. 149-154, 2002.

MACHADO, Renato F. Religiosidade e espiritualidade na Educação Infantil. In: UNESCO. *A criança descobrindo, interpretando e agindo sobre o mundo*. Brasília: Banco Mundial, 2005. p. 108-123.

MADUREIRA, Joana C. M.; BAPTISTA, Nuno J. M. Promoção do desenvolvimento integral inclusivo da criança em creche e jardim de infância. In: PSICOLOGIA PT [Site institucional]. 24 abr. 2016. Disponível em: psicologia.pt/artigos/ver_artigo.php?codigo=A0978. Acesso em: 20 ago. 2020.

MAIA, Marta N. V. *Datas comemorativas: uma construção ideológica que persiste na Educação Infantil*. São Luís: ANPEd, 2017.

MARQUES, Circe M. Educação para a paz e educação infantil: um olhar e uma escuta sensível no ambiente educativo. In: BRANDENBURG, Laude E.; FUCHS, Henri; KLEIN, Remi; WACHS, Manfredo C. (orgs.). *Simpósio de Ensino Religioso na escola: bases, experiências e desafios*. São Leopoldo: Oikos, 2005.

MARQUES, Circe M.; WACHS, Manfredo C. *Paz e Educação: escutando a voz das crianças*. São Paulo: Paulinas, 2015.

MARTINS, Sueli. A (in)diferença e (in)tolerância religiosa em escolas públicas municipais de Juiz de Fora. *Revista Sacrilégens*, Juiz de Fora, v. 10, n. 2, p. 15-23, 2013.

MEDINA, Antonia S. Supervisor escolar: parceiro político-pedagógico do professor. In: RANGEL, Mary; SILVA JR., Celestino A. *Nove olhares sobre a supervisão*. São Paulo: Papirus, 1997. p. 28-42.

MELO NETO, João C. *Obra completa: volume único*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

MILOT, Micheline. A educação intercultural e a abertura à diversidade religiosa. *Revista Visão Global*, Joaçaba, v. 15, n. 1-2, p. 355-368, 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. *Parecer CNE/CEB nº 022, de 17 de dezembro de 1998*. [Estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil]. Brasília: MEC; CEB. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/parecer_ceb_22.98.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. [Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil]. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, p. 18, 18 dez. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb005_09.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de educação básica. *Base nacional comum curricular: educação é a base*. Brasília: MEC; SEB; CNE, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 15 out. 2020.

MILANI, Noeli Z. A escola a favor da diversidade religiosa: importância dessa abordagem em sala de aula. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (EDUCERE), XI, 2013, Curitiba. *Anais...* Curitiba: EDUCERE, 2013. p. 18614-18626. [pdf].

MIRA, Ane P.; FOSSATTI, Paulo; JUNG, Hildergard S. A concepção de educação humanista: interfaces entre a UNESCO e o Plano Nacional de Educação. *Revista Acta Scientiarum Education*, Maringá, v. 41, n. 1, p. 1-13, 2019.

MIRANDA, Jorge. Estado, liberdade religiosa e laicidade. *Revista Gaudium Sciendi*, Lisboa, v. 1, n. 4, p. 38-45, 2013.

MONTEIRO, Karla B. F. S. O currículo da Educação Infantil em face das orientações de um sistema apostilado de ensino. *Revista Espaço do Currículo*, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 326-338, 2019.

MOREIRA, Nick S. L. O princípio da laicidade e as implicações da influência religiosa no processo legislativo federal: uma análise jurídico-sociológica. *Revista Tropos*, Rio Branco, v. 1, n. 4, p. 1-15, 2015.

MORENO, Lupion G. Organização do trabalho pedagógico na instituição de educação infantil. In: PASCHOAL, Jaqueline D. (org.). *Trabalho pedagógico na educação infantil*. Londrina: Humanidades, 2007. p. 51-63.

MÜLLER, Tânia Mara P.; COSTA, Ana A. S. Laicidade e religiões de matrizes africanas na escola: percepções docentes. *Revista Laplage em Revista*, Sorocaba, v. 2, n. 3, p. 23-37, 2016.

NEVES, Leonor M. B. *Ensino Religioso, fraternidade e saúde pública: subsídios para o professor*. São José do Rio Preto: DSJRP, 2012.

NICOLESCU, B. et al. *Educação e transdisciplinaridade*. Brasília: UNESCO, USP/Escola do Futuro/CESP, 2000.

NOGUEIRA, Celeide A. V. Educação infantil religiosa no Brasil: ressonâncias das políticas públicas. *Revista Eletrônica Correlatio*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 229-254, 2017.

NONO, Maévi A. *Currículo na Educação Infantil*. São Paulo: UNIVESP, 2012.

OLIVEIRA, Amurabi. Estado laico não é estado ateu: algumas reflexões sobre religião, estado e educação a partir da “lei da Bíblia”, em Florianópolis/SC. *Revista Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 16, n. 36, p. 449-473, 2017.

OLIVEIRA, Ariene G.; LAGE, Allene C. Educação e diversidade religiosa: onde está o conhecimento sobre a tradição religiosa africana na vivência da lei 10.639/03? *Revista Horizonte*, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 45-54, 2016.

OLIVEIRA, Gustavo G. Educação, laicidade e pluralismo: elementos para uma genealogia dos debates sobre o Ensino Religioso no Brasil. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 36, p. 43-60, 2014.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Julia. A formação em contexto: a mediação do desenvolvimento profissional praxiológico. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Básica. *Pedagogias das infâncias, crianças e docência na educação infantil*. Caxias do sul: MEC; SEB, 2016. p. 41-46.

ORLANDI, Eni P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1996.

PACHOCO, André L.; DERISSO, José Luís. Negação da laicidade, pensamento autoritário e descaracterização da escola pública no Brasil. *Revista Política e Gestão Educacional*, Araraquara, v. 22, n. 2, p. 646-667, 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/11667/7623>. Acesso em: 31 mai. 2021.

PASQUALINI, Juliana C. *O papel do professor e do ensino na educação infantil: a perspectiva de Vigotski, Leontiev e Elkonin*. São Paulo: UNESP, 2010.

PASSOS, João Décio. *Como a religião se organiza: tipos e processos*. São Paulo: Paulinas, 2006.

PEREIRA, Maria E. C.; JURBERG, Claudia; BORBA, C. M. A construção de estratégia lúdica para o ensino de biossegurança. *Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias*, Vigo, v. 14, n. 3, p. 295-311, 2015.

PIERUCCI, Antônio F. Estado laico, fundamentalismo e a busca da verdade. In: BATISTA, Carta; MAIA, Mônica (Orgs.). *Estado laico e liberdades democráticas*. Recife: UFPE, 2006. p. 3-18.

PORFÍRIO, Francisco. Estado laico. In: BRASIL ESCOLA [Site institucional]. [s.d.]. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/estado-laico.htm>. Acesso em 02 out. 2021.

PULINO, Lúcia H. C. Z. A educação, o espaço e o tempo: hoje é amanhã? In: BORBA, S.; KOHAN, W. (eds.). *Filosofia, aprendizagem, experiência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 233-243.

QUEIROZ, Tania D.; MARTINS, João L. *Pedagogia lúdica: jogos e brincadeiras de A a Z*. São Paulo: Rideel, 2002.

RAQUENTAT JR, Cesar A. Laicidade, laicismo e secularização: definindo e esclarecendo conceitos. *Revista Sociais & Humanas*, Santa Maria, v. 21, p. 1-14, 2008.

RIZZATTI, I. M.; MENDONÇA, A. P.; MATTOS, F.; RÔÇAS, G. SILVA, M. A. B. V. da; CAVALCANTI, R. J. S.; OLIVEIRA, R. R. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. *ACTIO*, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, mai./ago. 2020.

ROCHA, Cristino. *Contribuição para a conferência distrital de educação: o estado laico*. Brasília: UnB, 2013.

ROCHA, Maria Z. B. A luta político-cultural pelo ensino religioso no Brasil. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 13, n. 2, p. 217-248, 2013.

ROCKENBACH, Ramon R. B. *O xadrez escolar e sua relação com a satisfação familiar*. Dois Vizinhos: UESP, 2010.

RODRIGUES, Ana Paula S. L. Educação Popular e a formação dos educadores populares no Projeto Beira da Linha: um celeiro de experiências. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO (CINTEDI), I, 2006, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa: CINTEDI, 2006. p. 91-101. [pdf].

ROSÁRIO, Maria José A.; ROSÁRIO, Luiz Felipe G. Intolerância religiosa no contexto escolar. *Revista Programa Conexões de Saberes*, Belém, v. 3, n. 1, p. 115-133, 2018.

ROUANET, Sérgio P. Nacionalismo e Desenvolvimento. In: CABRAL, Severino (Org.). *5 décadas em questão: 50 anos da livraria Leonardo da Vinci*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004. p. 37-52.

SALLA, Fernanda. Ensino Religioso e escola pública: uma relação delicada. In: NOVA ESCOLA [Site institucional]. 01 mai. 2013. [n.p.]. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/74/ensino-religioso-e-escola-publica-uma-relacao-delicada>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SALOMÃO, Hérica A. S.; MARTINI, Marilaine. A importância do lúdico na Educação Infantil: enfocando a brincadeira e as situações de ensino não direcionado. In: PSICOLOGIA PT [Site institucional], 07 set. 2007. Disponível em: https://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo.php?codigo=a0358. Acesso em: 21 ago. 2020.

SANTOS, Bruna C.; SILVA, Tarcia R.; OLIVEIRA, Emanuel M. A. O direito à diversidade cultural e religiosa desde a Educação Infantil. *Revista Diálogos*, Cuiabá, v. 1, n. 20, p. 494-513, 2018.

SANTOS, Gláucio A.; TORRES, Marco A.; FONSECA, Marcus V. Laicidade da educação em questão: encontros de Ensino Religioso nas cidades de Ouro Preto e Mariana. *Revista Horizonte*, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 69-80, 2016.

SANTOS, Nathália F. R. *Educação infantil no Brasil: o paradigma entre o cuidar e o educar no centro de educação infantil*. Londrina: UEL, 2010.

SANTOS, Sandro V. S.; SILVA, Isabel O. Crianças na educação infantil: a escola como lugar de experiência social. *Revista Educação em Pesquisa*, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 131-150, 2016.

SARMENTO, Manuel J. Imaginário e culturas da infância. *Revista Cadernos de Educação*, Pelotas, v. 12, n. 21, p. 51-59, 2003.

SAURA, Soraia C. O imaginário do lazer e do lúdico anunciado em práticas espontâneas do corpo brincante. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 163-175, 2014.

SEEHABER, Liliana C.; LONGHI, Miguel. Ethos e cultura no Ensino Religioso. *Revista Lusófona de Ciências das Religiões*, Campina Grande, v. 4, n. 12, p. 241-250, 2007.

SILVA, Airton V.; ULRICH, Claudete B. Pluralidade religiosa brasileira: a importância do diálogo inter-religioso. *Revista Protestantismo em Revista*, São Leopoldo, v. 43, n. 1, p. 83-94, 2017.

SILVA, Diogo B. Laicidade e estado democrático de direito: sobre a relação entre direito, religião e o agir prático. *Revista da Faculdade de Direito*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 31, p. 69-85, 2017.

SILVA, Elaine C. S.; ALVES, Lorryne A. F.; GUISSO, Sandra M. O desenvolvimento da autonomia em crianças da creche, a partir de propostas metodológicas para trabalhar os campos de experiências previstos na BNCC. *Revista Interdisciplinar da FARESE*, Santa Maria de Jetibá, v. 1, n. 01, p. 43-68, 2019.

SILVA, Isaac P. Ensino Religioso na sala de aula: contribuições à formação do aluno e à aprendizagem de valores. *Revista Unitas*, Vitória, v. 2, n. 1, p. 166-174, 2014. Disponível em: <http://revista.faculdadeunida.com.br/index.php/unitas/article/view/225>. Acesso em: 21 ago. 2020.

SILVA, José Afonso. *Comentário contextual à constituição*. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

SILVA, Patrícia A.; TIMBÓ, Raimunda C. O papel da escola no processo da socialização na educação infantil. *Revista Multidisciplinar em Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 68-77, 2017.

SILVEIRA, Daniel B.; FACHINI, Elaine. Efetividade da liberdade religiosa como um direito fundamental. *Revista Direito em Debate*, Ijuí, v. 28, n. 52, p. 51-61, 2019.

SOUZA, Marselha E.; OLIVEIRA, Geovane L. A mediação escolar como instrumento auxiliar de construção da tolerância/respeito à diversidade religiosa. *Revista Sacrilogens*, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 1509-1594, 2018.

THIESEN, Júlia Grasiela; VEIGA, Marta Elisa da. A pesquisa no processo pedagógico como caminho para a transdisciplinaridade na Educação Infantil. *Revista Insignare Scientia (RIS)*. v. 3, n. 3, 2020.

TIRIBA, Léa; FLORES, Maria Luíza R. A Educação Infantil no contexto da base nacional comum curricular: em defesa das crianças como seres da natureza, herdeiras das tradições culturais brasileiras. *Revista Debates em Educação*, Maceió, v. 8, n. 16, p. 157-183, 2016.

TOMAZZETTI, Cleonice M.; PALAURO, Marisa M. Datas comemorativas na educação infantil: quais sentidos na prática educativa? *Revista Crítica Educativa*, Sorocaba, v. 2, n. 2, p. 150-164, 2016.

TONHOLO, Thamiris B. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

TRABACH, Marli; FERRAZ, José Carlos; ROSÁRIO, Antônio. Diversidade religiosa e o ensino religioso no CMEI Professora Leila Theodoro. *Revista Unitas*, Vitória, v. 7, n. 1, p. 34-51, 2019.

VALENTE, Gabriela A. A religiosidade na prática docente. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 98, n. 248, p. 198-211, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbeped/v98n248/2176-6681-rbeped-98-248-00198.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2020.

VIANNA, Cláudia P. O sexo e o gênero da docência. *Revista Cadernos Pagu*, Campinas, v. 17, n. 18, p. 81-103, 2002.

VON, Cristina. *Cultura de paz: o que os indivíduos, grupos, escolas e organizações podem fazer pela paz no mundo*. São Paulo: Petrópolis, 2003.

ZEFERINO, Joycimar L. B. Na escola tem lugar para a religião? Reflexões sobre a diversidade religiosa no espaço escolar. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (EDUCERE), XII, 2015, Curitiba. *Anais...* Curitiba: EDUCERE, 2015. p. 14432-14439. [pdf].

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO PARA OS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO
INFANTIL

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA

Programa de Pós-Graduação em Ciências Das Religiões/Mestrado Profissional

Área de concentração: Religião e Sociedade.

Mestranda: Zulmira Luiza Menezes de Barros

Título: LAICIDADE E RELIGIÃO: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS NO CONTEXTO
DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Objetivo: Analisar de que forma a religiosidade pode contribuir para a promoção de práticas
pedagógicas que envolvam a pluralidade na Educação Infantil.

Categoria 1: identificação

1 – Sexo

2 – Formação

() Nível médio () Graduação () Com pós-graduação/especialização
() Mestrado/Mestrando/a () Doutorado/Doutorando/a

3 – Tempo de experiência na área da educação

4 – Função/Cargo

Categoria 2: contexto da religiosidade

5 – Professa alguma religião: () Não () Sim.

6 – Qual a sua religião?

7 – Sua religiosidade está presente na sua prática pedagógica cotidiana?

Sim (passe para a pergunta número 8);

Não (passe para a pergunta número 9);

Às vezes (passe para a pergunta número 8).

8 – Como que sua religiosidade está presente na sua prática pedagógica?

9 – Você já identificou alguma prática religiosa no contexto escolar?

Sim (passe para a pergunta número 10)

Não (passe para a pergunta número 11)

10 – De que forma identificou alguma (s) prática (s) religiosa na escola? Descreva como:

11 – Como que a escola organiza o calendário escolar relacionado às datas comemorativas religiosas?

12 – A escola contempla por meio das datas comemorativas religiosas a expressão religiosa de todos/as os/as alunos/as?

() Não () Sim () Parcialmente, pois, nem todas as religiões são contempladas.

13 – A religiosidade dos/as profissionais ou da família influencia na formação das crianças? Justifique sua resposta.

() sim () não

14 – Justifique sua resposta anterior, referente a influência dos/as profissionais ou da família na formação das crianças; porque acredita que não influencia, ou porque acredita que influencia:

15 – De que forma você desenvolve práticas pedagógicas para trabalhar as questões da diversidade religiosa e cultural brasileira?

Categoria 3: contexto da laicidade

16 – A escola respeita a questão da laicidade prevista legalmente para direcionamento das práticas pedagógicas?

Sim (passe para a pergunta número 17);

Não (passe para a pergunta número 18).

17 – De que maneira a escola respeita a questão da laicidade prevista legalmente para direcionamento das práticas pedagógicas?

18 – Por que a escola não respeita a questão da laicidade prevista legalmente para direcionamento das práticas pedagógicas?

19 – A religiosidade é apontada no projeto político pedagógico (PPP) da sua escola?

() Sim (passe para a pergunta número 20);

() Não (passe para a pergunta número 21).

20 – Descreva como que a religiosidade está identificada no PPP da sua escola:

21 – Descreva o (s) possível (eis) motivo (s) ou causa (s) pelo qual a religiosidade não está identificada no PPP da sua escola:

22 – Descreva abaixo a (s) observação (ões) que considerar importante: